

BIBLIOTECA NACIONAL
COLEÇÃO RODOLFO GARCIA

BRASIL 1900-1910

RIO DE JANEIRO

BIBLIOTECA NACIONAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
MINISTRO: EDUARDO FORTES

SECRETARIA DE ASSUNTOS CULTURAIS
SECRETÁRIO: MARCO TAVARES D'AMARAL

BIBLIOTECA NACIONAL
DIRETOR: PLÍNIO DOYLE

BRASIL 1900-1910

Divisão de Acquisição e Processamento
Francisco das Chagas Pereira da Silva

Divisão de Referência Geral
Mário Pereira da Luz

Divisão de Referência Especializada
Luiz Carlos de Oliveira

BRASIL 1900-1910

Divisão de Referência
Luiz Carlos de Oliveira

APRESENTAÇÃO

Divisão de Referência
Luiz Carlos de Oliveira

RIO DE JANEIRO
1980

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
MINISTRO: EDUARDO PORTELLA

SECRETARIA DE ASSUNTOS CULTURAIS
SECRETARIO: MÁRCIO TAVARES D'AMARAL

BIBLIOTECA NACIONAL
DIRETOR: PLÍNIO DOYLE

Divisão de Aquisição e Processamento
Francisco das Chagas Pereira da Silva

Divisão de Referência Geral
Mário Ferreira da Luz

Divisão de Referência Especializada
Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha

Divisão de Divulgação
Ilda Centeno de Oliveira

Divisão de Conservação
Lila Leite Ferreira

BIBLIOTECA NACIONAL
COLEÇÃO RODOLFO GARCIA

BRASIL 1900-1910

APRESENTAÇÃO

PLINIO DOYLE

v. 2

RIO DE JANEIRO

1980

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
BIBLIOTECA NACIONAL

COLEÇÃO RODOLFO GARCIA
SÉRIE A — TEXTOS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
BIBLIOTECA NACIONAL

ISBN 85-7017-009-2 obra completa
ISBN 85-7017-011-4 v. 2

BRASIL 1900-1910

**Brasil 1900-1910 / Luiz Antônio Severo da Costa / e
outros/ Apresentação: Plínio Doyle. Rio de Janeiro,
Biblioteca Nacional, 1980.**

**3 v., il. (Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional.
Coleção Rodolfo Garcia. Série A. Textos)**

**1. Brasil — Civilização. 2. Brasil — Vida inte-
lectual. I. Costa, Luis Antônio Severo da. II. Doyle.
Plínio, 1906 — III. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacio-
nal. IV. Série.**

CDD 918.1

SUMÁRIO

Apresentação	9
Música sacra no Rio de Janeiro em redor de 1910 — <i>Mons. Guilherme Schubert</i>	11
A Igreja no início do século XX — <i>Américo Jacobina Lacombe</i>	47
O Convento da Ajuda — <i>Antonio Carlos Villaça</i>	61
Literatura: A prosa — <i>Homero Senna</i>	75
A literatura infantil no Brasil de 1900 a 1910 — <i>Laura Sandroni</i>	107
A imprensa — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i>	123
O acervo da Biblioteca Nacional — <i>Lygia da Fonseca Fer- nandes da Cunha</i>	143
A Biblioteca e suas andanças — <i>Eduardo Canabrava Bar- reiros</i>	169
A Biblioteca Nacional Carmo — Passeio — Cinelândia — <i>Augusto Maurício</i>	173

APRESENTAÇÃO

Para comemorar os 107 anos de sua existência a serviço da cultura no Brasil e os 70 anos de inauguração de sua sede atual, a Biblioteca Nacional faz publicar uma série de monografias, agrupadas em três volumes, onde se historiam aspectos variados da vida brasileira no período de 1900 a 1910. A intenção que nos moveu, ao encomendarmos a especialistas os estudos que ora lançamos ao público, foi apresentar um quadro histórico, o mais completo possível, da fase em que se planejava, construía e se inaugurava o edifício da Avenida Rio Branco para abrigar a Biblioteca trazida por D. João, Príncipe-Regente, e que, no final do século XIX, já atingia o acervo considerável para a guarda do qual urgiam instalações condizentes.

Podemos ordenar as monografias deste v. II em três grupos principais sob os títulos: a Igreja, as Letras e a Biblioteca Nacional.

O primeiro reúne o estudo do Prof. Américo Jacobina Lacombe sobre a Igreja no início do século XX, com a organização de novas dioceses, seus movimentos religiosos e sua ação pastoral; a história de um convento que na época representava um centro de destaque na vida reli-

giosa e social do Rio de Janeiro, o Convento da Ajuda, num trabalho de Antonio Carlos Villaça. Monsenhor Guilherme Schubert dá uma visão da música sacra que se produzia e se executava nos templos católicos ao redor de 1910.

Das Letras cobrem-se três importantes áreas: a prosa literária, em estudo de Homero Senna, o desenvolvimento da atividade jornalística no Brasil, por Barbosa Lima Sobrinho, e a literatura infantil, por Laura Sandroni.

Finalmente um esboço histórico da Biblioteca Nacional — sua transferência de Lisboa para o Rio e suas andanças do Convento do Carmo para a Rua do Passeio e, daí, para a sede atual — é traçado por Eduardo Canabrava Barreiros e Augusto Maurício. O progressivo enriquecimento do acervo da BN, a incorporação de novas coleções durante o período são objetos da exaustiva pesquisa de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha.

Estamos certos de que os nomes das autoridades que assinam os trabalhos aqui reunidos recomendam por si mesmos a mais atenta e interessada leitura.

Plinio Doyle

Diretor

MÚSICA SACRA NO RIO DE JANEIRO EM REDOR DE 1910

... a ocupação de sua atual sede, ele celebrou a primeira missa na Rua do Palácio (na época "Rua Joaquina Malheur") no Instituto Nacional de Música, onde ainda hoje encontramos a Escola de Música.

Diremos alguma coisa sobre a *Missa Solenne* de Schubert, tocada entre 1900 e 1910 por

Mons. Guilherme Schubert

... e para dentro, ou para alguma outra cidade do Brasil, quando isso for conveniente para compreender certos detalhes.

Por motivos práticos (apenas) utilizamo-nos a Música Sacra do culto católico, para não oferecer por falta de informação exata. No período em questão já estavam presentes no Rio comunidades não-católicas: luteranos (desde 1837), presbiterianos (1862; no Brasil desde 1892), batistas (1866), anglicanos (1869; em 1896 já tinham recebido de D. João VI um sacerdote), a Sociedade Bíblica (1870), e Associação Unida de Moços (1883). Outras vieram depois de 1910, como os metodistas, desde 1878 no Brasil, mas não no Rio.

Se bem que estas comunidades não tinham ainda o órgão e os cantos, acrescentando hoje alguns de outros, podemos não apenas compreender, mas até mesmo executar, com uma grande fidelidade ao original, a música sacra, em todo este período, que os diversos exemplos apresentados mostram ser uma verdadeira obra-prima.

Ao incluir um tema musical numa publicação comemorativa da inauguração de seu edifício atual, a Biblioteca Nacional continua uma louvável tradição. Pois com a ocupação de sua atual sede, ela cedeu o prédio anterior na Rua do Passeio (na época "Rua Joaquim Nabuco") ao Instituto Nacional de Música, onde ainda hoje encontramos a Escola de Música.

Diremos alguma coisa sobre a Música Sacra no período entre 1900 e 1910, dando algumas "olhadelas" para trás e para frente, ou para alguma outra cidade do Brasil, quando isso for necessário para compreender certos detalhes.

Por motivos práticos (apenas) limitamo-nos à Música Sacra do culto católico, para não ofender por falta de informação exata. No período em questão já estavam presentes no Rio comunidades não-católicas: luteranos (desde 1827), presbiterianos (1862; no Brasil desde 1859), batistas (1884), anglicanos (1889; em 1809 já tinham recebido de D. João VI um cemitério), a Sociedade Bíblica (1876), a Associação Cristã de Moços (1893). Outras vieram depois de 1910, como os metodistas, desde 1876 no Brasil, mas não no Rio.

Se bem que estas comunidades dão muito valor ao órgão e ao canto, apresentando hoje corais de muita qualidade, não temos a impressão que em 1910 tenham exercido grande influência na criação e execução musical. Em todo caso, julgamos que um elemento evangélico informará melhor do que nós sobre o assunto.

Durante as pesquisas para este trabalho ficamos surpreendidos com o grande número de composições feitas pelos melhores músicos brasileiros e estrangeiros residentes na época.

Como se apresenta este Rio católico de 1910, comparado com o de 1980?

<i>1910</i>	<i>1980</i>
1 Cardeal: D. Joaquim Alcoverde de Albuquerque Cavalcanti (1897 - 1930)	1 Cardeal
2 bispos auxiliares: D. Joaquim Silvério que não chegou a tomar posse; e D. Sebastião Leme da Silveira Cintra (1911)	6 bispos auxiliares
150 sacerdotes	634 sacerdotes
539 religiosas	1999 religiosas
31 igrejas Matrizes (paróquias)	198 igrejas Matrizes
190 igrejas simples e capelas	325 igrejas simples e capelas
47 oratórios privados	46 ordens masculinas, em 102 comunidades
16 ordens masculinas	90 ordens femininas, em 208 comunidades
17 ordens femininas	
3 Colegiadas ("Coros" em S. Pedro, Candelária, Misericórdia, importantes para a Música Sacra)	
327 Irmandades, Ordens Terceiras, Confrarias e outras associações	85 Irmandades, Ordens Terceiras, Confrarias e outras associações, das quais 79 em igreja própria
4 colégios católicos (oficiais; outros particulares)	93 estabelecimentos de ensino
	9 asilos
	9 creches
19 hospitalares	22 hospitalares
	11 orfanatos
	12 pensionatos femininos
	9 obras sociais
20 cemitérios	
<i>População da cidade:</i>	
c. 1 milhão	c. 5 1/2 milhões

Quem fez executar Música Sacra

Não é por acaso que apresentamos esta estatística. Por ela vemos quem se interessou pela execução de Música Sacra. Todas estas igrejas, estas Irmandades e Ordens celebraram suas festas, procurando dar-lhes brilho litúrgico que, além dum bom pregador, incluía invariavelmente um programa musical com órgão, canto coral, possivelmente orquestra, nas Procissões também banda.

A freqüência destas Missas, Novenas, Te Deus era grande, fazendo parte integrante da vida da cidade; de maneira que os compositores se sentiam motivados para escreverem músicas a serem executadas nestas solenidades, certos de que seriam ouvidas e apreciadas por boa parte da população.

Gêneros de música

Que gêneros de música foram executados? Bem diferentes — em grande parte — dos de hoje. Os músicos da geração presente farão bem em inteirar-se destas práticas do passado para compreender melhor as composições de então e interpretá-las adequadamente, já que muitas delas hoje são apresentadas somente nas salas de concerto.

I. Em Latim

Era a língua oficial, obrigatória na Missa solene (cantada) e no Ofício (recitação do breviário), sendo usada também em outras partes.

1 — Missa solene:

- a) partes invariáveis: Kyrie — Glória — Credo — Sanctus — Benedictus — Agnus Dei.

Por um motivo não completamente esclarecido chamaram então de "Missa" o conjunto de "Kyrie" e "Glória", enquanto "CREDO" significava um conjunto de "Credo — Sanctus — Benedictus

— Agnus Dei”. Talvez, porque as partes de um grupo eram executadas em música figurada e as demais em Cantochão. Quando a composição abrangia todas as 6 partes, era chamada de “Missa completa”.

- b) partes variáveis para acompanhar o caráter particular da celebração: Natal — Páscoa — um Santo — pelos defuntos: Intróito — Gradual — Tractus — Aleluia — Seqüência (Dies irae... Stabat Mater...) Ofertório — Communio.

Antes da Missa: Asperges me; Vidi aquam.

2 — *Ofício*: o breviário rezado e, em dias especiais, cantado pelos clérigos, alternando com o coral: Matinas — Laudes — Vésperas. As outras partes: Terça — Sexta — Noa — Completas, fora dos Mosteiros, só foram rezadas.

Cada parte continha salmos — antifonas para estas ou isoladas (Salve Regina...), hinos (Te Deum...) — cânticos (Benedictus... Magnificat...)

3 — *Bênção do Santíssimo*: Motetes para a exposição (O salutaris...), Tantum ergo.

4 — Ladainhas — Ave Maria — Veni Creator — Ecce sacerdotes e outros.

II. Em Português

1 — *Missa rezada*, “com cânticos”: motetes mais ou menos apropriados ao seguimento litúrgico.

2 — *Ofício* “pequeno” de Nossa Senhora: aos sábados, em igrejas ou casas particulares, semelhante ao “grande” porém mais reduzido e com uma única fórmula.

3 — *Devoções diversas*: Via Sacra;

Festas de Deus, de Nossa Senhora, de Santos, que incluíam, além da Missa na manhã do dia estabelecido (vide supra), uma preparação feita durante vários dias em horário vespertino, celebrada com sermão (Ave Maria...)

Veni Creator...), ladainha, cânticos; terminando com a Bênção Eucarística.

Chamavam a isso Tríduos, Septenas, Novenas, Trezenas conforme o número de dias destinados: Trezena de Santo Antônio (dia 13...), Septenas para as 7 dores de N. Senhora.

4 — *Procissões*: cânticos vários de acordo com o caráter da Procissão: Eucarística, de Penitência, da Semana Santa, em honra de um Santo.

Os textos — fora dos cantos populares — eram principalmente quando em Latim, fixos, o que garantiu a utilidade do trabalho do compositor para sempre. As composições com texto em Latim podiam ser cantadas — e foram — em qualquer país, mesmo de idioma diferente.

Algumas das grandes festas de outrora ainda são celebradas hoje: de N. Senhora da Glória do Outeiro (que, por sua vez, se chamava de “Outeiro da Glória”) — N. S. da Penha — Corpus Christi — as 3 festas do mês de junho: Sto. Antônio, S. João, S. Pedro.

As festas particulares hoje se limitam à celebração da Missa com Sermão e uma ou outra procissão.

Matinas e Laudes e as Vésperas até pouco tempo faz, podiam ser ouvidas nas “Trevas” da Semana Santa. Atualmente o Ofício cantado só pode ser ouvido no Mosteiro de S. Bento, mas em Canto Gregoriano (Cantochão). Em música figurada não há mais.

Vejamos um exemplo de programa de uma Novena:

- 1 — Introdução: “Deus vos salve, Maria”.
- 2 — Deus in adiutorium intende. Gloria Patri (ambos em Latim).
- 3 — Jaculatória: “Amado Jesus, José, Ana, Maria: eu vos dou o meu coração, minha alma e vida.”
- 4 — Ladainha (em Latim ou em Português)
- 5 — Oração
- 6 — Hino: Salve Rainha
- 7 — Bênção do Santíssimo
- 8 — Canto final.

Os executantes
A Capela Imperial

A prática da Música Sacra recebeu um forte impacto com o desaparecimento da “Capela Imperial”, melhor, dos músicos contratados no tempo do Império para servir nela (é uma das “olhadelas” necessárias): regentes, compositores, copistas, arquivistas, organistas (mais 2 “foleiros” para que o órgão não ficasse “sem fole”...), cantores e músicos instrumentistas. Eram 79 no tempo de D. João VI, diminuindo depois para 69, 67, 33. Era um celeiro de músicos, atraídos pela segurança material garantida pelo contrato. Em notas biográficas, também do nosso período, encontramos freqüentemente a observação: Antônio Bruno, secretário da Sociedade Musical Beneficente, “cantor da Capela Imperial” — N.N., “primeiro violino da Capela Imperial” — Archangelo Fiorito (*1813, Nápoles — + 1887, Rio), “maestro e compositor da Capela Imperial”. Veio para o Brasil no navio que trouxe a Imperatriz Teresa Cristina (Escreveu um “Libera me”, “Salutaris” e outras peças sacras). O pianista Hugo Bussmeyer agradou D. Pedro II num de seus concertos e foi convidado para mestre da Capela Imperial (1876).

O serviço na Capela Imperial não impedia outras atividades musicais, mas nem todas eram legítimas, nem oportunas. Já o contrato (citamos um de 1875) diz: Art. 4.º: os que faltarem para irem exercer sua profissão fora dela (Capela) serão suspensos por um mês; e na reincidência ficará sem efeito seu contrato;

Art. 7.º: os cantores e músicos que chegarem depois de ter principiado a função, serão multados na metade da quantia marcada na tabela, os que chegarem no meio do serviço, serão multados na quantia inteira.

E um “Aviso” do Barão de Cotegipe, Ministro dos Negócios do Império ao Inspetor da Capela Imperial (24/12/1887) determina:

2.º: aos músicos contratados é absolutamente proibido cantar ou tocar em outras funções que coincidem com as da Capela Imperial;

3.º: é lhes vedado mandar substitutos para ensaios ou funções sem licença do Mestre de Capela;

4.º: Serão multados em 2\$000 os cantores ou instrumentistas que repetidamente chegarem depois de começada a função; e igual multa será imposta aos que se ausentarem sem licença antes de findo o serviço;

5.º: quando faltarem, serão multados conforme a tabela seguinte:

Missa com orquestra	5\$000
Dita sem orquestra	4\$000
Matinas	6\$000
Te Deum	5\$000
Ensaio	3\$000

Nota: o ordenado anual dum cantor em 1875 era de 600\$000.

Se vê: as queixas dos regentes atuais de coros ou orquestras não são tão inéditas...

Abusos

Falamos de “atividades não oportunas” pelo receio — justificado, como logo veremos — do resultado da mistura entre música sacra e profana. Adelelmo Francisco Nascimento (* 1848, Bahia — + 1898, Paris), foi bom violinista e simultaneamente Mestre da Capela Imperial e Regente do Teatro São João. É provável que o teatro tenha sofrido menos influência da música sacra do que a Capela Imperial do estilo profano do teatro.

E que dizer dum João Raymundo Rodrigues Junior (*1867, Rio — + 1935, Rio)? Filho dum barbeiro que veio ao Brasil com a Imperatriz Teresa Cristina, foi educado no Asilo dos Meninos Desvalidos, onde aprendeu a tocar trombone. Até aí tudo bem. Mas este cavaleiro organizou e regeu orquestras em teatros, banquetes (era o preferido do Barão do Rio Branco que não dispensou sua colabora-

ção nos banquetes do Itamaraty) e nas igrejas da Candelária, de S. José, do Santíssimo Sacramento. As graças do Barão lhe proporcionaram um emprego no Serviço de Aguas da Diretoria de Obras Públicas que ocupou até a morte. Receamos somente que teatro e banquetes tenham deixado reflexos em repertório e execução nos templos.

Assim não estranhamos o desabafo do Visconde de Taunay, pouco antes de sua morte (+ 25/11/1899): "Fui ouvir a "Missa Mimosa" do Padre José Maurício na Igreja da Cruz dos Militares... Segundo as "boas tradições" que todo o empenho e esforço da comissão de música sacra não poderão abalar, começou a cerimônia religiosa pela ouverture, tão ouvida, corriqueira e estafada da Gazza ladra de Rossini.. Adequado preparo para uma função religiosa, aquela saltitante profonia da "Pega ladra"! Enfim, seja tudo pelo amor de Deus!" (Dois Artistas Máximos, José Maurício e Carlos Gomes, pág. 69s.).

Também Manuel Araújo Porto Alegre reclamou contra o abuso de "transformar o canto sagrado em óperas italianas e o libreto em hinos de igreja". E menciona o protesto da Academia de Belas-Artes junto ao governo imperial (Rev. do IHGB 1856, p. 354-369).

Wanderley Pinho, em seu livro "Cotegipe e Seu Tempo, pág. 596, transcreve: "No Convento (*sic*) de S. Bento, além da POLCA na ocasião do Glória tocaram ainda aquela Arieta da Rosina do Barbeiro (de Sevilha)... Tocou-se ontem em S. Francisco de Paulo quadrilhas francezas"...

O "Largo" de Haendel, a "Humoresque" de Dvorak, o "Canto hindu" de Rimsky-Korsakow, a "Meditation" de Thais (...) de Massenet, a as Marchas da ópera "Lohengrin" de Wagner, da "Aida" de Verdi; os Interlúdios das óperas "Traviata" ou "Cavalaria Rusticana" iniciaram uma "marcha" persistente que chegou até os nossos dias, refreada durante alguns períodos de reforma, mas depois retomando seu lugar, alternando repertório antigo com temas de filmes e músicas pseudo-religiosas de cantores em moda.

Com um pouco de jeito conseguiram até cantar, nas igrejas, melodias profanas, e mesmo teatrais, de Pergolesi, Cimarosa, Jomelli, substituindo as palavras originais por um texto sacro. (Renato de Almeida, História da Música Brasileira, pág. 132)

E não foram somente os leigos que assim procederam. Os "Cânticos espirituais", coligidos pelos Padres da Missão Brasileira, em edição de Garnier, contêm de preferência cantos profanos e de óperas de Mozart, Haydn, Rossini, Weber, Bellini, Meyerbeer, Lambelotte, Herman, Nicou-Cheron e outros. Bastava o chapéu novo dum texto sacro para tornar "espiritual" uma ária, uma cavatina, um coro de ópera.

Cernichiaro, embora não concordando "in toto" com o rigor do Motu Proprio, reconhece a existência, em redor de 1900, de graves abusos (e os lamenta): 1) as introduções a solenidades religiosas tiradas de óperas, como "Marcos Spada" (Auber), "I Briganti" Mercadante), "Le Vispe Comari" (Suppé);

2) adaptações "sui generis": em "Laudamus" (do Glória) é transformada uma cavatina da ópera "Il Corsário"; "Domine Deus" (também do Glória) nada mais é do que uma ária de ópera de Donizetti; "Salutaris" resulta de uma lânguida e erótica romanza de Pallani; e a ária "Quand j'étais roi de Beocie" (do "Orfeu no inferno, de Offenbach, uma ópera bastante livre..) chega às honras de uma "Ave Maria"! (Storia della Musica nel Brasile, pág. 17)

Os maestros "double face" nos levaram a falar destes desvios que, aliás, não eram os únicos no mundo. O Pe. João Bat. Lehmann SVD (* 1873, Alemanha — +1955, Rio), alemão que passou grande parte de sua vida no Brasil, prestando ótima colaboração, também no campo da Música Sacra, lembrando a decadência musical encontrada em 1901 (ano em que chegou ao Brasil), não esquece de dizer que também na Alemanha se ouviu em certas épocas ao órgão POLCAS e MAZURCAS para iniciar a missa solene, e "lindas e perturbadoras SERENATAS" executadas nas cerimônias do mês de Maria.

Reação

A reação oficial da Igreja Universal foi o Motu Proprio do Papa Pio X sobre Música Sacra, publicado em 22/11/1903 (festa de Santa Cecília).

Mas o Rio de Janeiro já tinha reagido antes disso! Atendendo a uma "Mensagem do Centro Artístico" sobre adoção de música sacra nas igrejas, o Arcebispo D. Joaquim Arcoverde (Cardeal a partir de 1905), nomeou, para tratar do assunto, uma comissão especializada, da qual fez parte também Alberto Nepomuceno. Ouvimos as referências do Visconde de Taunay a esta comissão. Deve ter sido instalada em 1898, porque o Pe. Pedro Hermes Monteiro, Protonotário Apostólico (* 1871, Icó, Ceará — + —? estava em nosso período no Rio) que em 1896 tinha publicado um livrinho de 39 págs. sobre a "Arte do Canto-chão ou Canto Litúrgico" (Tip. Edit. Carlos Schmidt, Rio), apresentou, impresso, em 1898 "Um parecer perante uma Comissão", expondo as razões por ele apresentadas à mencionada Comissão.

Por outro lado, o Pe. José Alpheu Lopes de Araújo, cônego da Catedral Metropolitana, Mestre de Capela do Cabido e (1924) professor de órgão e harmônio do Instituto Nacional de Música, ordenado em 1894 no Colégio Pio Latino em Roma, organizou, logo que voltou ao Brasil, um notável coro de meninos na Matriz de Santana, dando um exemplo prático de Música Sacra correta.

Também anteriormente ao Motu Proprio trabalharam em defesa da verdadeira música sacra dois franciscanos: Frei Pedro Sinzig OFM (* 1876, Linz, Alemanha — + 1952, Duesseldorf Alemanha) e Frei Basílio Roewer OFM (* 1877, Neviges, Alemanha — + 1958, Rio). Ambos compositores e escritores, era, contudo, Frei Pedro quem cuidava mais da parte organizadora e editorial. Já em 1899 publicou o "Benedicite", manual de cânticos sacros, em português e latim, com um apêndice de orações — 184 pág., pela Tipografia de Frederico Pustet, Ratisbona, Alemanha, com 2.^a edição em 1902, por Herder, Freiburg im Breisgau. Na coleção "Sursum Corda", Tip. Fr. Pustet, Ratisbona, 1900, reuniu em 44 páginas autores clássicos e modernos sele-

cionados. Mas foi sobretudo no livrinho "Cecília", manual de cânticos sacros; texto revisto pelo Conde de Affonso Celso, com música (composição ou revisão) de Frei Pedro e Frei Basílio, saído à luz em 9/8/1910 que se encontrou uma coleção válida; e ela, de edição em edição, modificando isso e aquilo, ainda hoje presta bons serviços.

É importante observar a prudência dos dois franciscanos, nascidos fora do Brasil, ao tratar dum assunto que envolve literatura brasileira e música que deve corresponder ao gosto do país. No Prefácio explicam: 1 — usam da liberdade permitida no Motu Proprio quanto ao caráter nacional; 2 — fazem concessões "ao caráter de nossos patrios" (i.e. dos brasileiros...) sem ultrapassar o limite traçado: os cânticos não façam má impressão a qualquer povo de outra índole; 3 — "A glória de Deus e a edificação religiosa dos fiéis é o que pretendemos e esperamos."

O Conde de Affonso Celso, em boa hora convocado para a parte literária, explica: 1 — deixou intactos os textos de autores declarados; 2 — fez discretas modificações na linguagem e no metro nos textos anônimos; 3 — cuidou de fazer isso sem tirar a singeleza e o candor primitivos.

Assim encontramos na parte dos textos, além das palavras litúrgicas e de traduções, textos originais de: Maria L. de Souza Alves — Amelia Rodrigues — D. Antonio de Macedo Costa — Frei Joaquim do Espirito Santo, OFM — Barão de Paranapiacaba — Conde de Affonso Celso — Pe. Arch. Ganarini — M. d'Abrantes.

Evidentemente recebeu o livrinho, já na 1.^a edição, a aprovação do Nuncio Apostólico, do Cardeal Arcoverde e de outros 7 bispos.

Pelas exigências do Motu Proprio tinham de aparecer algumas áreas de atrito: 1 — canto de senhoras na igreja; 2 — proibição de certos instrumentos: piano, tambor, bombo, pratos, campainhas e outros semelhantes (hoje...?); 3 — banda de música, permitida nas procissões fora da igreja, mas proibida nas igrejas. Frei Basílio que fez um notável "Comentário do Motu Proprio" (Petrópolis, 1907), nesta publicação, portanto em 1907, ainda

aguarda as providências dos bispos locais. Sabemos, contudo, que o Arcebispo do Rio “expediu claras determinações, cominando com penas eclesiásticas os desprezadores das leis, no Motu Proprio estabelecidas a respeito da música, como a Igreja a quer e não quer nas funções litúrgicas” (Pe. João Bat. Lehmann SVD, *in rev. Música Sacra*, 1946, p. 65).

Em parêntese: Em 14/4/1856 D. Manuel do Monte Rodrigues de Araújo, Conde de Irajá e Bispo-Capelão-mor criou a “Sociedade Episcopal de Música Religiosa do Rio de Janeiro”, cujos Estatutos, em belíssima caligrafia, estão guardados no Arquivo da Arquidiocese.

Música Sacra nas igrejas

Voltemos a examinar a questão dos corais. Na Capela Imperial, Francisco Manuel da Silva substituiu nas partes de Soprano e de Contralto os “castrados” importados por D. João VI (não havia nunca locais...) pelos alunos do Conservatório fundado por ele. Já em 1854, por ocasião das exéquias de D. Maria II de Portugal, irmã de D. Pedro II, a crítica musical elogiou a atuação destes alunos, saudando vivamente a nova prática. No Arquivo do Cabido Metropolitano guarda-se um Recibo de F. M. da Silva, datado em 3/5/1861, de 180\$000 recebidos pelo canto destes alunos do Conservatório na Capela Imperial. Não possuímos documentos que provam a continuação desta prática após a morte dele (+ 18/12/1865). Tão pouco há notícias da atuação de cantoras no coro da Catedral. E sim, vemos várias partituras, compostas para coro misto, serem transcritas no fim do século para vozes masculinas somente: Tenor, Barítono, Baixo. Grupos de vozes masculinas que atuaram na Capela Imperial e depois na Catedral Metropolitana, certamente cantaram também nas festas de outras igrejas.

Porém, com o desaparecimento da Capela Imperial como tal, e a não-dotação financeira pelo Governo da República, entre outras coisas, de seus músicos e cantores, por força das circunstâncias começou uma nova modalidade: conjuntos de amadores, reforçados por alguns

profissionais, certamente remunerados como se faz hoje. O Visconde de Taunay, em suas crônicas de Música Sacra (Dois Artistas Máximos... pág. 72) nos oferece um exemplo instrutivo por suas indicações detalhadas: "... a MISA MIMOSA (do Pe. José Maurício) que ouvimos na festa solene de Nossa Senhora da Piedade da Cruz dos Militares, executada por uma orquestra organizada pelo professor José Leverero e sob a regência do maestro João Pereira da Silva e cantada por distintíssimos amadores e por um coro em que se notavam as senhoras da nossa mais alta sociedade.

O LAUDAMUS (do Glória), escrito já com o intuito de fazer brilhar o cantor, foi admiravelmente interpretado por Mme. Elvira Gudin, que soube conservar seu solo a altura da solenidade.

O DOMINUS DEUS é um dueto cuja beleza foi traduzida com sentimento religioso por Mme. Candida Vianna e pelo Professor Carlos de Carvalho. O QUI SEDES é um solo de baixo em que predomina o elemento decorativo; mas a melodia principal é singela e de bonito corte, e podia facilmente ser acentuada e evidenciada, eliminando-se com vantagem aquele excesso de ornamentação. Nesta ária ouvimos a voz fresca e bem timbrada do Sr. Dr. Antonio Carlos de Arruda Beltrão, que desempenhou, com a distinção de costume, o solo que lhe foi confiado.

Para não deixar em silêncio parte da festa, acrescentaremos que Mmes. Meira e Mello Moraes nos solos do CREDO de Theodoro Fach, Mme. Corina Rocha na AVE MARIA de Mariani e Senhorita Georgina Becker no O SALUTARIS de Massenet, confirmaram os créditos que conquistaram já como amadoras eximias. Presente "tout Rio"... não é?

Em outra ocasião (l. c. pág. 69) observa que a orquestra, demasiadamente resumida (falta de verba...) e áspera, ressentia-se da falta de ensaios. As vozes, porém, eram boas e disciplinadas, graças ao belo grupo de amadoras da nossa melhor sociedade, tão amorosamente dirigido pelo zelo e incansabilidade da Exma. Sra. D. Maria Nabuco, centro hoje de bem aproveitáveis elementos artísticos."

D. Maria Nabuco, irmã do grande Joaquim Nabuco, solteirona, possuidora de bela voz, dedicou seus esforços à Religião e à Arte, seja na formação de corais de amadores, como ouvimos, seja dando freqüentadíssimos concertos de canto em benefício de igrejas em construção. Tanto que se dizia “que foi ela a verdadeira construtora da igreja do Sagrado Coração na rua Benjamin Constant”, na Glória.

Tanta boa vontade de colaborar não pôde ser repelida. Por outro lado, tinha de ser cumprida a lei. A solução foi distinguir entre liturgias oficiais e particulares, usando nas primeiras só vozes masculinas (pois vozes infantis só havia no coral do Cónego Alpheu), tanto em originais como em arranjos; e permitindo corais de vozes femininas em cerimônias não oficiais e em colégios e conventos femininos. H. Oswald, Fr. Braga, Barrozo Netto e Villa-Lobos, como Fr. Pedro, Fr. Basílio, Pe. Lehmann, F. Franceschini e outros escreveram para estas soluções.

Compositores e Composições

Com grande satisfação damos em seguida notícia dos compositores brasileiros e estrangeiros radicados no Brasil que escreveram Música Sacra no período em questão, e, com poucas exceções, no Rio de Janeiro.

— *Aragão*, José de Souza — (*7/12/1819 — Cachoeira, Bahia — + 13/9/1904, Cachoeira) — violinista, professor de piano.

7 Missas festivas — 2 Credos.

— *Araújo*, João Gomes de (*5/8/1846, Pindamonhangaba, S. Paulo — + 8/9/1943, S. Paulo).

6 Missas, entre as quais uma de S. Benedito, para a inauguração de igreja dedicada a este santo em Lorena.

— *Bahiense*: Manuel dos Santos Santa Cruz (Bahense) — (*14/6/1851, Laranjeiras, Sergipe — + 20/12/1919?).

Marcha fúnebre Pio X

Ave Maria

Outras peças de música sacra

— *Barretto*, Homero Sá — (*25/3/1884, Cravinhos, S. Paulo — + 2/12/1924, Rio) — professor do Inst. Nac. de Música.

Missa pro defunctis — Ecce Sacerdos Magnus — Kyrie — Ladainha — Ave Maria — poema sinfônico “Fiat lux”.

— *Barrozo*, Joaquim Antonio Netto — (*30/1/1881, Rio — + 1/9/1941, Rio).

Canto “Jesus” — Ave Maria — Salutaris — Tantum ergo.

Coro “Ó Jesu mi” — coro infantil com órgão: Oração a N. Senhora.

Invocação a Jesus — Depois da comunhão

Coro a seco (3 v.): Oração — Prece

Coro a seco (4 v.): Ave Maria — Paz!

Coro a seco (6 v.): Padre nosso

— *Braga*, Francisco — (*15/4/1864, Rio — + 14/3/1945, Rio).

Missa S. Francisco Xavier: 4 v. m. e órgão — Missa S. Sebastião: 3 v. e orquestra — Te Deum: 4 v. e orquestra — Stabat Mater: 2 v. ig. e orquestra; texto do Barão de Paranapiacaba — Ave Maria: coro a capela — O salutaris: solo e harmônio — Jaculatória a N. S. da Penha — Trezenas de S. Francisco de Paula: 4 v. e orquestra — Pastoral de S. João — Ladainha de N. Senhora da Conceição — Gloria in excelsis Deo: solo e harmônio — Laudate Dominum: hinos — Ô vos omnes: Paixão — Cântico para a 1.^a Comunhão: coro infantil — Cântico da coroação: coro infantil — Cântico ao Sagrado Coração de Jesus (texto de Affonso Celso: “Coração adamantino”) — Hino a N. Senhora da Glória: coro e orquestra — Hino a Santa Rita (Affonso Celso) — Hino à Senhora Santana — Padre nosso: coro, solo e harmônio. — Hino a S. José (letra de José Agostinho): coro — Hino a N. Senhora de Lourdes

(Affonso Celso) — Hino a S. Francisco Xavier (Barão de Paranapiacaba) — Hino a S. Sebastião (Barão de Paranapiacaba).

Improviso — para grande órgão — Prelúdio, Pastoral a N. S. de Lourdes.

Visitação: 2.^o episódio da peça “Pastoral” com texto de Coelho Neto.

— *Bussmeyer*, Hugo — (*26/2/1842, Brunswick, Alemanha —, + 1/2/1912, Rio) pianista, estudou com Litolf, von Buelow. 1862 e 1876 no Rio para concertos. Nomeado por D. Pedro II. Mestre da Capela Imperial.

Marcha fúnebre para piano — S. Petrus: ópera sacra.

Magnificat (2 T, 2 B, orquestra) — 3 Te Deuns — Missa completa — Matinas de Natal.

— *Cernichiaro*, Vincenzo — (* 23/7/1858, Torracò, Salerno, Itália — + 1928, Rio) — regeu na Candelária o “Requiem” de Verdi nas exéquias oficiais pelos mortos do encouraçado brasileiro “Aquidabã” — escreveu uma “Storia della Musica nel Brasile dai Tempi Coloniali ai Nostri Giorni” (1549-1925).

2 Ave Marias: canto e instrumentos de corda — Salutaris.

— *Eggers*, Roberto (* 18/12/1899, Porto Alegre — + ?)

— drama lírico “Missões” — poema sinfônico “A noite de Natal”.

— *Fonseca*, Euclides — (* 6/1/1864, Recife — + 31/12 1929, Recife) — pianista, prof. da Escola Normal de Recife. Te Deum para solenizar a extinção da escravatura.

— *Franceschini*, Furio — (*4/4/1880, Roma, Itália — + 15/4/1976, S. Paulo) — aluno de Capocci, veio em 1908 para o Brasil; organista da Catedral de S. Paulo e prof. no Seminário. Inaugurou o órgão da Catedral do Rio, em 1915.

Memorare (diatônico e cromático) — Missa “Aleluia” — Missa em Português — outras 6 Missas (uma a 8 v.,

em 2 coros) — Te Deum: 4 v.m. e órgão — “Te Deum Azul” (fácil): 1 v. e órgão ou harmônio — Sete palavras para a 6.^a Feira Santa — Hino do IV Congr. Eucarístico Nac. em S. Paulo — trechos para órgão ou harmônio — Introdução e Fuga para grande órgão sobre a palavra “Independência.”

Coleção de Cânticos Sacros em latim e em vernáculo (de vários autores).

— *Gianetti, Giovanni* — (*25/3/1869, Nápoles — + 10/12/1934, Rio).

Estudou em Viena e Milão — pianista, compositor, regente — ópera sacra “Cristo alia festa di Purim”, calcada numa obra literária do filósofo italiano Giovanni Bovio, estreada aos 18/12/1904 no Rio — ópera sacra “Il Nazareno”.

— *Gomes, João* (João Gomes de Araujo Júnior) — (*23/10/1871, Pindorama, S. Paulo — + 19/7/1963, S. Paulo).

Filho do M.^o João Gomes de Araújo. estudou em Milão.

4 Missas: Terezinha de Jesus — N. S. da Aparecida — Santo Antônio — São Paulo.

— *Gondim, Zacharias* — Thomaz da Costa — (*29/12/1851, Sobral, Ceará — + 13/12/1907, Fortaleza) — prof. de música, promotor, tabelião, advogado, deputado.

Hino de N. Senhora de Lourdes — Missa solene em Sol: 4 v. — Te Deum em Sol: 4 v. — Tantum ergo — Motetes — Regina caeli: grande coral — Regina caeli simples — Ladainhas.

— *Gonzaga, Francisca Hedwiges* (Chiquinha) — (+ 17/10/1847, Rio — + 28/2/1935).

Antes da fase popular... escreveu, aos 11 anos a “Canção aos Pastores”, com letra de um seu irmão de 7 anos.

— *Gouvêa, Arnaud Duarte de* — (*agosto de 1865, S. João Nepomuceno, Minas — + 12/7/1942).

Estudou órgão com Alberto Nepomuceno — foi organista da igreja da Cruz dos Militares.

Ofertório para órgão

— *Gouveia*, Agostinho Luiz de (*? — + 9/9/1941, Rio).
Ave Maria 4 v. m. — Ladainha de S. José — Missa
Santa Isabel.

— *Guanabario*, Oscar — (*29/11/1851, Niterói —
+ 17/1/1937, Rio) — comédia para teatro(?) “Ave Maria.”

— *Itiberê*, Brasílio I. da Cunha — (*1848, Paranaguá,
Paraná — + 1913, Berlim) — diplomata de carreira e mú-
sico — tio de outro compositor, Brasílio I. da Cunha...
Messe de Noel

— *Lachmund*, Charley — (*29/6/1877, New York —
+ ?, Rio) — chegado em nov. de 1877 ao Rio, aqui se esta-
belece definitivamente em 1910; pianista, professor de pia-
no, história da música, estética musical.

Ave Maria(s) — cantos sacros

— *Lehmann*, Padre João Batista, SVD. — (*25/8/1873,
Alemanha — + 1955, Rio).

Rosas Eucarísticas (letra de Durval de Moraes) — Se-
mana Santa — Hino do Congr. Eucar. de Belo Horizonte
— Hinos diversos — peças para órgão — O órgão festivo,
coleção de peças para órgão — Coleção de cânticos sacros
“Harpa de Sião.”

— *Limeira*, Ernesto de Souza — (*25/5/1839, Itapa-
rica, Bahia — + 1/8/1897, Valença).

Diretor do Teatro S. João — prof. de música (harmonia,
contraponto, fuga) no Liceu de Artes e Ofícios — pianista,
tocando também violino e violão.

5 missas festivas

— *Lobo*, Elias Alvares — (*9/8/1834 — Itu, S. Paulo
— + 15/12/1901, S. Paulo).

Missa — Te Deum

— *Mesquita*, Amélia de — (*27/4/1866, Rio — + 27/
8/1954, Rio) — estudou órgão com Saint-Saens — profes-

sora de órgão durante 25 anos no Instituto Benjamin Constant.

Missa a 2 v. — 3 Salutaris — Padre Nosso — Motetos — 6 Ave Marias.

— *Milanez*, Abdon Felinto — (*10/8/1858, Areias, Paraíba do Norte — + 1/4/1927, Rio.

Diretor do Instituto Nac. de Música

Missa a Santa Luzia — outras peças sacras

— *Nopomuceno*, Alberto — (*6/6/1864, Fortaleza, Ceará — + 16/10/1920, Rio) estudos em Roma e Berlim; em Paris, órgão com Alexandre Guilmant — diretor do Inst. Nac. de Música — empenhado em divulgar a obra do Pe. José Maurício.

Mater dolorosa, canto — Cantos Eucarísticos — Invocação à Cruz: coro a capela — Comunhão: para órgão — Sinos de Natal: página de álbum.

Natal: 3.º episódio da ópera "Pastoral", com letra de Coelho Neto.

— *Nunes*, Francisco — (*14/5/1875, Diamantina, Minas Gerais — + 1934, Belo Horizonte).

Professor e diretor do Inst. Nac. de Música — clarinetista Prelúdio, Coral e Fuga para orquestra

— *Oswald*, Henrique (* 14/4/1852, Rio — + 9/6/1931, Rio).

Missa: 4 v. m., órgão e orquestra — Missa de Requiem: 4 v. m. a capella — Ave Maria: 4 v. — O salutaris 4 v. — Memorare: 4 v. — Tantum ergo: 3 v. — Tantum ergo: 4 v. — Pater noster 4 v. — Veni Sancte Spiritus — 3 v. — Magnificat — 4 v. e órgão — Sonata para órgão — "Anunciação" — 1.º episódio da "Pastoral" com letra de Coelho Neto.

— *Pastor*, Estefania de Freitas (*6/9/1843, Maranhão — + 27/9/1913, Paris) — pianista, professora de música — compositora.

Salutaris para a primeira comunhão na igreja de Grenelle, França.

— *Pedrosa*, Luiz (* 26/12/1854. Rio — + 18/7/1925, Rio) — de família pobre, estudou no Arsenal da Marinha e no Inst. Nac. de Música.

Missa: 4 v. e grande orqu., dedicada a D. Pedro II — Missa Santa Rosa (nome da progenitora) — Credos — Te Deus — Ave Marias — Salutaris — Tantum ergo — Tríduos — Septenários — Novenas — Trezenas — Jaculatórias — Hinos — Marchas — Ladainhas — Motetes — Ecce Sacerdos — Prelúdios para órgão.

— *Pereira*, Elpídio — (* 16/10/1872, Caxias, Maranhão — + 13/4/1961, Rio) — estudos musicais no Brasil e em Paris — Cônsul do Brasil na França e na Inglaterra.

Missa a N. S. da Conceição

— *Pereira*, Dr. Victor.

Mestre — capela e organista da Catedral do Rio, id. da Colegiada de S. Pedro — Autor dum Tratado de Modulação. O Cor Jesu para vozes de meninos, T, Bar, B e órgão.

— *Porto Alegre*, Ignácio Francisco de Araújo — (* 26/10/1854, — + 16/10/1900, Rio) — filho de Manuel A. P. Alegre — estudou na Europa — prof. de solfejo e canto coral do Inst. Nac. de Música.

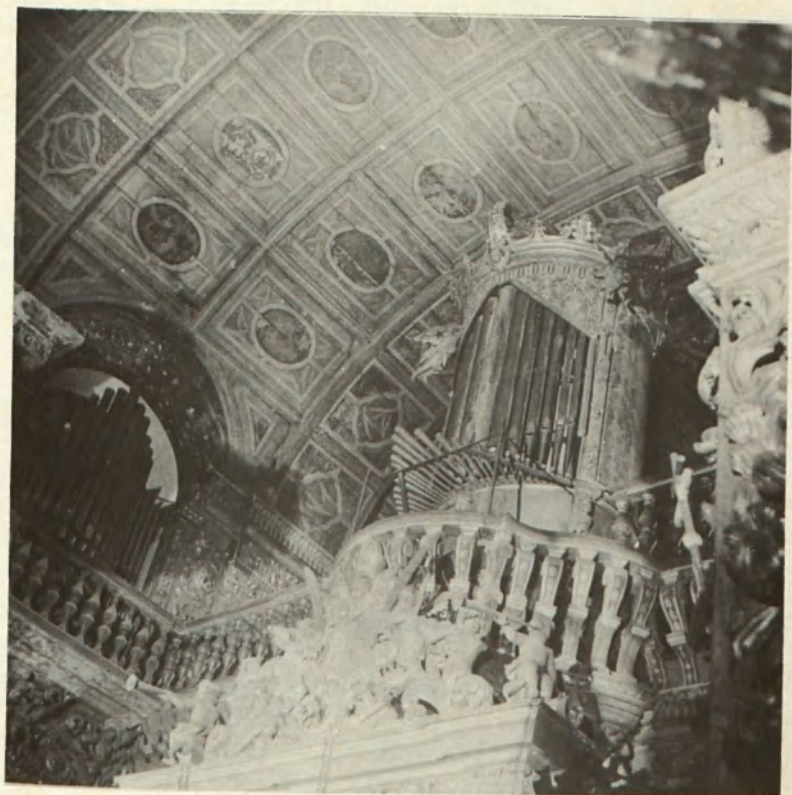
Corais — peças para órgão — música sacra para orquestra.

— *Rebouças*, Alípio — (+ 1851, Bahia — + 1881, Bahia) — flautista.

Missas festivas — Requiem — Te Deum

— *Reis*, Júlio Cesar do Lago — (* 23/10/1870, S. Paulo — + 1933, Rio).

Ave Maria: para piano e coros, apresentada numa festa de Santa Cecília na igreja do Smo. Sacramento do Rio, sob a regência do M.^o Henrique Alves de Mesquita (1883) — Marcha triunfal para órgão, para o Jubileu do Papa Leão XIII, executada em Roma, em 1887.



Órgão da Coroa, no Mosteiro de São Bento, Rio de Janeiro

— *Republicano*, Antônio Assis — (*15/11/1897, Porto Alegre, — + 26/5/1960, Rio) — aluno de Fr. Braga e Agnelo França no Inst. Nac. de Música.

Ópera "A Natividade de Jesus" (A Vida de Jesus), com libreto do Conde de Afonso Celso, estreada em 25/3/1937 no Teatro Municipal do Rio, mas já escrita durante o tempo de estudos.

— *Roewer*, Frei Basílio, OFM — (* 2/11/1877, Neviges, Alemanha — + 19/8/1958, Rio) — chegou em 1894 ao Brasil — trabalhou em Salvador e no Rio — comentário do Motu Proprio de Pio X — também historiador — Missas — Ladainhas — Hinos — Motetes — Semana Santa — cânticos sacros — Cantata "Santa Inês" — Ave Maria.

— *Santos Lima*, José Joaquim dos (*18/5/1880, Rio — + ?) — órfão no Inst. Profissional João Alfredo, aulas de Fr. Braga — prof. de música no Colégio Militar, Asilo Gonçalves de Araújo — Nênia: canto fúnebre — Missa Sagrado Coração de Jesus: 2 v. — Ave Maria — Salutaris — Panis Angelicus — Hino a N. S. de Lourdes.

— *Sinzig*, Frei Pedro, OFM — (* 29/1/1876, Linz, Alemanha — + 8/12/1952, Duesseldorf, Alemanha) — chegou em 1893 no Brasil, trabalhou em Salvador (pacificador no conflito de Canudos), Blumenau, Lajes, Rio.

85 obras musicais — 55 literárias — 5 traduções — direção de 13 periódicos — colaborou em 21 revistas nacionais e estrangeiras.

10 Missas — 10 Ladainhas — Motetes — Te Deum — Marchas de Procissão.

Cantatas: Maria Santíssima, S. Francisco de Assis, Santa Cecília.

Oratório "Natal" — ópera "Frei Antônio" (com o M.^o Maximiliano Hellmann) — 3 hinários: Benedicite, Sursum corda, Cecília.

livros didáticos — Escola de Música Sacra-rev. "Música Sacra" — Editora Sta. Cecília.

— *Torres*, Miguel dos Anjos Sant'Anna — (*16/12/1837, Bahia — + 16/7/1902).

16 Missas festivas — 1 Requiem — 8 Te Deum — 9 novenas — 7 credos — 10 Tantum ergo — 5 Ecce Sacerdos — 4 Ave Maria — 12 Hinos — Salmos — Marchas fúnebres.

— *Velasquez, Glauco* — (*23/3/1884, Nápoles — + 21/6/1914, Rio) — nasceu em Nápoles, mas é brasileiro.
Ave Maria — A Virgem Santíssima — 5 Padre-nosso.

— *Villa-Lobos, Heitor* — (* 5/3/1887, Rio — + 17/11/1959, Rio).

Em 1909 a 1.^a das 15(19?) Ave Marias: canto a 1, 2 v. — 4 v. m., com órgão, cordas, orquestra — Ave verum — Bendita sabedoria (6 corais) — Cor dulce, cor amabile — O Cor Jesu — Hino a Sto. Agostinho — Kyrie — Magnificat — Aleluia: orquestra, solo, coro misto — 8 marchas religiosas: orquestra — 8 Marchas solenes — 2 Memorare — Missa S. Sebastião — Missa Vida pura — 3 Padre-nosso — 2 Panis Angelicus — 3 Salutaris — Sub tuum praesidium — 3 Tantum ergo — Praesepe (texto do P. Anchieta, Ed. Vitale) — coleção “Música Sacra.”

É, porque não dizer, surpreendentemente grande o número e a categoria das composições, incluindo os maiores nomes da época, sinal do valor intrínseco do tema religioso como fonte de inspiração e, como dissemos acima, de motivação pela certeza de execução freqüente.

Órgãos

Não se pode falar em Música Sacra sem falar do órgão. Assim também pensou Leopoldo Miguez ao incluir esta cátedra nos programas do “Instituto Nacional de Música” a partir de 1890. E, saindo da teoria para a prática, destinou os 20.000\$000 do 1.^o prêmio, concedido a ele pela composição do “Hino da Proclamação da República”, à aquisição dum órgão para o Instituto (reformado e ampliado em 1954 sob a direção da professora Joanídia Sodré). Emilio Lamberg (1863-1914), filho dum austríaco e nascido em Pernambuco, que foi estudar em Viena piano e órgão,

e outra vez órgão com Guilmant em Paris; voltando em 1887 ao Brasil (após ter desertado do serviço militar austríaco) foi por ordem de Leopoldo Miguez à Europa para acompanhar a construção deste órgão.

Em 1895 foi nomeado professor dessa matéria Alberto Nepomuceno que, apesar de já ter estudado bem este instrumento, foi novamente a Paris para se aperfeiçoar com o célebre organista e compositor F. A. Guilmant.

É com certa tristeza que falamos do órgão. No Rio antigo, anterior aos nossos dias, havia órgãos em tantas igrejas: Capela Imperial, posteriormente Catedral Metropolitana, para a qual D. Arcoverde adquiriu um bom instrumento da Casa Walcker, Alemanha e que foi inaugurado em 1915 por F. Franceschini — Mosteiro de S. Bento — Convento de Sto. Antônio (os dois últimos reformaram e ampliaram os órgãos) — Candelária — S. Pedro — N. S. da Lapa dos Mercadores — Lapa do Desterro — N. S. Mãe dos Homens — N. S. da Lampadosa — Senhor Bom Jesus do Bonfim e N. S. do Paraíso — SS. Sacramento — N. S. do Outeiro da Glória — Bom Jesus do Calvário — Santana — Cruz dos Militares (posterior reforma e ampliação) — S. Francisco de Paulo — S. João Batista da Lagoa.

Referentes ao período 1900-1910 conhecemos alguns nomes de organistas:

- 1 — Alberto Nepomuceno (1864-1920) no Inst. Nac. de Música;
- 2 — Arnaud Duarte de Gouvea (1865-1942), seu discípulo, na igreja da Cruz dos Militares;
- 3 — Frederico Guigon (1839-1901), ainda da Capela Imperial, onde sucedeu a seu pai, nomeado por D. Pedro II e do qual ainda falaremos;
- 4 — Cónego José Alpheu Lopes de Araújo (1871-1941) na Matriz de Santana;
- 5 — Emilio Lamberg (1863-1919) no Inst. Nac. de Música;
- 6 — Amélia de Mesquita (1866-1954) — no Instituto Benjamin Constant;
- 7 — Henrique Alves de Mesquita (1836-1906) na igreja de S. Pedro;

- 8 — Luiz Pedrosa (1854-1925) na igreja de S. Pedro, indicado por seu mestre, Henrique A. de Mesquita;
- 9 — Victor Pereira, na Catedral Metropolitana e na Colegiada de S. Pedro;
- 10 — Frei Pedro Sinzig, OFM (1876-1952) — no Convento de Sto. Antônio, na Escola de Música Sacra;
- 11 — Antônio Severino da Costa na igreja do Bom Jesus do Bonfim e N. S. do Paraíso.

Que aconteceu com estes órgãos? Alguns, como o da Escola de Música e do Mosteiro de S. Bento, funcionam. Outros são desafinados, mudos, desmontados, encaixotados, postos de lado, substituídos por órgãos eletrônicos.

Os motivos para isso são vários. O principal é falta de verdadeiro interesse e compreensão que venceriam qualquer obstáculo. Outro é: não há órgãos, porque não há organistas (e não há organistas, porque não há órgãos...) O maior problema é a manutenção: instrumento complexo, necessita de uma revisão geral pelo menos de seis em seis meses; e de um profissional à disposição a qualquer momento necessário.

Os antigos eram práticos: Pedro Guigon, pai de Frederico G. (* 1803, Lyon, França — + 1862, Rio), foi nomeado por D. Pedro II organista da Capela Imperial, vencendo 500\$000 anuais, porém com a obrigação de consertar o órgão da mesma, fazendo ele todas as despesas.. e “sujeito a ser despedido logo que deixe de bem servir” (e deixar o órgão mudo...)

Mas para consertar (ou melhor: construir) um órgão, é preciso aprender esta arte difícil. Quem aprende é aprendiz. E hoje só há mestres... Confundem a obrigação social de tratar bem um aprendiz com a possibilidade de existir “debaixo” dum mestre um aprendiz. O resultado é que só temos negociantes que vendem um instrumento. E quando este falha: que se compre um outro, novo...

Da mesma forma tratou um Sr. João Alves Pinto (*no Rio), bacharel em letras, pianista amador, empregado na Casa Buschmann e Guimarães, do piano, traduzindo de C. Dusseil o “Tratado Elementar de Afinação de Piano”.

O citado Pedro Guigon, além de organista e professor de música no Seminário S. José, começou em 1849 uma

“fábrica de órgãos, harmônios e realejos”; uma casa de impressão e venda de músicas, de aluguel de pianos (marca Pleyel).” A viúva, o filho e o neto mantiveram a casa, com novos sócios, até 1907.

Editoras

Assim já tivemos no Rio de 1910 Casas de músicas, e Editoras de músicas:

- 1 — Pedro Guigon e sucessores;
- 2 — Casa Preale “na antiga travessa do teatro”;
- 3 — Casa Artur Napoleão, de músicas e pianos (incentivada pelo famoso pianista e compositor);
- 4 — Casa Vieira Machado;
- 5 — Casa Bevilacqua: pianos, harmônios e músicas;
- 6 — Casa Castro Lima;
- 7 — Casa Carlos Wehrs.

No Rio de hoje, 6 vezes maior do de 1910, temos 3 filiais de Editoras (com sede em S. Paulo) e umas 4 que vendem músicas e instrumentos...

Sociedades musicais

Ao contrário do tempo colonial e da Corte Imperial, foi em nosso período praticada a música por profissionais e amadores em sociedades particulares: Clube Mozart — Clube Beethoven — Clube Sinfônico — Centro Artístico — Centro Musical — Sociedade Filarmônica — Sociedade de Quartetos clássicos, mantendo alguns deles cursos regulares de música para seus sócios.

Ensino

Assim podia-se estudar música, fora do Instituto Nacional de Música (e de seus antecessores: Conservatório de Música — Seção de Música na Academia Imperial de Be-

las Artes) também nas entidades: Sociedade de Música — Imperial Instituto de Meninos Cegos — Instituto Benjamin Constant — Imperial Colégio Pedro II — Seminário Episcopal S. José — Liceu de Artes e Ofícios — Asilo dos Meninos Desvalidos (Instituto Profissional João Alfredo) — Colégio Militar — Asilo Gonçalves Araújo da Irmandade da Candelária.

Muitos dos melhores músicos e compositores ou saíram destes institutos ou neles lecionaram.

Sinos e sua linguagem

Se a Música Sacra tem por função solenizar os atos litúrgicos, os sinos tocam “para anunciar ao povo as festividades e chamá-lo para as funções sagradas.” (Canon 1169 do Direito Canônico). Por isso são bentos solenemente pelo bispo e é desejado que toda igreja ou capela tenha um ou mais sinos. Ainda hoje fazem parte da vida comunitária, seja urbana, seja rural. E quando, no intuito de diminuir a “poluição sonora” (das buzinas, dos toca-discos e dos alto-falantes...) alguns padres aboliram os toques tradicionais do sino nas “Ave Marias” — de manhã, ao meio dia e à tardinha — um grupo de leigos procurou o Arcebispo, pedindo corrigir isso e voltar ao costume antigo “para humanizar a cidade”.

Se isso acontece hoje, podemos imaginar a importância dos sinos no Rio de 1910, quando a vida do povo estava muito mais unida à religião em todas as suas manifestações, mesmo cívicas e civis.

Os sinos anunciaram — e anunciam ainda hoje — o início das funções religiosas, tocam de forma mais solene nas vésperas dos domingos e festas (feriados...), lembram 3 vezes por dia o “Angelus”, o anúncio do anjo a Nossa Senhora.

Mas no passado tinham ainda outras atribuições, pois por faltar outros meios de comunicações serviram otimamente para este fim mediante convenções familiares a todos: festas cívicas — perigo em caso de guerra — necessidade de ajuda para apagar um fogo — nascimentos e mortes.

Isso exprimem as inscrições em latim que os sinos costumam receber na hora da fundição. Eis algumas:

- 1 — Laudo Deum verum, populum voco, congreo clerum
(Louvo a Deus verdadeiro, convoco o povo, congreo o clero);
 - 2 — Defunctos ploro, pestem fugo, festa decoro (Choro os defuntos, afugento a peste, decoro as festas);
 - 3 — Funera plango, fulmina frango, sabbata pango (Choro os funerais, parto os raios, anuncio os sábados);
 - 4 — Excito lentos, dissipo ventos, paco cruentos (Apresso os lentos, dissipo os ventos, aplaco os cruentos);
- (Pastoral Coletiva dos Bispos do Brasil, 1915, n.º 778)

Havia no passado ainda costumes hoje em desuso: o “Viático”, isso é, a Santa Comunhão para a derradeira viagem, foi levada com bastante solenidade ao enfermo, acompanhando um grupo de fiéis, munidos de tochas, o sacerdote. Um sinal de sino anunciava a saída desta procissão da igreja, convocando a quem quisesse acompanhá-la.

No interior, em localidades menores, ainda há o mesmo costume do Rio de 1910: “dobrar” o sino para anunciar o falecimento dum paroquiano. Claro que isso torna-se um tanto difícil numa cidade grande, ainda mais em tempos de epidemia, como na da febre amarela de 1850, quando a autoridade civil fez com que se evitasse impressionar os doentes com o toque continuado de sinais de morte.

Havia lugar para abusos também quanto ao número de toques. Previstos eram tantos para falecidos masculinos, tantos para femininos. O sacristão recebia uma gratificação por este serviço extra; e quando a família tinha gosto em gastar, ele não hesitava de tocar mais de uma vez. Interveio a Sociedade de Medicina; o Ministro de Justiça escreve (1834) ao Vigário Capitular e lembra a Constituição da Bahia sobre “número de sinais, curta duração, somente na igreja onde o defunto era freguez” — e é prontamente atendido.

Interessante é que, em algumas épocas, anunciaram também, certamente com um sino diferente daquele dos

defuntos, os nascimentos: com 9 badaladas para meninos e 7 para meninas (como os tiros de canhão para príncipes e princesas...). Era a parteira que providenciava isso, pagando ao sacristão entre 4 vinténs e meia pataca, dando com isso oportunidade aos amigos de visitar a casa feliz, levando presentes.

É Vieira Fazenda que conta isso em crônicas, escritas em 1908, publicadas na Rev. do IHGB em 1923.

E ainda fala do “sino do Aragão” que acorda às 4 horas da madrugada para o trabalho os caixeiros e empregados do comércio. Que tempos! Se bem que dizem que também hoje certas pessoas que vêm do subúrbio, da mesma forma têm de levantar a esta hora para chegar em tempo no emprego, com ou sem sino.

Com tanta importância dada à comunicação pelo sino era natural que todos se esforçassem para reconhecer a mensagem. E Vieira Fazenda escreve bem-humorado: “... a velha D. Justiniana conhecia pelo ouvido os sons de todos os sinos desta cidade... “Lá está S. Bento chamando os frades para o coro — Aquilo é sinal de defunto em Sta. Rita — Ouçam, são 4 horas, e as freiras de Sta. Tereza parecem pedir um vintém aos frades barbadinhos. Estes respondem: “Capuchinho não tem, Capuchinho não tem” — Porque estaria roncando hoje o sino grande da Capela Imperial? Já sei, anuncia o tríduo de S. Sebastião — Aquele sininho esganiçado é de S. Pedro. Não se pode confundir com o da Candelária. Ambos anunciam que vai também começar o coro.”

Menos contente ele fica com os sinos da igreja do Carmo e diz: “no mês de julho (festa de N. S. do Carmo) e outubro (N. S. do Rosário) é verdadeiro milagre como, neste tempo, os empregados da Silva Araujo, Granado e Giffoni têm cabeça para compor e preparar poções, pílulas, xaropes e vinhos reconstituintes.” (l. c.)

Mas se consola: “Assim como há sinos cacetes, outros existem inofensivos; os da Ajuda, por exemplo (vizinhos da Bibl. Nac.!) soam tão surdamente no interior do convento, que mal são ouvidos. Ao menos, não martirizam os tímpanos dos frequentadores da Avenida Central, do Passeio Público, da Avenida Beira-Mar e até no Palácio Monroe.”

Hoje os sinos geralmente são acionados por motores. Sem estes é necessário puxar uma corda para movimentar o sino, seguro por braçadeiras de ferro ao “cabeçalho” de madeira, peça esta que é puxada para balançar sobre um eixo, e com ela o sino. Se o sino pesa centenas de quilos (o maior da Lapa dos Mercadores pesa 763,50 kg, mais 77 de cabeçalho, mais 77 de ferragem), o “sineiro” é levantado do chão e precisa de muita destreza para controlar os movimentos do sino, principalmente no início e no fim. Por outro lado constitui isso um divertimento para a molecada que se apressa em “ajudar” o sineiro. Mas pode acontecer — como aconteceu — que suas exhibições imprudentes os façam perder o equilíbrio e a segurança, sendo lançados pela força do movimento pelas janelas da torre. Assim “um, arrojado da torre de S. Francisco (de Paulo), veio despedaçar-se de encontro às pedras do largo.” E outro “caindo da torre de S. Pedro, ficou espetado na gradaria do templo”. (Sempre Vieira Fazenda).

Carrilhões

Sinos tão queridos, em tamanhos diferentes, para formar sons mais agudos ou mais graves da escala diatônica e cromática, em mãos habilidosas se prestam para servir de instrumento musical: O “Carrilhão”, apto para executar peças musicais. Hoje o mais conhecido e afamado é o da igreja de S. José. Há outro, no Santuário da Penha, ao qual, contudo, falta quem o saiba tocar. Em redor de 1910 o Ferreira Velho encantava a todos executando músicas diversas no carrilhão da igreja de S. José. A igreja da Lapa dos Mercadores pôde dispor durante 34 anos da arte de seu sineiro Luís Augusto da Silva (+ 1907) que fez tocar e cantar os 12 sinos importados de Lisboa pela importância de 400\$000.

Tudo certo, importante e interessante. Porém, mais uma vez D. João VI rouba a cena: foi dele a primeira idéia de formar um carrilhão. Tirou sinos daqui e dali e os levou para sua “Capela Real”, recebendo manifestações

escritas de “satisfação em poder servir a S. Alteza”, provavelmente nem sempre de acordo com os verdadeiros sentimentos dos — negativamente — contemplados.

Sinos em nomes de jornais

Com tanta repercussão dos sinos na vida da cidade é compreensível que jornais se inspiravam nos sinos para formar seu título: “Sineta da Misericórdia” — “Sineta do Teatro” — “Sino da Lampadosa” — “Sino dos Barbadinhos”.

Óperas

Um gênero de Música, se não “Sacra”, pelo menos “religiosa” deste período não deixa de apresentar surpresa: Óperas com libreto sacro. Escritas para o teatro, com a técnica apropriada, mas respeitando rigorosamente o tema sacro.

1 — “*Pastoral*,” texto de Coelho Neto que confiou a quatro dos melhores compositores da época a parte musical do prelúdio e dos 3 episódios:

Prelúdio: Santana Gomes

1.º episódio: *Anunciação*: Henrique Oswald

2.º episódio: *Visitação*: Francisco Braga

3.º episódio: *Natal*: Alberto Nepomuceno.

Este último regeu a peça na estréia no Teatro S. Carlos de Campinas, S. Paulo, no dia 25/12/1903.

2 — “*Missões*” (Redução dos jesuítas no Rio Grande), de Roberto Eggers;

3 — “*Cristo alla festa de Purim*”, de Giovanetti Gianetti, estreada no Rio em 19/12/1904;

4 — “*Il Nazareno*”, do mesmo autor;

5 — “*A Natividade de Jesus*” (A Vida de Jesus”), de Antônio de Assis Republicano; com libreto do Conde

- de Afonso Celso. Foi estreada no Rio em 25/3/1937 no Teatro Municipal, mas escrita no tempo em que o autor estudava no Instituto Nac. de Música;
- 6 — “*O Ermitão da Glória*” — do mesmo autor; com libreto de Modesto de Abreu — inédita;
 - 7 — “*S. Petrus*”, Hugo Bussmeyer, Mestre da Capela Imperial;
 - 8 — “*Ave Maria*”, de Oscar Guanabara. Iza de Queiroz fala de uma “comédia para teatro”. De que tipo será?
 - 9 — “*Jesus*”, ópera em 3 atos, de Heitor Villa-Lobos, com libreto de Goulart de Andrade — inédita.

Música Sacra e os grandes eventos da época

A Música Sacra é por sua própria natureza uma arte comunitária, porque se destina principalmente a prestar colaboração artística nas manifestações religiosas coletivas. Com isso participa dos grandes eventos nacionais e, eventualmente, internacionais.

Assim escreveu Fonseca Euclides um “Te Deum” para solenizar a *extinção da escravatura*. O “Requiem” de Mozart foi executado, sob a regência de J. M. Santa Rosa, na missa celebrada no Campo de Santana pelos soldados mortos na *Guerra do Paraguai*, merecendo, por outro lado a celebração da vitória do compositor Rafael Coelho Machado um “Te Deum”, executado na igreja de S. Francisco da Penitência durante a celebração litúrgica.

Cernichiaro regeu em 1906 o “Requiem” de Verdi nas exéquias oficiais pelos mortos do encouraçado brasileiro “*Aquidabã*”. E F. Franceschini comporá sua “Introdução e Fuga” para Grande Órgão sobre a palavra “*Independência*”.

Manoel dos Santos Santa Cruz (Bahense) escreveu uma “Marcha fúnebre Pio X” (1846-1878), cabendo a Júlio Cesar do Lago Reis a autoria da “Marcha Triunfal”

para órgão, composta por ele para as festas do *jubileu do Papa Leão XIII* (1878-1903), chegando a ser executada em Roma.

Da mesma forma desejamos nós participar com estas modestas notas sobre Música Sacra das comemorações festivas dos 70 anos de atividades da Biblioteca Nacional no prédio da "Avenida Central", cuja Seção de Música tanto ajuda a todos nós que nos interessamos pela Música. E achamos por bem, de doar — como presente de aniversário — manuscritos musicais, autógrafos e fotografias autografadas de músicos na certeza de que outros tirarão proveito deles no acervo tão bem cuidado, como nós encontramos ajuda preciosa em material e pessoal.

BIBLIOGRAFIA

- Mons. Antônio Alves Ferreira dos Santos. *A Archidiocese de S. Sebastião do Rio de Janeiro*. Tip. Leuzinger, Rio, 1914.
- Anuário da Arquidiocese do Rio de Janeiro*. Cúria Metropolitana. 1980. 11.^a edição.
- Pe. Dr. Guilherme Schubert. *A Província Eclesiástica do Rio de Janeiro*. Livraria AGIR Editora, Rio de Janeiro, 1948.
- Mons. Guilherme Schubert. *A Música Sacra na História da Música*. Editora Electra, Rio de Janeiro, 1970.
- Renato Almeida. *História da Música Brasileira*, 2.^a edição, F. Briguiet & Co., Editores, Rio de Janeiro, 1942.
- Enciclopédia da Música Brasileira Erudita, Folclórica, Popular*. Art Editora Ltda., S. Paulo, 1977.
- Padre Agnelo Rossi. *Diretório Protestante no Brasil*, Tipografia Paulista, Campinas, 1938.
- Luiz Heitor Corrêa de Azevedo. *Relação das Óperas de Autores Brasileiros*. Edição do Min. de Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1938.
- Pe. José Geraldo de Souza. *Apontamentos de Música Sacra*. Livraria Salesiana Editora, S. Paulo, 1950.

- Maria Luísa de Queirós Amâncio dos Santos (Iza de Queirós Santos). *Origem e Evolução da Música em Portugal e sua Influência no Brasil*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1942.
- Frei Pedro Sinzig, OFM. *A Música Sacra no Brasil in: Revista "Música Sacra"*, Petrópolis, 1946.
- Frei Pedro Sinzig, OFM. *Notas sobre a Música Sacra no Rio in: "A Província Ecles. do Rio de Janeiro"* (vide supra).
- Vieira Fazenda. *Os Sinos do Rio de Janeiro in: Revista do Instituto Geográfico Brasileiro (IHGB)*, 1923.
- Visconde de Taunay. *Dois Artistas Máximos José Mauricio e Carlos Gomes*. Editora Comp. Melhoramentos de S. Paulo, 1930.
- Frei Basilio Roewer, OFM. *Música Sacra ou Comentário do Motu Proprio de Sua Santidade Pio, pp. X*. Tip. do Colégio São José, Petrópolis, 1907.
- Vincenzo Cernichiaro, *Storia della Música nel Brasile, dai Tempi Coloniali ai Nostri Giorni (1549-1923)* Stab. Tip. Edit. Fratelli Riccioni, Milano, 1926.

O decreto de 7 de janeiro de 1890, que separou a Igreja do Estado, ou — mais explicitamente — que proibiu às autoridades federais e estaduais regulamentarem, ou impedirem alguma religião foi resultado de um sério entendimento entre Rui Barbosa, então vice-chefe do Governo e D. Antônio de Macedo Costa, Bispo do Pará e maior expressão do episcopado nacional. Não poderia ser um acordo perfeito entre as duas partes. O documento fundamental para interpretação do texto legal é a carta dirigida pelo bispo ao ministro em 22 de dezembro de 1889.¹ Mas de qualquer maneira, disse o bispo, vindouro Primaz do Brasil, “A Igreja do Brasil ganhou imenso”, “Ganhou imenso, ganhou a liberdade que não tinha!”

Em consequência, a Pastoral Coletiva de 19 de março de 1890,² resultado da primeira reunião do episcopado brasileiro em sua história, é uma clarinada de vitória diante do poder político que, poucos anos antes, encarcerava dois prelados por seguirem fielmente a orientação do Pastor Universal:

“Acabamos de assistir a um espetáculo que assombrou o universo... um trono afundado de repente no abismo que princípios dissolventes, medrados à sua sombra, em poucos anos lhe cavaram! Desapareceu o trono... E o altar? O altar está em pé, amparado pela fé do povo e pelo poder de Deus.”

¹ F. de Macedo Costa: *Lutas e vitórias*. Bahia. Dois Mundos, 1910. p. 101.

² *O Episcopado brasileiro ao clero e aos fiéis da Igreja do Brasil*. São Paulo, J. Seckler, 1890.

Nem todos pensaram tão otimisticamente. Nabuco, por exemplo, já então católico integral, via com temor o que ele considerava a laicização do país. A maioria, porém, encarou a medida como um passo à frente. Monsenhor Manuel Barbosa, num livro que é uma das melhores sínteses da história eclesiástica do Brasil, denomina o decreto de 7 de janeiro "a carta de alforria da Igreja Brasileira."³

A Igreja estava pobre. O clero deixava de receber as cômputas, provenientes dos pingues dizimos pagos ao patrono que era o Imperador, Grão-Mestre da Ordem de Cristo. Alguns bispos não tinham sequer onde instalar os pomposamente chamados "Palácios Episcopais". A maior parte aboletava-se nos conventos das agonizantes ordens religiosas. Os párocos iam passar a viver das espórtulas dos fiéis. Ricas eram as Ordens Terceiras e as Irmandades, cujo patrimônio incluía numerosos templos, hospitais e asilos e cuja propriedade ficava intacta. Mas nada disso valia a liberdade da escolha dos bispos, a cessação da interferência nas paróquias e nos cabidos, as determinações dentro da liturgia. Era, acima de tudo, a possibilidade de se reconstituir o clero regular, reduzido quase à extinção. A proibição do noviciado esvaziara os conventos. Renunciar ao mundo para consagrar-se a uma vocação religiosa parecia a todos um desatino.

Há poucos documentos tão melancólicos para uma alma cristã como a carta de Monte Alverne a Gonçalves de Magalhães quando percebeu neste uma tendência para o claustro. A sombra de Junqueira Freire perpassa por aquelas linhas tenebrosas.⁴ Era no próprio seio das comunidades que se instalara a descrença na restauração do espírito religioso.

E no entanto o milagre se realizou. A hierarquia não só se manteve como se desdobrou e se expandiu em ações

³ Manuel Barbosa: *A Igreja no Brasil*. Rio, A Noite, 1945, p. 31.

⁴ Domingos José Gonçalves de Magalhães. "Biografia do padre-mestre Frei Francisco de Monte Alverne". *Rev. do Inst. Histórico e Geogr. Brasileiro*. T. XLV, 2.º, 391.

beneméritas. Os conventos se repovoaram com o auxílio das comunidades estrangeiras. Num período bem curto retomou-se a regularidade das suas vidas conforme as suas diversas regras.

Entre atônitos e embevecidos acompanhamos os passos dos missionários que restauraram a regularidade religiosa nos raros conventos que não estavam ainda reduzidos a ruínas.⁵

O fato é que ao abrir o século XX a Igreja apresentava um aspecto bem diverso do ambiente sombrio e de abandono dos últimos anos. Vejam-se nas páginas citadas de Frei Pedro Sinzig os tristes casos de desacato aos sacerdotes e autoridades religiosas a que ele assistiu ao chegar.

No livro do Centenário do Descobrimento, 1900, o Pe. Júlio Maria, a maior cabeça do clero secular (depois incorporado às hostes dos Redentoristas), começa por afirmar: "No período republicano, separada a Igreja do Estado, a Religião tem no Brasil uma nova e tão enérgica afirmação, que não é lícito apontar os erros e os excessos dos legisladores republicanos, sem reconhecer, ao mesmo tempo, os proveitos e vantagens que de fato implicou para o Brasil o novo regimen."⁶

Ao terminar o Império a hierarquia compunha-se de doze bispos, "os dozes apóstolos", como dizia o bispo de Mariana, constituindo uma só província eclesiástica, com um Metropolita, o Arcebispo-Primaz da Bahia. O bispo do Rio de Janeiro compensava sua posição subalterna com o título de Capelão Mor da Casa Imperial.

A Fala do Trono de abertura da 4.^a sessão da 20.^a legislatura anunciara "a criação de um bispado em cada uma das nossas províncias, em geral tão extensas que não podem estar reunidas em poucas dioceses, sem prejuízo da ação e doutrina pastoral."⁷

Mas nada se fizera de concreto até a República. A organização federativa e a supressão das complexas for-

⁵ Frei Pedro Sinzig: *Reminiscências d'um frade*. Petrópolis, Vozes, 1917.

⁶ *Livro do centenário: A religião*. Rio de Janeiro, 1900. p. 3.

⁷ *Fallas do throno*. Rio de Janeiro, 1889, p. 871.

malidades nas negociações com a Cúria Romana permitiram uma rápida transformação da organização eclesiástica.

O Rio de Janeiro era agora um arcebispado e seu titular D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, descendente dos primeiros povoadores do Brasil, e por feliz coincidência, tendo nas veias o sangue dos Albuquerquees "valerosos" e do cacique Arcoverde. Era um homem de estatura média, mas com um ar aristocrático natural que se impunha aos circunstantes. Laureado em Filosofia e Teologia pela Universidade Gregoriana, fora ordenado em 1874. Colaborara com D. Vital na reorganização do Seminário de Olinda, donde passou a diretor do Ginásio Pernambucano. Fora nomeado coadjutor da Bahia e bispo de Goiás, posto a que renunciou, ocupou em seguida o bispado de São Paulo. Em 1897 foi transferido para o Rio de Janeiro como arcebispo e, em 1905, foi elevado à púrpura cardinalícia, sendo o primeiro cardeal da América Latina, honraria que o Império não obtivera não obstante longas negociações. A gravidade com que exercia suas funções impressionava os que as assistiam. "Vê-lo na missa, ou em qualquer outra solenidade religiosa, é edificar-se profundamente, tal a dignidade e o respeito com que Sua Eminência o Cardeal atende a todas as prescrições litúrgicas, serve de verdadeiro exemplo a clero e leigos".⁸

A província eclesiástica do Rio de Janeiro passou a compreender vários bispados sufragâneos. O primeiro foi o de Niterói, criado em 1892. Sua sede esteve de 1895 a 1908 em Petrópolis. Foi seu titular D. Francisco do Rego Maia, um dos mais ilustrados prelados brasileiros, colaborador do novo Código de Direito Canônico. Foi substituído por D. João Francisco Braga e, em 1908, por D. Agostinho Francisco Benassi.

O bispado do Espírito Santo foi criado em 1895 por D. João Batista Correia Néri, transferido para Pouso Alegre em 1901, e, finalmente, para Campinas (SP) em

⁸ Frei Pedro Sinzig. *Op. cit.* p. 302

1908. Foi dos mais populares e prestigiosos prelados brasileiros. Foi substituído em 1902 por D. Fernando de Sousa Monteiro.

A província meridional do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, criada em 1892 compreendia ainda o bispado de Mariana até 1906, quando passou a ser um arcebispado, e constituindo uma nova província autônoma, compreendendo Goiás, Diamantina, Pouso Alegre, Uberaba, Campanha, Montes Claros e Araçuaí. Era seu antístite D. Silvério Gomes Pimenta, sábio e virtuoso prelado, membro da Academia Brasileira.

A prelatura de Goiás passou a bispado em 1826 e foi regida de 1891 a 1908 por D. Eduardo Duarte Silva. O bispado de Diamantina teve como bispo D. João Antônio dos Santos, tio dos irmãos Antônio e Joaquim Felício dos Santos, doutor em Paris, helenista e hebraísta, sucedido por D. Joaquim Silvério de Sousa, aluno do Caraça e relator da Pastoral Coletiva do episcopado brasileiro em 1922.

Era também pertencente à província do Rio de Janeiro o bispado de Pouso Alegre, inaugurado por D. J. Batista Nery, como acima foi dito.

Datam de 1907 os bispados de Uberaba e Campanha.

Pertencente à província meridional do Rio de Janeiro, o bispado de São Paulo passou a constituir uma província eclesiástica em 1908, quando D. Duarte Leopoldo e Silva passou a arcebispo de uma nova província que teve como sufragâneas as dioceses de Campinas, São Carlos, Botucatu, Ribeirão Preto, Taubaté e Curitiba.

Do mesmo modo o bispado de Porto Alegre, que na organização de 1892, fazia parte da Província Meridional, passou em 1912 a ser sede metropolitana, arrebanhando a diocese de Pelotas (1910), Santa Maria (1910), Uruguaiana (1910) e Florianópolis (1908).

Assim, conforme o esquema elaborado por Monsenhor Schubert⁹ a diocese do Rio de Janeiro, uma das unidades

⁹ "O desmembramento das dioceses do Brasil". *Rev. do Inst. Hist. Geogr. Bras.* 1977, vol. 316. p. 161.

da única província eclesiástica brasileira, deu origem nesse curto período de tempo a nove unidades que por sua vez se subdividiram, sem falar na Abadia Beneditina Nullius de N. S. do Monserrate. Isto dentro de um desenvolvimento surpreendente. O Brasil passou de 12 bispos em 1890 a 219 unidades eclesiásticas em 1976.

Passando agora à renascença do clero regular vejamos, em rápida síntese, algumas das entidades que reintroduziram no país a vida religiosa.

Há grande confusão acerca do comportamento do imperador D. Pedro II em relação aos religiosos. Ele não cria na possibilidade de restauração da vida claustral, das ordens monacais e mendicantes. Acerca disso manifestou-se abertamente. Mas quanto aos novos institutos ensinantes e de ação social, manifestou-se, pelo contrário, com a mais viva simpatia. O assunto foi inteligentemente tratado em dois ensaios do prof. Riolando Azzi.¹⁰

Os jesuítas, os primeiros que estabeleceram o ensino sistemático no Brasil, conseguiram, apesar da legislação pombalina, voltar a estabelecer-se no Brasil, não sendo repelidos pelo imperador. É bem verdade que, após o conflito com os bispos, sua atitude tenha se alterado, patenteando-se na grande decepção que foi a não ida ao colégio de Itu em 1886, evidentemente para satisfazer o anticlericalismo de boa parte de seus assessores.¹¹

Reingressando no Brasil ainda no antigo regime, os jesuítas estabeleceram na década 1900-1910 alguns marcos de seu prestígio como educadores. O Colégio Santo Inácio é de 1901. O Anchieta, em Friburgo, vinha de 1886. As tentativas anteriores de Santa Catarina, Pernambuco e Itu (transferido para São Paulo) ficam fora do Grande-Rio, ao qual limitamos nosso estudo. Ambos os institutos obtiveram imediatamente um prestígio indiscutível. Entre

¹⁰ "D. Pedro II e a reforma do clero no Brasil" e "D. Pedro II perante os institutos religiosos do Brasil". *Revista do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro*, vols. 314 e 316 (1977).

¹¹ O caso está extensamente estudado pelo padre Hélio A. Viotti, na mesma *Revista*, v. 318 (1978).

os seus alunos, os jesuítas recrutaram grandes nomes que vão constituir a elite católica do momento.

Os franciscanos que no ocaso do Império contavam somente algumas unidades de frades, que tinham vários conventos em ruínas e viam suas construções ocupadas por serviços públicos (como o Arquivo Nacional que funcionou no convento de Santo Antônio) viu seus quadros ampliados com missões estrangeiras. Estão hoje recuperadas as suas comunidades por brasileiros. O Convento de Santo Antônio, no Largo da Carioca, fundado em 1606 passou a ser chefia da província, hoje em São Paulo.

Outro grande centro de atividade franciscana foi o Convento do Sagrado Coração de Jesus, em Petrópolis, fundado em 1896, onde se editava a revista *Vozes de Petrópolis*, hoje simplesmente *Vozes*, e um número considerável de publicações. Mantinha ainda uma escola gratuita e um ambulatório.

Havia ainda o Convento em São Paulo, fundado em 1639, (o de São Francisco, em parte ocupado pela Faculdade de Direito).

Os Carmelitas, chegados ao Brasil em 1580, conservaram o Convento da Lapa, para onde se haviam mudado desde que cederam ao Paço o antigo na Praça 15 de Novembro, hoje sede do Centro Universitário Cândido Mendes. Ali mantinham o Colégio Santo Alberto, que gozava de excelente renome. Também em São Paulo mantinham num convento na Liberdade, um colégio do mesmo nome.

Os Beneditinos que estiveram a pique de desaparecer, com um único monge, conseguiram manter a tradição do seu ginásio e escolas populares, que datam de meados do século XIX e uma editora, a *Lumen Christi*. Ainda em 1905 fundaram uma escola no Alto da Boa Vista. O Mosteiro de São Paulo foi a sede da primeira escola superior de Filosofia, agregada à Universidade de Louvain. Isto sem falar nas Celas e Friorados existentes fora do Grande-Rio.

Se tudo isso se referia às ordens tradicionais, em cujo ressurgimento não cria o imperador e a maior parte dos bem-pensantes, outra foi a atitude em relação aos institutos religiosos chamados modernos, fundados desde

a reforma tridentina, e cuja maioria se estabeleceu no Brasil no século XIX.¹²

Entre estes os Lazaristas, os Salesianos e as Filhas de Caridade. Os Capuchinhos igualmente, após serem durante todo o século XVIII os grandes missionários do interior, haviam sido parcialmente extintos em 1831. Durante o segundo reinado, lembra Azzi, introduziram-se no Brasil quatro novos institutos religiosos masculinos: os Dominicanos, os Salesianos, os Palotinos e os padres da Congregação do Espírito Santo. Poderíamos acrescentar os Salvatorianos, os Maristas, Saletinos, Premonstratenses, Redentoristas, Barnabitas. Quanto às organizações femininas chegam ao fim do império as Filhas da Caridade (chamadas vulgarmente Irmãs de Caridade), fundadoras do primeiro colégio religioso no Rio de Janeiro e disputadas, como enfermeiras nos hospitais, as Dorotéias, as Irmãs de Sant'Ana, as congregações do Bom Pastor, dos Santos Anjos, as Irmãs do Coração de Maria, as Franciscanas da Penitência e da Caridade Cristã, as Dominicanas, as religiosas de Lourdes. É bem verdade que, em certas localidades, o recebimento por parte do povo, prevenido por uma propaganda cruel e maliciosa por parte do anticlericalismo fomentado pelas entidades ligadas ao movimento irreligioso europeu, não foi simpático. Mas, sob esse aspecto D. Pedro II foi irrepreensível.

Este decênio se caracteriza, assim, pela expansão da hierarquia, pela restauração das ordens religiosas tradicionais (o que não se processou sem incidentes populares, judiciais e policiais) e pela ascendência na educação religiosa feminina das freiras francesas. Esse predomínio francês que se iniciara com as Irmãs de Caridade em 1855, teve seu apogeu nos prestígios dos colégios de *Ston* e *Sacré Coeur*. Se por um lado teve aspectos brilhantes, a ponto de alguns diplomatas dizerem que as mulheres cariocas eram mais ilustradas que os maridos (pelo menos conheciam melhor arte e literatura) teve dois pontos que foram alvos de ataques. O primeiro foi uma tendência à elitização da ação católica, deixando de lado as classes

¹² Riolando Azzi. R. IHGB, v. 316. p. 125.



Padre Júlio Maria

populares — defeito que vai ser corrigido em épocas mais recentes. O segundo foi o que se chamaria hoje alienação da realidade brasileira. O estudo da história do Brasil e da própria língua portuguesa ficava evidentemente em segundo plano. Há páginas candentes de Lima Barreto a respeito dessa deformação da mentalidade da mocidade feminina.

Outro aspecto desse período da história da Igreja é a verdadeira enchente que depois dele se opera, de ordens, congregações e institutos, quer de ensino, quer de enfermagem, quer de ação social. De algumas dezenas até 1910, passam a centenas nas décadas seguintes. Os almanaques religiosos consignam a chegada de religiosos, de ambos os sexos, de diversos países, bem como a criação de instituições locais, de âmbito diocesano.

O respeito à propriedade das instituições leigas, Ordens Terceiras e Irmandades, com patrimônio autônomo, fez com que algumas se desdobrassem em obras sociais de benemerência. Ao lado delas, centenas de instituições de mera devoção, Apostolados e Ligas, se multiplicaram.

Finalmente, a todos os responsáveis, colocou-se a questão fundamental: que ia fazer a Igreja dessa força de que dispunha? Está claro que uma boa parte dos falsos conservadores não pensava senão no imobilismo, quando não no regressismo, então chamado “sebastianismo”.

Mas a voz que mais vibrantemente ressoou nos púlpitos foi a dos que alertavam a Igreja para as novas funções que lhe cabiam, que não eram mais as de revestir os atos públicos do manto da religiosidade, mas a de contribuir para uma profunda modificação na estrutura social. Nenhuma superou a do Pe. Júlio Maria, na citada *Memória* publicada no *Livro do Centenário* e à qual voltamos para encerrar estas observações: “A religião do nosso tempo não deve consistir em rezar cânticos, no templo, vestidos os padres de seus paramentos e mui contentes com o número de devotos que vêem do seu lado, mas não vendo fora do templo, a multidão que morre de inanição, intelectual, moral e física.”

“O clero no Brasil não pode, nem deve, presentemente encastelar-se nos santuários, contemplando de longe o

povo e pensando que fará obra de Deus só com as nossas devoções, as nossas festas e os nossos panegíricos.” “Sua missão é isto que neste momento solene e trágico da sociedade se impõe como programa aos católicos: consorciar os espíritos, pacificar as almas, harmonizar as vontades neste imenso conflito de paixões pessoais contrariadas com os princípios de uma nova ordem de coisas: substituir às questões políticas, erroneamente predominantes nos governos, nos parlamentos, nos jornais, a questão social que é a questão por excelência.”

A estas questões se atiraram com fervor os prelados, libertos das cadeias do burocratismo. Após a reunião do episcopado em 1890, reuniu-se em Roma em 1899 o Concílio Plenário Latino-Americano. Seguiram-se reuniões sistemáticas dos bispos, precursoras das atuais Conferências Nacionais dos Bispos e dos Religiosos. Os do Norte reuniram-se na Bahia em 1901, no Recife em 1908, em Fortaleza em 1911 e novamente na Bahia em 1915. Reuniram-se os do Sul em 1901 (S. Paulo), em 1904 (Aparecida), em 1907 (Mariana), em 1910 (S. Paulo) e em 1915 (Friburgo). De todas essas reuniões resultaram pastorais que vão marcando novos rumos para a Igreja Brasileira. Nenhuma dessas reuniões alcançou a repercussão da de Friburgo em que foram aprovadas as *Constituições das Províncias Meridionais* que, adotadas pelas do Norte, passaram a substituir as velhas *Constituições* da Bahia de 1907.

Paralelamente o laicato era arregimentado em Congressos Católicos, o primeiro dos quais realizou-se na Bahia em 1900 e o segundo no Rio de Janeiro em 1908.¹³

¹³ *Segundo Congresso Católico Brasileiro*. Atas e documentos. Rio de Janeiro, 1910. Note-se que, para pôr os católicos brasileiros a par das novas idéias sociais que dominavam os meios católicos europeus, foi convidado o professor da Universidade de Louvain, Dr. E. Vlieberg, que pronunciou em 1908 uma série de conferências no Rio, Minas e em S. Paulo. Foi baseado nelas que o deputado baiano Joaquim Inácio Testa apresentou os primeiros projetos de lei no sentido que hoje chamaríamos de democracia cristã. (v. E. Vlieberg: *Questões católico-sociais*. Rio de Janeiro. 1910).

Não teríamos ultrapassado os limites do período que nos foi assinado se esses documentos não representassem o florescimento da lenta transformação que se processou no primeiro decênio do século, sem as quais não se compreenderia a possibilidade do Primeiro Concílio Nacional de 1939 e, finalmente, o 2.º Concílio do Vaticano que cristalizou os ideais que se vinham fecundando em sucessivas assembléias.

O CONVENTO DA AJUDA

Antonio Carlos Vilas

O CONVENTO DA AJUDA

Antonio Carlos Villaça

Vem, meu leitor, vem dar um passeio comigo pela cidade do Rio de Janeiro, em pleno século XVIII. Não a inquieta cidade de hoje, buliçosa e cansativa, mas a cidade pacata, de outrora, quando Botafogo já era distância. Não te levarei a uma casa qualquer, não visitaremos um teatro nem um palacete mundano. Não iremos a uma chácara do Cosme Velho. Nem subirás à Tijuca, nem à Gávea longínqua. Iremos a um... convento. Há um susurro de freiras. Há um som de órgão.

Dedico esta evocação, leitor sereno, à memória de um bispo, Dom André Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, sobrinho do Cardeal Arcoverde, Bispo Titular de Limne, que, a 1 de janeiro de 1948, tomou posse das funções de capelão do referido Convento da Ajuda, sucedendo a Dom João Irineu Joffily, Bispo Titular de Anasarthá, corrijo-me, Arcebispo, que tomara posse a 1 de maio de 1932 e se retirara doente a 22 de dezembro de 1947 para uma casa de saúde. Por seis anos e sete meses, Dom André desempenhou o seu ofício. Em 1954, recolheu-se a uma casa de saúde e faleceu a 19 de junho de 1955, nos seus 77 anos.

Conheci-o, sim, quando era capelão imponente do Colégio dos Santos Anjos, na Tijuca, depois de ter sido Bispo diocesano de Valença e de Taubaté. Era um conversador delicioso.

“Sobre o tempo, sobre a talpa,
a chuva escorre. As paredes
que viram morrer os homens,
que viram fugir o ouro,

que viram finar-se o reino,
que viram, reviram, viram,
já não vêem. Também morrem”.

Carlos Drummond insiste: “Morrem as casas. Morrem, severas”.

“O chão começa a chamar
as formas estruturadas
faz tanto tempo. Convoca-as
a serem terra outra vez.
Que se incorporem as árvores
hoje vigas. Volte o pó
a ser pó pelas estradas”.

O poeta se refere à *Morte das Casas de Ouro Preto*, mas o seu poema se aplica à morte de todas as casas.

Uma vez que cito um poeta, citarei as Sagradas Escrituras: “Escolhi e santifiquei este lugar, a fim de aí estar o meu nome e estarem fixos nele os meus olhos e meu coração”. 2 Par., 7, 16.

No começo do século XVII, o Rio de Janeiro possuía três conventos masculinos e o Colégio da Companhia. Mas não possuía um só convento de religiosas. “Coisa que o povo muito desejava”, comenta Gastão Cruls, na sua *Aparência do Rio de Janeiro* (pág, 155, vol. I).

O primeiro convento de freiras da cidade foi o da Ajuda. Durante cento e sessenta e um anos, de 1750 a 1911, as religiosas ocuparam o mesmo edifício, no lugar em que hoje está a Cinelândia.

“Depois de cento e sessenta e um anos, vai desaparecer o Convento das Religiosas da Conceição da Ajuda”, escreve José Vieira Fazenda nas suas ricas *Antiquilhas e Memórias*, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 95, vol. 149, (1924) Rio, Imprensa Nacional, 1927.

E acrescenta: “Em breve, entrarão em atividade a picareta e o camartelo, pondo por terra as antigas paredes de fortaleza desse feio casarão. Constituíra-se ele o ponto negro, a mancha do carvoeiro no meio da beleza e da magnificência da majestosa Avenida Central”.



Convento da Ajuda

Mas não só. “Que o sítio da antiga chácara do demandista Manuel Fernandes da Costa já não era próprio para uma casa claustral, as próprias freiras havia muito o reconheceram”. E Vieira Fazenda ajunta com graça: “Elas não excomungarão os demolidores da casa inaugurada por Dom Frei Antônio do Desterro”.

Sim, Vieira Fazenda disse bem: “As religiosas abandonarão contentes seu antigo *habitat*. E, como a mulher de Lot, não olharão para trás. Vão em busca de novo ninho, solitário e silencioso, em que possam à farta exercer os rigores impostos pelo voto sagrado”.

Nós, sim, olharemos para trás. Vem, leitor, dá um salto comigo até o ano de 1750, ou até antes. O passado nos espera.

Vamos pela mão dos eruditos de outrora, Baltasar Lisboa, Pizarro, Moreira de Azevedo, Melo Moraes, o Padre Perereca e, primeiro de todos, Frei Agostinho de Santa Maria. E ouçamos a voz serena e retificadora de Vieira Fazenda. O passado...

“Protetora dos homens do mar, sob a invocação de Nossa Senhora d’Ajuda, não admira fosse levantada nesta cidade, apenas se fundou, modesta ermida deste título, por devotos marinheiros, que freqüentavam o nosso porto”. Assim Vieira Fazenda começa a história da Ajuda, nas *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*, tomo 86, vol. 140 (1919) pág. 322.

Não há a menor dúvida de que existiu antiga irmandade, segundo se lê nas Publicações do Arquivo Público, um requerimento da confraria, de 1688, pedindo privilégio de ter tumba própria, para enterro dos confrades, independente da Misericórdia. Foram juizes de tal sodalício os Governadores João da Silva e Sousa, Luís Cesar de Menezes e Duarte Teixeira Chaves, que, indo para a colônia do Sacramento, levou a bordo pequena imagem da Senhora d’Ajuda, igual à venerada na já antiga Capela.

Nas Consultas do Conselho Ultramarino, 1674-1700, no código pertencente ao Instituto Histórico, há subsídios para a história do antigo Convento da Ajuda, que vem dos primórdios da história do Rio de Janeiro.

A capelinha de Nossa Senhora da Ajuda existia desde o século XVI, ermida de Nossa Senhora da Conceição da

Ajuda, numa crista à beira do caminho que ia para o Morro do Desterro, entre as lagoas de Santo Antônio e do Boqueirão. Era o Caminho dos Arcos da Carioca, a Rua dos Barbonos, a Rua Evaristo da Veiga, onde o grande jornalista teve sua livraria.

Barbonos, porque ali moraram, de 1742 a 1808, os Barbadinhos ou Barbonos, frades italianos, “pequeno e humilde hospício com sua capelinha,” onde está hoje o vasto Quartel da Polícia Militar.

O povo queria um convento de freiras. Começaram a reunir óbulos para esse fim. Mas o Governo da Metrópole não estimava esse plano, pela simples razão de que ao desenvolvimento da Colônia — ainda tão vazia — considerava muito mais conveniente que as mulheres buscassem o estado conjugal. O Conselho Ultramarino chegou a negar a licença pedida.

A capelinha ficava onde é hoje o edifício da Câmara Municipal. Pois foi ela o começo da obra venerável do Convento da Ajuda. De 1670 a 1681, na ausência do Bispo, governava a Diocese do Rio, Francisco da Silveira Dias. Seu irmão Frei Cristóvão da Madre de Deus era o Guardião do Convento de Santo Antônio. Ambos cariocas. Ambos profundamente identificados com a sua Cidade. Ambos sacerdotes ilustres.

Voltando Frei Cristóvão de uma viagem à Europa, converteu-se com seu irmão Administrador da Diocese a respeito da conveniência e urgência de logo fazer-se um Recolhimento de mulheres, que se transformaria mais tarde em Convento. E, assim, Dona Cecília Barbalho, pernambucana, viúva com três filhas, que residia numa chácara, se dispôs a entrar para o Recolhimento.

O Administrador fez edificar uma casa em dois meses junto à ermida da Ajuda e nela se recolheram as senhoras e mais duas jovens, a 26 de julho de 1678, festa de Santana.

Estas senhoras receberam o título de conversas. A pedra fundamental do novo convento foi lançada a 9 de julho de 1678, sendo Governador Matias da Cunha. Mas Lisboa resistia à idéia de um convento de freiras, na vasta e despovoada Colônia.

As duas jovens, que se anexaram às Barbalhos, talvez sejam as duas irmãs de Frei Gaspar da Madre de Deus, de que fala Afonso Taunay, no prefácio à obra daquele religioso.

Só em 1705 por provisão de 19 de fevereiro, se obteve a licença régia, a pedido de Dom Francisco de São Jerônimo. Dom Francisco aqui esteve de 1702 a 1721. O sucessor dele, o franciscano Dom Antônio de Guadalupe, não se interessou pela questão. Governou de 1725 a 1740.

A provisão era assinada pela Rainha Dona Catarina, viúva do Rei da Inglaterra e Regente de Portugal, na doença do irmão de Dom Pedro II. O Conselho, em sessão de 16 de outubro de 1694, aprovara o simples projeto do Recolhimento. Agora, era aceita a perspectiva ampla de um Convento.

Em maio de 1741, tomou posse da Diocese o carmelita descalço Dom João da Cruz. A obra do Convento estava parada, "sem aumento considerável", como lá diz Pizarro. Resolveu Dom João construir o edifício noutra lugar, mais perto do mar. A pedra fundamental, lançou-a a 14 de maio de 1742. Mas se foi ele transferido para Miranda, Portugal, em 1746.

O monge beneditino Dom Frei Antônio do Desterro, que está enterrado no claustro do Mosteiro de São Bento, há dois séculos, chegou ao Rio como Bispo a 1 de dezembro de 1746 e tomou posse a 1 de janeiro de 1747. Entusiasmou-se Dom Frei Antônio com a obra e — a pedido dele — o Papa Bento XIV já concedeu a 24 de janeiro de 1748 a ereção canônica através de um Breve. Deu-lhe o Papa a Regra de Santa Clara. Mas o Bispo recorreu à Santa Sé e obteve o Rescrito de 7 de janeiro de 1750, que lhe permitiu introduzir a Regra da Ordem da Conceição, fundada em 1484 por Beatriz da Silva e Menezes, que morreu em Toledo, 1490, com 66 anos.

Em 1744, fundara-se o Mosteiro da Lapa, na Bahia, de religiosas.

Em três anos, Dom Frei Antônio do Desterro concluiu as obras do Convento, risco do engenheiro brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim.

Vieram quatro freiras do Convento da Bahia, como diz Melo Moraes, e com elas começaram o seu noviciado canônico as recolhidas da Ajuda.

“Muita gente, que passa pela frente do Convento da Ajuda, comenta Vieira Fazenda, ignora o que significa sobre a entrada da portaria a existência de um chapéu, encimando antigo brasão: são as armas do Bispo Dom Frei Antônio do Desterro”.

O Convento da Ajuda e o monge beneditino Dom Frei Antônio do Desterro formaram uma profunda unidade. O Bispo e as freiras, a primeira comunidade monástica feminina da Cidade do Rio. Freiras da Imaculada Conceição, freiras concepcionistas.

A inauguração do Mosteiro foi impressionante. Foi um acontecimento público memorabilíssimo.

Duzentos anos depois, Frei Pedro Sinzig, proferindo o sermão alusivo à data, já no Convento novo de Vila Isabel, inaugurado havia trinta anos, lamentava o contraste entre as celebrações públicas faustosas, intensamente populares, oficiais, mundanas até, e aquele tom discreto, íntimo, quase apagado, do bicentenário sem ruído.

O frade franciscano e exímio musicista sublinhava o fato com melancolia e tirava dele uma advertência, uma lição, que exprimiu com um acento moralista. Os tempos haviam mudado.

O edifício, sem grandes pretensões, observa Gastão Cruls, era uma pesada construção de dois andares, situado na Rua da Ajuda, esquina da Rua do Passeio, área atualmente ocupada pelo bairro Serrador ou Cinelândia. Grande casarão, só demolido em 1918, diz Cruls, e que, durante século e meio, pelas solenidades alegres e tristes que nele se realizaram, pelos folguedos populares, a que se associou, reunindo gente no seu pátio e arredores, e pela participação indireta que as suas recolhidas tinham na vida da cidade, deixou muitas reminiscências trazidas às páginas da história e do romance.

Sepultaram-se na sua igreja a infanta Dona Mariana, tia do príncipe regente Dom João, a Rainha Dona Maria I, mãe de Dom João, a imperatriz Dona Leopoldina, esposa de Dom Pedro I, a princesa Dona Paula, filha deste, a

primogênita natimorta da princesa Dona Isabel e do Conde d'Eu.

A vida da Cidade misturou-se à vida conventual.

Houve uma simbiose, uma relativa intimidade entre o povo e as suas freiras. Por ocasião das festas de fim de ano, escreve Cruls, se armava um dos mais esplendorosos presepes que a Cidade conhecia. O povo gostava de ver esse presepe e de ouvir o coro das monjas, a que Cruls chama "seráfico". As freiras da Ajuda se tornaram famosas pelos seus doces. As mães-bentas, as desmamadas, os pastéis de Santa Clara, canudos, suspiros. A Mãe Benta, inventora ou pelo menos divulgadora dos deliciosos bolinhos, esclarece Gastão Cruls, era uma preta que tinha por nome todo Benta Maria da Conceição e foi mãe do cônego Geraldo Leite Bastos. Faleceu em 1851. Suas gulodices, comenta Cruls, levavam-lhe à casa figuras importantes, um Padre Feijó, como escreveu Vieira Fazenda.

As freiras tiravam lucro das suas habilidades. Forneciam pratos para mesas de batizados, casamentos e outras festanças. E Cruls lembra Machado de Assis nas *Memórias Póstumas de Brás Cubas*: "Veio abaixo toda a velha prataria herdada do meu avô Luís Cubas; vieram toalhas de Flandres, os grandes jarros da Índia; matou-se um capado; encomendaram-se às madres da Ajuda as compotas e marmeladas". A família de Brás Cubas, para celebrar a primeira queda de Napoleão, dera um grande jantar...

As três horas da tarde de 21 de novembro de 1749, chegavam as religiosas da Bahia e o navio, que as trouxe, foi saudado festivamente por salva das fortalezas.

O Arcebispo Primaz permitiu a vinda de quatro religiosas, duas de coro e duas leigas ou conversas. As freiras deviam adotar as Constituições das Religiosas do Mosteiro da Luz, de Lisboa, não podendo receber mais de trinta e três postulantes.

As monjas hospedaram-se no Hospício da Terra Santa.

O edifício era perto, ficava no lado ímpar da Rua dos Barbonos.

A Cidade tranqüila vibrou com a chegada das suas primeiras religiosas. Esperara tantos anos por elas. Desejava tanto que viessem. Sentira tanto a necessidade delas.

da sua oração, do seu encanto, ou do seu sortilégio. "Deus, in adjutorium meum, intende. Domine, ad adjuvandum me, festina." A Cidade teria as suas cantoras místicas, as suas orantes, as pedintes espirituais que lhe falariam de Deus e falariam a Deus por ela.

Houve um incrível alvoroço na Cidade quieta. O Governador interino, Matias Coelho de Sousa, mandou o filho, capitão Paulo Caetano, cumprimentá-las em companhia de José Pereira Pinto Alpoim e do juiz de fora Luís Antônio Rosado da Cunha.

Dom Frei Antônio do Desterro estava em sua casa do Rio Comprido. Foi logo avisado. Permitiu o desembarque. Saltaram elas num cais existente no fundo da Casa dos Governadores, ali na Rua Direita, e seguiram à noite em seges para a Rua dos Barbonos.

As escravas, trinta, iam a pé. Iluminaram-se as casas da Rua Direita, da Rua da Misericórdia, da Rua de São José, da Rua da Ajuda e da Rua dos Barbonos. A Cidade estava alegre.

Em algumas casas, na sala de visitas, havia orquestra de amadores. Mas Gomes Freire, o Governador, estava ausente.

Só a 30 de maio, um sábado, daquele ano feliz de 1750, houve a solene inauguração do Convento de Nossa Senhora da Ajuda.

As religiosas foram para o Mosteiro de São Bento, a que o Bispo era tão ligado. Formaram as tropas da guarnição. Folhas de mangueiras derramadas pelas ruas. Colchas de damasco nas sacadas e janelas. Foguetes. Repiques. Alegria pela Cidade. O povo a passear. A Cidade saudava as suas monjas. A procissão, formada por irmandades e ordens terceiras, clero regular e secular, percorreu as ruas entre São Bento e a Ajuda.

O Cabido e o Bispo acompanhavam as religiosas. A Ordem da Penitência apresentou dois belos andores. Formaram em alas as tropas. Na esquina da Rua de São Pedro com a Rua Direita, onde estava o Oratório de Nossa Senhora do Amparo, a procissão parou, para que meninos vestidos de anjos espargissem flores sobre as religiosas, o Bispo e o Governador.

Houve três descargas festivas, ao começar e ao acabar a procissão. Seguiu-se um tríduo, em que foram celebrantes e pregadores os Franciscanos, os Jesuítas, os Beneditinos, os Carmelitas, sendo pontífice o Bispo Dom Frei Antônio do Desterro, homem espiritual, monge de São Bento, que amava a oração, valorizava a vida contemplativa, a vida mística e permaneceu no Seminário de São José, vizinho, onde houve um banquete.

A igreja da Ajuda e parte do Convento estiveram abertas ao povo, para visitaçào piedosa. Foram três noites de festa. Em uma delas, representou-se uma peça de Metastásio.

A *Gazeta de Lisboa* deu um resumo das grandes festividades em que povo, Governo, clero se uniam, para celebrarem a chegada das primeiras monjas.

As freiras durante a procissão aparatosa levavam na mão direita uma vela e na esquerda um crucifixo. As festas externas eram bem ao gosto do tempo, com luminárias, música, préstito, fogos, celebrações litúrgicas.

Dom Frei Antônio do Desterro deve de ser considerado o fundador da Ajuda. Nasceu em Viana de Lima, Portugal, a 4 de julho de 1694. Entrou nos Beneditinos em 1711. Morreu no Rio a 5 de dezembro de 1723, depois de governar a Diocese durante mais de um quarto de século.

“Muito sofreu a velha casa claustral da Ajuda com a revolta de parte da Armada, em 1893.” São palavras de Vieira Fazenda.

“Para exercer misteres da minha profissão (era médico), entrei pela primeira vez no interior da Ajuda e pude observar os estragos feitos por uma bala no teto do templo e em várias outras dependências do convento. Apresentava este o aspecto tristonho de imenso casarão dos tempos coloniais: grande, feio, pesado, forte”.

Ainda Vieira Fazenda: “Tempos depois, lá voltei a convite ainda do monsenhor Eduardo (de Carvalho Rodrigues), para substituir o médico das religiosas, que se achava enfermo. Pasmosa transformação se havia operado graças à atividade daquele digno e exemplar sacerdote, a cuja memória as religiosas da Ajuda votam perpétua e justa gratidão.”

Pelas colunas de *A Notícia*, Vieira Fazenda publicou então a minuciosa descrição do notável chafariz das Saracuras, obra artística, feita com material de nossas pedreiras e ornatos de bronze fundidos no Arsenal de Guerra.

“Esta fonte foi erguida pela gratidão de uma Abadessa da Ajuda ao Conde de Resende. Este Vice-Rei concedera às religiosas uma pena d’água derivada dos encanamentos da Carioca. A água era conduzida do Morro de Santo Antônio por um cano, que atravessava ao alto a Rua dos Barbonos e ia terminar no interior da chácara do Convento. As religiosas foram forçadas a uma desapropriação que deu em resultado a abertura da Rua Senador Dantas, no sítio em que existiam outrora casinhas compradas pelo Bispo Dom João da Cruz, e terrenos dos frades do Carmo, adquiridos pelo Bispo Dom Antônio do Desterro, para maior extensão da chácara conventual”.

A entrada de 1750 foi principesca. A saída de 1911 foi discreta, de automóvel, ao amanhecer.

Foram para a Tijuca, para a Rua Conde de Bonfim. Onde o *Te Deum* magnífico, que se cantara em São Bento, em 1750, com dois coros de música? Onde o esplendor das festas públicas? O primeiro caminho foi de São Bento à Ajuda, a pé. O segundo caminho foi quase de madrugada, de carro, entre a Ajuda e a Tijuca.

O Aviso de Nabuco de Araújo, em 1855, fechara os noviciados do Brasil. Despovoou-se o Convento da Ajuda. Moreira de Azevedo minuciosamente descreveu o interior do Convento. E Vieira Fazenda deteve-se com volúpia diante do chafariz das Saracuras, por ele descrito, um artístico e monumental chafariz erguido no pátio central, em agradecimento ao conde de Resende que, em 1799, concedera às freiras um anel d’água.

A bela imagem da Senhora da Piedade, que se via na antiga igreja da Ajuda, foi louvada por Vieira Fazenda.

“Sempre respeitadas e dignas da consideração do nosso povo foram e são as religiosas da Ajuda”, ponderou o mesmo Vieira Fazenda (*Antiquilhas e Memórias*, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 86, vol. 140 (1919) Rio, Imprensa Nacional, 1921, pág. 49).

A primeira Abadessa se elegeu a 28 de maio de 1751. Os restos mortais da infanta Dona Mariana e da Rainha

Dona Maria I voltaram para Portugal em 1821. Havia quatro monjas no Mosteiro em 1889. A Abadessa morrera a 6 de novembro de 1889, nove dias antes da morte da Monarquía. Pedira tanto à Princesa Isabel que obtivesse a abertura do noviciado canônico.

Reabriu-se o noviciado em 1 de julho de 1891.

A 19 de outubro de 1911, monsenhor Alves, capelão, celebrou a última Santa Missa no velho Convento de Nossa Senhora da Ajuda. Eram quatro horas da manhã. Deu a Comunhão às monjas. Mandou apagar as luzes do Santíssimo. Eram cinco horas e quinze quando os automóveis partiram com as monjas emocionadas — iam para a Tijuca, para o número 290 da Rua Conde de Bonfim. Lá, ficariam nove anos, quase. O Cardeal Arcoverde visitara pessoalmente a nova casa, a 18 de outubro. E achara que tudo estava bem.

Ao chegarem as freiras à Tijuca, anunciaram à sua nova vizinhança a chegada da comunidade tangendo o pequeno sino da torre improvisada. Tudo começava outra vez.

“Il faut toujours recommencer”, dizia Péguy.

Era a festa litúrgica de São Pedro de Alcântara, franciscano.

A 26 de julho de 1920, mudaram-se para o convento que se ergueu em Vila Isabel, no mesmo dia e no mesmo mês em que Dona Cecília Barbalho com suas filhas e algumas jovens entrara em 1678 para o humilde Recolhimento da Senhora da Ajuda, na esperança de que viesse um dia a ser Convento. Em 1926, houve a beatificação da fundadora da Ordem, Madre Beatriz da Silva e Menezes.

O velho Convento da Ajuda fora desapropriado por escritura de 4 de julho de 1911.

Pondera, leitor gentil, que o destino dos homens, das mulheres e das comunidades (mesmo as religiosas, as místicas) é feito de sombra e de luz. “Dies diei eructat verbum, nox nocti indicat scientiam”, canta o Salmista, que nossas monjas milhares de vezes — em milhares de vozes — repetiram. Milhares? Ou centenas?...

Vai, leitor generoso, tecendo o fio da tua meditação a respeito da vida silenciosa e humilde das monjas, que

serviram a esta Cidade. Pensa nos dias, nas horas, nos minutos, que um após outro se passaram, o dia que entrega ao outro dia a palavra, a noite que indica à noite a sabedoria. Foi Machado quem nos disse, com aquela sua graça inimitável — “Eu gosto de catar o mínimo e o escondido”. É uma palavra sua de 1897, novembro, quando as monjas ainda estavam no seu antigo Convento, perto do mar.

Muitas vezes, leitor paciente, o velho céptico e as paredes do Mosteiro se defrontaram, na cotidianidade simples da vida. Que terá pensado ele destas velhas paredes, destas monjas, desta vida contemplativa que por tantos anos infundáveis ali se viveu?... Machado moço, Machadozinho, Machado maduro, o que escreveu as Memórias Póstumas, em que aparecem as monjas doceiras, Machado velho e desencantado, irmão do Conselheiro Aires... Todos passaram por ali e olharam aqueles muros, em que se escondeu tanta vida.

LITTERATURA: A PROSA

Homero Senna

É sabido que o livro de Belle Brera — *A Vida Literária no Brasil — 1800* — procura localizar um período da nossa evolução social que ficou conhecido como a Belle Époque. Para os franceses, esse período se situa entre a última década do século passado e o começo do século atual, terminando naquele agosto 14 de 1914, quando a Belle Époque, como antes o Egito a sandálias egípcias, teve uma espécie de ruído, prolongando-se no decorrer da guerra, até 1918.

Todos os capítulos do seu livro são pequenos estudos sobre a vida de vida, os hábitos de preferências, as manias dos escritores brasileiros do "1800", retratando as influências que sofreram, como a adoção de Paris, o "baleizão", Wanda, Mico, Inês, Tobias, etc.

Assim, há de ter sido muito desconcertante para ele, que nos tem sempre carinhoso e competente se dedicava a levantar aquele movimento paulista do nome "1800" brasileiro, a obra de de Eduardo Faria, em respeito que da revista *Erudito*, publica sobre o seu livro.

Nessa ocasião, observa o próprio autor: — Na realidade, não há (na França) nem a mesma Belle Époque que a nossa de agora. Sempre situações, mas não a mesma. A vida é como a para cada um.

Em referência à segunda edição do seu livro, não se pode esquecer de "A Guisa de Conclusão" relativa ao livro Belle e a suspensão de Faria, e qual a sua vez, sobre a vida de vida e a vida de vida de cada um.

“BELLE ÉPOQUE”: REALIDADE OU FANTASIA?

É sabido que o livro de Brito Broca — *A Vida Literária no Brasil — 1900* — procurou focalizar um período da nossa evolução social que ficou conhecido como a *belle époque*.¹ Para os franceses, esse período se situa entre a última década do século passado e a primeira guerra mundial, terminando naquele agosto trágico de 1914. Para nós, a *belle époque*, como notou o ágil e saudoso ensaísta, teve uma espécie de suplemento, prolongando-se no decurso da guerra, até 1918.

Todos os capítulos do seu livro são pequenos ensaios sobre o teor de vida, os hábitos, as preferências, as manias dos escritores brasileiros do “1900”, retratando as influências que sofriam, como a sedução de Paris, o “helenismo”, Wilde, Nietzsche, Ibsen, Tolstoi, etc.

Assim, há de ter sido meio desconcertante para ele, que com tanto carinho e competência se dedicara a levantar aquele movimentado painel do nosso “1900” literário, a observação de Eduardo Frieiro, em resenha que, na revista *Kriterion*, publicou sobre o seu livro.²

Nessa recensão, observa o prosador mineiro: “Na realidade, nem lá (na França) nem cá houve *belle époque* nem *douceur de vivre*. Simples etiquetas, sem maior expressão. A vida é como é, para cada um”.

Em apêndice à segunda edição do seu livro, num capítulo intitulado “A Guisa de Conclusão”, referiu-se Brito Broca ao comentário de Frieiro, o qual, a seu ver, poderia ser levado à conta do gosto excessivo de desencantador

de mitos que caracteriza o autor de *A Ilusão Literária*, conhecido pelo seu visceral ceticismo.

Mas, impressionado, sem dúvida, pela crítica, inclinou-se a dar razão a Frieiro, citando, a propósito, um trecho do livro de memórias do jornalista francês Edouard Hersey — *Envoyé Spécial* — publicado em 1955 pela Livraria Arthème Fayard e que o cronista do “1900” brasileiro talvez só tenha lido depois da publicação, em 1956, da primeira edição do seu livro:

Ignoro quem imaginou pela primeira vez batizar de *belle époque* o período de alguns anos que circundam o milésimo de 1900. Suponho tenha entrado nas suas intenções uma parte de ironia. É pouco provável que tal criatura chegasse a medir a crueldade da expressão. A gente de hoje não conseguirá fazer idéia dos abismos de miséria que se escondiam no Paris brilhante daquele tempo.

E concluía Brito Broca: “Talvez Frieiro esteja com a razão. A euforia do nosso “1900” podia esconder também muitos abismos”.³

Está claro que escondia. Mas nem por isso a observação de Frieiro se torna procedente, parecendo-nos, do mesmo modo, destituído de maior fundamento o trecho de memórias de Edouard Hersey, acima transcrito. E temos para nós que, se Brito Broca tivesse meditado um pouco mais no assunto, provavelmente não concordaria com Frieiro, nem teria ido buscar, no livro do jornalista francês, aquele depoimento que aparentemente dá razão ao ensaísta de *Os livros, Nossos Amigos*.

O período em questão por certo não foi, para a humanidade, um mar de rosas. A França, enfraquecida após a derrota de 1870, viu-se atormentada por lutas interiores. Houve a comuna e a 3.^a República. Em 1881 o Czar Alexandre II era vítima de um grupo de extremistas que espalhavam o terror por toda a Rússia. Pouco depois, em 1894, como conseqüência da propaganda anarquista, era assassinado em Lyon o presidente Carnot. Seis anos mais tarde, quem caía vítima de novo atentado terrorista era

o rei Umberto I, da Itália. Em 1905 estourava a guerra russo-japonesa. Três anos depois, num clima de grande agitação, o rei D. Carlos, de Portugal, e o príncipe herdeiro D. Luís Filipe eram assassinados em Lisboa. E desde 1888 pairava sobre a Europa a ameaça imperialista do Cáiser Guilherme II, cuja política acabaria conduzindo à 1.^a Grande Guerra.

Malgrado todos esses fatos, bem indicativos da inquietação social que lavrava nos subterrâneos da vida política européia, e que, evidentemente, não faziam desse período um manso lago azul, diante do que veio depois — sobretudo o conflito mundial de 1914-1918 e a revolução russa de 1917 — ficou sendo ele a *belle époque*.

Onde a burguesia européia poderia encontrar, depois desses trágicos e inquietantes acontecimentos, que marcariam tão fundamente o nosso tempo, a *douceur de vivre*? A denominação, que para Frieiro parece uma simples etiqueta, há de ter sido criada, no intervalo das duas guerras, sem qualquer intenção de ironia, por uma geração que podia comparar as condições de vida antes e depois de 1914, e suspirar pelo *bon vieux temps*, em que, apesar de todos aqueles prenúncios desagradáveis, a vida era incomparavelmente mais sedutora, tranqüila e aprazível.

Do ponto de vista social, a miséria da *belle époque* era por certo enorme, terríveis as condições de vida dos operários, sobretudo das crianças, nas primeiras fábricas que se instalavam. Mas, para as classes dominantes, que não lhe haviam sofrido os horrores, e perdiam a alegria de viver, diante não só das desgraças conseqüentes àqueles acontecimentos, mas também das novas ameaças que se levantavam, pondo em risco os privilégios em que tradicionalmente assentavam seu estilo de vida, nada mais legítimo do que suspirar pelos anos de outrora, relativamente tranqüilos, e batizá-los, sem qualquer ironia, antes com funda saudade, de *belle époque*.

Foi a réplica brasileira desse período que Brito Broca estudou no seu livro. Aqui, evidentemente, as condições sociais e políticas eram outras. Mas como, então, as nossas elites viviam ainda com os olhos em Paris, e como sofreram também, de qualquer forma, os efeitos daqueles acontecimentos, é natural se tenham deixado influenciar pelo

inconformismo e pela atitude saudosista da burguesia europeia, que perdeu, com a *belle époque*, a *douceur de vivre*.

É a literatura brasileira em prosa, nesse período, ou, mais precisamente, de 1900 a 1910, que nos cabe estudar neste pequeno ensaio.

UM CONTRASTE SINGULAR

Na sua conferência *Rui Barbosa e o Código Civil*, San Tiago Dantas traça um breve mas admirável panorama do curioso contraste observado entre a situação econômica e a vida intelectual brasileira nos últimos anos do século passado e primeiros deste.

“Um país subdesenvolvido e pobre, governado pela oligarquia e nutrido por uma vida intelectual pujante e variada — tal era o Brasil de Campos Sales, à véspera das primeiras realizações materiais do governo de Rodrigues Alves” — observa o saudoso jurista.

E prossegue, acentuando que quando o governo de Campos Sales incumbiu Clóvis Beviláqua da grande tarefa de redigir o projeto do Código Civil, “um contraste singular reinava entre a economia e a inteligência, entre a situação de debilidade material do País e a força com que irrompiam os sinais de uma nova mentalidade”.

Lembra ainda que, em 1901, o advogado Edmundo Bittencourt funda o *Correio da Manhã*. E, dando o devido destaque a um ano, na verdade excepcional, na vida literária brasileira, acentua: “Em 1902 já aparece o *Canaã* de Graça Aranha.⁴ Nesse mesmo ano, surge o livro que voltaria a inteligência brasileira para a compreensão do meio físico, e marcaria um dos eixos permanentes de nossa vida cultural: Euclides da Cunha publica *Os Sertões*”.⁵

A difícil situação econômica que o país atravessava, na encruzilhada do século, foi também objeto de acerbo comentário de José Veríssimo. Este, porém, talvez pela proximidade do que, no campo literário, estava acontecendo à sua volta, não chegou a perceber a antinomia apontada por San Tiago Dantas, e, em artigo de 1901, acentuava, com pessimismo:

Com exceção dos governantes, sempre em toda a parte, em todos os tempos, e até nas vésperas e na iminência das revoluções e das catástrofes, otimistas, todos sabem e sentem as desgraçadíssimas condições, materiais e morais, do nosso país. E desta vez não é lugar-comum das oposições políticas, “coisa que não há”, como de cristãos dizia muito bem o D. João do poeta português. senão fato real, incontestável, tangível por assim dizer.⁶

SURGE UM NOVO JORNAL

Já vimos que, em 1901, fundava-se o *Correio da Manhã*, jornal de combate e oposição, cujos editoriais alcançavam a maior repercussão e freqüentemente acuavam o Governo. Para crítico literário desse novo órgão foi convidado José Veríssimo.

Em artigo sobre “O Primeiro Crítico do *Correio da Manhã*”, publicado numa das edições comemorativas do cinquentenário do jornal. Alvaro Lins, seu sucessor na década de 40, traçou o perfil moral e intelectual do autor dos *Estudos de Literatura Brasileira*. E nos conta como eram apresentados os seus artigos, e sobre o que escrevia ele:

Nesta primeira fase, a crítica literária do *Correio* não era oferecida aos leitores num dia rigorosamente certo da semana. De preferência, os artigos de Veríssimo apareciam às segundas-feiras — e não haveria nesta escolha uma sugestão dos *Lundis* de Sainte Beuve? — mas, em algumas outras semanas, surgiam às terças ou quartas-feiras. Não havia rubrica geral, encimando cada artigo apenas o seu título particular. Não adotara ainda o *Correio*, para a crítica literária, o sistema de rodapé, ficando este reservado à publicação dos romances em folhetins. Vê-se, porém, que a crítica era uma matéria valorizadíssima, pelo espaço que podia

ocupar e pelo local em que era estampada. Aparecia nas primeiras colunas da primeira página, no mesmo local em que escreviam artigos políticos Edmundo Bittencourt, Manuel Vitorino, Lauro Sodré, Ubaldino do Amaral, vindo logo em seguida, diariamente, o de Gil Vidal. As vezes, o artigo de José Verissimo ocupava meia página.

A respeito dos assuntos de que tratava o crítico, esclarece Alvaro Lins: "Escrevia sobre autores nacionais e estrangeiros, ora estudando uma obra só em todo um artigo, quando lhe parecia importante, ora examinando várias delas, dezenas, às vezes, num só dia".⁷

UMA REVELAÇÃO

O país podia ser pobre, e estar atravessando uma das fases mais difíceis da sua vida econômica. Ao lado disso, ou a despeito disso, havia, porém, um surpreendente florescimento das letras, como a provar serem elas, ao mesmo tempo, "uma função social necessária" e "um fato da vontade individual".

A comprovação de tal circunstância tivemos no final de 1902, com a publicação de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Costuma-se dizer que esse livro foi publicado "no final de 1902". O artigo de José Verissimo sobre ele traz a data de 3 de dezembro desse ano. Ora, só para ler o grosso volume, o crítico teria levado algum tempo. Qual a data exata, então, do seu aparecimento?

Esta, hoje, é difícil de precisar. Olímpio de Sousa Andrade — o grande especialista em Euclides — baseando-se em duas cartas do escritor a Francisco Escobar, uma datada de 10 de agosto, em que dizia ter ido ao Rio acertar com os editores o dia exato do lançamento, e outra de 19 de outubro, "na qual, muito alarmado, comunicava ter recebido carta do amigo a respeito da leitura de *Os Sertões*, onde aquele encontrara numerosos senões de revisão, conclui que o livro deve ter sido lançado entre esses meses, e não em dezembro."⁸

No princípio do século, como se sabe, as obras dos autores brasileiros se editavam, na sua grande maioria, na Europa. Significativamente, visto tratar-se de um livro que nos fazia despregar os olhos do Velho Continente e encarar mais de perto os nossos graves problemas, a obra de estréia de Euclides da Cunha foi lançada por uma editora que, embora pertencente a estrangeiros, era sediada no Rio: Laemmert & Cia. As provas tipográficas da epopéia de Canudos não tiveram, assim, de atravessar o Atlântico, num e noutro sentido, como as da maioria dos livros brasileiros da época, e o máximo que lhes aconteceu foi viajar do Rio até Lorena, no Estado de São Paulo (onde o escritor então residia), e vice-versa.

A casa Laemmert & Cia., no ano anterior, havia publicado a *Tormenta*, de Coelho Neto, e desde alguns anos vinha editando autores nacionais. Mas, no caso de Euclides, apesar da apresentação entusiástica de Lúcio de Mendonça, o editor, como tantas vezes tem acontecido, não confiou no livro, ou teve medo do excessivo volume dos originais. E — sirva isto de consolo aos plumitivos que ainda hoje não encontram quem queira editar suas poesias, seus contos, romances ou ensaios — Euclides teve de financiar, ele próprio, a edição, com um conto e quinhentos, “mais ou menos duas vezes o seu ordenado”, segundo o já referido Olímpio de Sousa Andrade.⁹

O livro causou um impacto fora do comum. E coube a José Veríssimo a glória de ter escrito o primeiro artigo sobre ele, intitulado “Uma história dos sertões e da Campanha de Canudos”, publicado na edição de 3 de dezembro de 1902 do *Correio da Manhã*.¹⁰

Como notou Alvaro Lins, “Euclides era um novo, um nome desconhecido, que se apresentava ao crítico apenas com a obra-prima do seu livro de estréia”. No entanto, Veríssimo, ao contrário do editor Laemmert, não se en-gana e saúda o estreante desconhecido com entusiasmo e segura confiança no seu talento:

O livro, por tantos títulos notável, do Sr. Euclides da Cunha, é ao mesmo tempo o livro de um homem de ciência, um geógrafo, um

geólogo, um etnógrafo; de um homem de pensamento, um filósofo, um sociólogo, um historiador; e de um homem de sentimento, um poeta, um romancista, um artista, que sabe ver e descrever, que vibra e sente tanto aos aspectos da natureza como aos contactos do homem, e estremece todo, tocado até ao fundo d'alma, comovido até às lágrimas, em face da dor humana, venha ela das condições fatais do mundo físico, as secas que assolam os sertões do norte brasileiro, venha da estupidez ou maldade dos homens como a campanha de Canudos.

Era o início da consagração do grande livro e de seu autor.

Enquanto isso. Euclides se achava em Lorena, no vale do Paraíba, como engenheiro de obras públicas do Estado de São Paulo. Era Chefe do 2.º Distrito, com sede em Guaratinguetá. Mas como as condições de vida em Lorena lhe parecessem mais favoráveis, preferiu fixar residência nessa cidade vizinha. Em carta a José Veríssimo, agradecendo o artigo elogioso, queixava-se da sua situação de "*commis-voyageur* da engenharia".¹¹ E pouco depois, escrevendo a Araripe Júnior, que também se ocupara do livro, num artigo consagrador, desabafava: "Eu creio, porém, que sairei breve desse desvio morto da Engenharia, sem descarrilhar; aproveitarei o primeiro triângulo de reversão que aparecer, e avançarei na minha verdadeira estrada".¹²

Conseguiu ele, de fato, sair daquele "desvio morto da Engenharia". Veio para o Rio, recebeu importantes missões do Barão do Rio Branco, então Ministro das Relações Exteriores, foi eleito para o Instituto Histórico e a Academia, viajou até o Amazonas, prestou concurso para professor do Colégio Pedro II, publicou outros livros igualmente notáveis: *Contrastes e Confrontos*, Porto, 1907; *Peru versus Bolívia*, Rio, 1907; e *A Margem da História*, Porto, 1909. No primeiro desses volumes, é que figura aquele perfil admirável do Marechal de Ferro, e foi ele que inspirou a Araripe Júnior seu estudo "Dois grandes estilos", publi-

cado no *Jornal do Commercio* de 3-2-1907, e hoje incluído no IV volume da sua *Obra Crítica*, editada pela Fundação Casa de Rui Barbosa.

Se Euclides, graças, sobretudo, à sua amizade com o Barão do Rio Branco, conseguiu sair “do desvio morto da Engenharia, sem descarrilhar”, o mesmo não logrou fazer em relação a problemas familiares, de ordem pessoal. E no dia 15-8-1909 tombava assassinado na Estrada Real de Santa Cruz, no subúrbio da Piedade, no Rio. Agripino Grieco, morador nas redondezas, costumava contar que, passeando, a pé, naquela manhã de domingo, viu o cadáver estendido na calçada. E nem de longe supôs que ali estava o corpo do grande escritor, que ele tanto admirava.

Sua morte desfalcou as letras brasileiras de um de seus valores mais originais e autênticos, desaparecido, tragicamente, aos 43 anos de idade...

NOSSO PRIMEIRO ROMANCE IDEOLÓGICO

Em seu ensaio “Cinquenta anos de literatura”, publicado inicialmente na mesma edição comemorativa do *Correio da Manhã*, a que acima nos referimos, Lúcia Miguel-Pereira, com a acuidade de sempre, aludindo à obra de Euclides e a outro livro aparecido, também, em 1902, escreve:

Floresta impressionante, *Os Sertões* contribuíram talvez quase tanto para o arrevesamento da linguagem — com que se deleitaram Alcides Maia e Alberto Rangel — quanto para o conhecimento do país, o que não é dizer pouco. E, saído no mesmo ano de 1902, um romance, nosso primeiro romance social, o *Canaã*, de Graça Aranha, levaria para o gênero ênfase não semelhante, mas equivalente, que de algum modo se refletiria em *Luzia-Homem*, de Domingos Olímpio, publicado em 1903, contrariando-lhe o forte cunho regional.

Tendo agradado, principalmente, pelo “artifício girandoloso do estilo”, o romance de Graça Aranha confirma a observação de Lúcia Miguel-Pereira, de que, ressalvadas as exceções de praxe, escrevia-se então “com a evidente preocupação da frase brilhante, alcandorada e, sobretudo, arquetônica”, já que a voga favorecia a eloquência, “que se pôs a transbordar dos discursos para os ensaios, para os romances e até para a poesia”.

Era a preamar parnasiana, que levava Coelho Neto a escrever, referindo-se à Forma, numa réplica à “Profissão de Fé”, de Bilac: “Por ela o meu sangue, toda a minha alma para resguardá-la: é o meu amor, é o meu ídolo, é o meu ideal”.¹³

Como observa, ainda, a mesma ensaísta, passara “da poesia à prosa o gosto das palavras altissonantes e sobretudo de arquitetura verbal, da frase redonda e cheia, descrevendo harmoniosa parábola”.

Ora, o *Canaã*, de Graça Aranha, inseria-se, com perfeição, nesse contexto, e era, além disso, sob muitos aspectos, um livro revolucionário. Traíndo a influência do germanismo da Escola do Recife, é muito mais um romance de idéias do que de ação. Como diria, muito mais tarde, Agrippino Grieco, em entrevista que nos concedeu, “*Canaã* é um mau modelo de romance, porque todo desconexo, sem a preocupação da unidade, mas que excelente coletânea de *morceaux choisis!*”.¹⁴

Por este ou por aquele motivo, a verdade é que o livro fez carreira, não só no Brasil, mas igualmente no exterior. Em 1910 aparecia a tradução francesa de Clement Gazot, com prefácio do Conde Prozor, para o que, sem dúvida, também contribuiu a posição do autor, como diplomata que era. E foi essa projeção extrafronteiras do romance que preocupou Gilberto Amado. Em artigo *N’O País*, de 11-12-1910, sustentava ele que *Canaã* era “o mais vigoroso libelo contra o Brasil e a mais definitiva condenação que ainda se escreveu sobre o caráter de um povo”. Reconhecia que Graça Aranha dizia, talvez, verdades, “mas são as que mais nos humilham, as que mais corroboram a idéia que o europeu tem da nossa incapacidade orgânica para fundar uma civilização, constituir uma nacionalidade”. O “derrotismo etnográfico” do dis-

cípulo de Tobias Barreto assustava o pensador que, pouco depois, sustentaria a tese de que “de sermos mestiços e mulatos devemos ter, senão orgulho, ao menos a consciência de que o sermos não implica inferioridade nenhuma. Mulatos e mestiços fizeram uma cousa extraordinária: o Brasil”.¹⁵

Com pontos de vista tão opostos, não admira que Gilberto Amado e Graça Aranha jamais tenham conseguido entender-se...

A REDAÇÃO DO CÓDIGO CIVIL

Não param aí, porém, os grandes acontecimentos literários de 1902, pois precisamos não nos esquecer de que desse mesmo ano é o *Parecer sobre a redação do Código Civil*, de Rui Barbosa. Datado de 13-4-1902, foi publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Suplemento ao n.º 126, de 27-7-1902. A edição da Imprensa Nacional, num volume de 561 páginas, saíria também nesse mesmo ano.

E foi outro formidável impacto. San Tiago Dantas, na conferência acima citada, já explicou as razões desse parecer arrasador: Rui queria estudar a parte jurídica do Código, e dar a sua contribuição ao aprimoramento dos nossos institutos de Direito Civil. O projeto, porém, chegara ao Senado em regime de urgência “urgentíssima”, como hoje se diria. Não havia tempo, portanto, para o estudo jurídico que o mestre pretendia fazer. Conhecendo o Brasil, e sabendo a importância que sempre demos, aqui (como ainda hoje), às questões gramaticais, resolveu torpedear o projeto, não porque ele contivesse defeitos de ordem jurídica, mas sim porque estava inçado de heresias estilísticas, escrito em caçanje.

A contribuição que deu à melhoria da redação do Código é inestimável, e pode ser avaliada em toda a sua riqueza e extensão no livro de Fernando Néri — *Rui Barbosa e o Código Civil* (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1931).

Com esse parecer, Rui conseguiu, realmente, o seu intento, e a tramitação do projeto, no Congresso, foi retardada por nada menos de 14 anos, pois o Código só seria

aprovado pela Lei n.º 3.071, de 1 de janeiro de 1916. Apesar disso, o grande publicista não teve tempo, ou oportunidade de concluir o seu estudo sobre os aspectos jurídicos do Código, estudo esse que ficou restrito aos primeiros vinte artigos da Parte Geral.

O efeito, porém, do parecer em que apontava as imperfeições estilísticas do projeto, foi enorme. Como se sabe, acendeu-se grande polêmica sobre o assunto, e o debate com Carneiro Ribeiro (que na *Réplica*, de Rui, atingiu seu ponto mais alto) apaixonou os espíritos e aguçou o gosto dos brasileiros pelas discussões de ordem gramatical. A *Réplica* foi publicada, inicialmente, no *Diário do Congresso Nacional*, Suplemento ao n.º 120, de 10-10-1903, sendo que sua primeira impressão em livro (edição da Imprensa Nacional), num volume de 600 páginas, apareceu em 1904.

Sobre a repercussão e influência desse trabalho de Rui, há o testemunho de João Mangabeira, que nem por partir de um de seus discípulos mais devotados, pode ser considerado suspeito:

... o amor e o zelo pela língua portuguesa se podem, nitidamente, dividir entre nós em duas fases: antes e depois da *Réplica*. Na primeira, apenas os gramáticos e os especialistas timbravam no apuro da linguagem. No mais, o descuido, o descaso, o desalinho. Basta ler os escritos e discursos dos maiores vultos do Império. Na segunda, todos os homens, de todas as posições, em todas as emergências, cuidam do aseio vernáculo, dando cada um de si o mais que pode.¹⁶

A polêmica Rui-Carneiro Ribeiro; os artigos de Cândido de Figueiredo sobre "O que se não deve dizer", publicados no *Jornal do Commercio*, e reunidos em livro em 1903, por uma editora de Lisboa; colunas como a que Cândido Lago mantinha no *Correio da Manhã*, sob o título "O que é correto", criaram, no público, uma excessiva preocupação com o vernáculo, visto do lado do "casticismo português". Ninguém, escrevendo, queria errar, incidir na crítica desses mestres. O purismo gramatical tor-

nou-se palavra de ordem, e com isso a língua portuguesa passou a ser considerada das mais difíceis de se falar e escrever corretamente.

O seguinte depoimento de José Veríssimo é bastante expressivo a respeito do estado de espírito em que então viviam os escritores:

Oh! Esta nossa língua portuguesa, quem pode jactar-se de sabê-la toda, de poder sem contestação plausível apoiar-lhe ou reprovar-lhe uma forma, uma expressão, um vocábulo, afirmar com segurança, fora dos casos vulgares de incorreção manifesta e dos solecismos indiscutíveis, que isto é errado ou aquilo é certo, que isto é vernáculo e aquilo não é? ¹⁷

Curioso é que essa exagerada e injustificável preocupação com o vernáculo se prolongou por muito tempo, chegando a atingir representantes de gerações posteriores, e até escritores que tinham tudo para desrespeitá-la, como vieram, afinal, a fazer mais tarde, no movimento modernista de 1922. A propósito, é não só surpreendente, mas significativa, esta confissão de Mário de Andrade, em carta ao seu amigo Manuel Bandeira: “É engraçado, mas eu trago, não propriamente da minha geração, mas das pelo menos duas que antecederam a minha, um desenhinho secreto de falar bem o português e escrevê-lo sem erro”. ¹⁸

O MOMENTO LITERARIO

Segundo R. Magalhães Jr., foi Medeiros e Albuquerque, de volta de uma de suas viagens à Europa, que sugeriu a João do Rio a realização do inquerito “O Momento Literário”, publicado inicialmente na *Gazeta de Notícias*, no primeiro semestre de 1905, e mais tarde em livro, pela Livraria Garnier, sem qualquer indicação de data, mas provavelmente em 1908. ¹⁹ O modelo em que se inspirou o jornalista parece ter sido o livro de Jules Huret, *Enquête sur l'Évolution Littéraire*, aparecido em Paris em 1901. O biógrafo de João do Rio chega a insinuar que o questioná-

rio, por este submetido a cerca de cinqüenta escritores, dos mais representativos e atuantes nas letras e no jornalismo de então, foi redigido pelo próprio Medeiros e Albuquerque. O questionário era o seguinte:

1) Para sua formação literária, quais os autores que mais contribuíram?

2) Das suas obras, qual a que prefere? Especificando mais ainda: quais, dentre seus trabalhos, as cenas ou capítulos, quais os contos, quais as poesias que prefere?

3) Lembrando separadamente a prosa e a poesia contemporâneas, parece-lhe que no momento atual, no Brasil, atravessamos um período estacionário, há novas escolas (romance social, poesia de ação, etc.), ou há a luta entre antigas e modernas? Neste último caso, quais são elas? Quais os escritores contemporâneos que as representam? Qual a que julga destinada a predominar?

4) O desenvolvimento dos centros literários dos Estados tenderá a criar literaturas à parte?

5) O jornalismo, especialmente no Brasil, é um fator bom ou mau para a arte literária?

João do Rio conseguiu realizar entrevistas pessoais com Olavo Bilac, Coelho Neto, Júlia Lopes de Almeida, Felinto de Almeida, Pe. Severiano de Resende, Félix Pacheco, Armando Erse (João Luso), Guimarães Passos e Lima Campos. Os demais depoimentos foram obtidos por carta, havendo respondido os escritores João Ribeiro, Clóvis Beviláqua, Sílvio Romero, Raimundo Correia, Medeiros e Albuquerque, Garcia Redondo, Frota Pessoa, Mário Pederneiras, Luís Edmundo, Curvelo de Mendonça, Nestor Vítor, Silva Ramos, Artur Orlando, Sousa Bandeira, Inglês de Sousa, Afonso Celso, Elísio de Carvalho, Pedro do Couto, Osório Duque Estrada, Fábio Luz, Rodrigo Otávio, Rocha Pombo, Laudelino Freire, Magnus Sondhal, Gustavo Santiago, Augusto Franco, Alberto Ramos e Júlio Afrânio, nome com que, na época, Afrânio Peixoto, ainda muito jovem, assinava seus trabalhos.

Dos entrevistados, muitos estão hoje completamente esquecidos, e precisamos recorrer aos dicionários especializados para identificá-los, como por exemplo, aquele estranho Magnus Sondhal, “um maníaco do ocultismo” que já figurara em *As Religiões no Rio*, como observa R. Magalhães Jr. De qualquer maneira, e ainda que constituído, em grande parte, de depoimentos de escritores que hoje nos parecem secundários, e não trouxeram, às letras brasileiras, qualquer contribuição mais significativa, o inquérito de João do Rio é um precioso repositório de dados e informações sobre hábitos de vida, tendências e opiniões da *intelligentsia* brasileira na primeira década do século. Foi pena que as figuras mais representativas das nossas letras de então não tivessem atendido ao seu apelo, como ocorreu, entre outros, com Machado de Assis, Graça Aranha, Artur Azevedo, Alberto de Oliveira, Aluísio Azevedo e José Veríssimo.

No final, João do Rio dá um balanço em seu inquérito, tirando conclusões, algumas de cunho sociológico, que são importantes para fixar a mentalidade dos escritores brasileiros da época, e as perspectivas de nossa literatura nos primeiros dez anos do século. Uma dessas conclusões é de que passara a época da boêmia, quando um sujeito, “para fingir de prosador, começava por ter a barba por fazer e o fato cheio de nódoas”. No momento — observa o jornalista — um tipo nessas condições “seria posto fora até mesmo das confeitarias, que são e sempre foram as colméias dos ociosos”. E qual foi o fator que contribuiu para a mudança de mentalidade dos escritores? Foi a concorrência — responde ele — “a tremenda concorrência de trabalho que proíbe os romantismos, o sentimentalismo, as noites passadas em claro e essa coisa abjecta que os imbecis divinizam, chamada boêmia, isto é, a falta de dinheiro, o saque eventual das algibeiras alheias e a gargalhada de troça dos outros, com a camisa por lavar e o estômago vazio...” Ao sopro das transformações por que passava o Rio, no governo Rodrigues Alves, com o saneamento da cidade e a abertura da Avenida, começava-se a criar, embora timidamente, a profissão de escritor, que

o jornalismo facilitava. “Hoje o escritor trabalha para o editor — acentua João do Rio — e não manda vender, como José de Alencar e o Manuel de Macedo, por um preto de balaio no braço, as suas obras de porta em porta, como melancias ou tangerinas. Uma nova necessidade infiltrou-se nos nossos hábitos: a necessidade da higiene e do confortável”.

Outra conclusão que João do Rio tira das respostas ao seu inquérito, é a que diz respeito à preocupação dominante nos meios literários de então: “A época é de um individualismo hiperestésico”. Reconhecia a estagnação dos corrilhos literários, mas não deixava de frisar que “a fúria de aparecer só” era prodigiosa. A vaidade do intelectual deixara de ser uma coisa ridícula, para ser vista como “uma deliciosa *coqueté* cerebral, que o arrivismo prático transforma em reclamo”. Tanto assim, que os escritores consultados, na sua quase totalidade, contaram com especial prazer a própria vida. O sucesso era para ele “o critério mais exato da aclamação pública”, já que o homem de letras só tem um desejo, mesmo quando está na torre de marfim: conquistar o favor público, ser lido e ser notado”.

Quanto aos rumos da literatura, naquele início de século, João do Rio, talvez puxando um pouco a sardinha para a sua brasa, mas não deixando, por outro lado, de ver com clareza nas brumas do futuro, opinava que o momento não era de devaneios, “mas de curiosidade, de informação, fazendo da literatura, no romance, na crônica, no conto, nas descrições de viagens, uma única e colossal reportagem”.

Ao lado de observações justas, como a de que “não há uma só das nossas idéias que não seja bebida no estrangeiro, nos livros de Félix Alcan, ou nas extravagâncias publicáveis do “*Mercure de France*”, e de que o naturalismo morrera e o nefelibatismo agonizava, outras há em que se enganou redondamente, como ao decretar a morte da poesia, sentença que viria a ser repetida trinta anos mais tarde, também sem qualquer procedência, por Augusto Frederico Schmidt, em entrevista famosa...²⁰

UM TÍTULO FALACIOSO

Aparecido em 1907, numa edição da Livraria Garnier, o livro de Elísio de Carvalho *As Modernas Correntes Estéticas na Literatura Brasileira* tem um título enganador, pois não se trata de nenhum estudo sobre as novas tendências artísticas dominantes na literatura brasileira do seu tempo, mas sim da reunião de vários artigos de crítica nefelibática, grupados, aliás, de maneira insólita, ou pelo menos pouco compreensível aos olhos do leitor de hoje. Assim, num primeiro grupo estão os *Representativos* (Graça Aranha, José Veríssimo, João Ribeiro e Emílio de Meneses); num segundo grupo, os *Ideólogos, Sonhadores e Revoltados* (Fábio Luz, Curvelo de Mendonça, Pereira da Silva e Pedro do Couto); e, finalmente, como *Raros e Impassíveis*, João do Rio, Gustavo Santiago, Goulart de Andrade e Oscar Lopes.

Ora, será essa a classificação que ele dava ao que pomposamente chamava "as modernas correntes estéticas na literatura brasileira"? E que vem fazer o poeta Emílio de Meneses, humorista boêmio e folgazão, num grupo onde estão pensadores e estudiosos como Graça Aranha, José Veríssimo e João Ribeiro? Por outro lado, como chamar de *impassível* um homem trêfego e agitado como João do Rio, que revolucionou o jornalismo do seu tempo?

Além dos ensaios sobre esses escritores, reunidos da maneira mais estapafúrdia, como acabamos de ver, o livro inclui ainda duas outras séries de estudos: "O Problema da Cultura" e "Arte Social".

Dentre os artigos que compõem "O Problema da Cultura", figura um que se chama "Minha formação literária", que outra coisa não é senão a sua resposta, refundida e ampliada, à *enquête* de João do Rio.

Nela, depois de se referir, longa e atabalhoadamente, aos livros e aos autores que mais influíram na formação de sua mentalidade, Elísio de Carvalho faz estas duas confissões que não podemos deixar passar sem um registro, a primeira porque denuncia o seu estado de espírito em relação aos confrades de letras, e a segunda, pela sua pretensão.

Depois de afirmar que em nada se sentia deverdor a qualquer escritor brasileiro de outros tempos, pois “o intelecto brasileiro está muito baixo para influir-me” sobre os contemporâneos, depõe: “Os modernos, salvo raríssimas e honrosas exceções, mesmo os que têm cotação na cocheira do Senhor-Todo-o-Mundo, não passam de filisteus, cabotinos, chatas mediocridades, e inspiram-me também nojo, nojo e dor, dor sobretudo”.

Quanto a ele próprio, que em política se confessava “anarquista”, pontifica: “Sou supernacional e pertencço ao movimento intelectual europeu...”

Dentre os modernos — naturalmente uma daquelas “raríssimas e honrosas exceções” a que se referiu, destacava Graça Aranha, “o mestre admirável de *Canaã*, a obra mais extraordinária, mais estranha, mais genial que concebeu o nosso espírito artístico”, e escritor que, na sua opinião, “é o artista tipo que simboliza este momento supremo da literatura brasileira”.

Exatamente por causa desses arroubos, o livro não deõe muito a favor do espírito crítico do autor, pois se ocupa, na maior parte, e quase no mesmo tom em que se refere a Graça Aranha, de autores que o tempo sepultou e estão hoje completamente esquecidos.²¹

A FIGURA MAXIMA

Sobranceiro à querela das escolas, continuava a escrever, ombro a ombro com os novos, uma figura que, no dizer de Lúcia Miguel-Pereira, “era o mestre, o guia, o chefe, senão da vida literária, pelo menos da literatura em si mesma”. Sem se filiar a qualquer escola literária, pois, na sua melhor fase (a que se inicia com as *Memórias Póstumas de Brás Cubas*), não foi romântico nem naturalista, “se impunha aos leitores novecentistas como aos oitocentistas se impusera”: Machado de Assis.

De fato, o mestre continuava em plena atividade. *Dom Casmurro* é de 1900, *Esau e Jacó*, de 1904. *Relíquias de Casa Velha*, de 1906 e *Memorial de Aires*, de 1908, ano em que veio a falecer.

Ligado à morte do cético de *Quincas Borba* há, aliás, um episódio que deu lugar a uma das páginas mais belas do nosso jornalismo literário — a crônica “A última visita”, de Euclides da Cunha — e que não deve ficar esquecido.

Era já noite, e Machado agonizava na sua casa do Cosme Velho. Na sala de jantar, um grupo de senhoras, vizinhas e conhecidas, muitas das quais ele vira meninas e carregara nos braços, comentava episódios da vida do escritor, ao lado de Carolina, naquele recanto tranqüilo, onde o amor pusera “um mundo inteiro”. No salão de visitas, vários amigos e companheiros de letras, numa atitude de solidariedade, acompanhavam, pessoalmente, os últimos momentos do mestre. Estavam ali Coelho Neto, Graça Aranha, Mário de Alencar, José Veríssimo, Raimundo Correia, Rodrigo Otávio e Euclides da Cunha. Achavam eles desanimador que uma vida como aquela se extinguísse no meio de tamanha indiferença pública, com repercussão apenas “no círculo limitadíssimo de corações amigos”. Um escritor do porte de Machado de Assis “só deveria extinguir-se dentro de uma grande e nobilitadora comoção nacional”. No entanto, a cidade inteira assistia àquilo “sem a vibração de um abalo, derivando imperturbavelmente na normalidade de sua existência complexa”.

Nesse momento, precisamente ao enunciar-se este juízo desalentado — narra Euclides — alguém bate à porta de entrada.

Abriam-na. Apareceu um desconhecido: um adolescente de 16 a 18 anos, no máximo. Perguntaram-lhe o nome, declarou ser desnecessário dizê-lo: ninguém ali o conhecia, não conhecia, por sua vez, ninguém; não conhecia o próprio dono da casa, a não ser pela leitura dos livros que o encantavam. Por isto, ao ler nos jornais da tarde que o escritor se achava em estado gravíssimo, tivera o pensamento de visitá-lo. Relutara contra esta idéia, não tendo quem o apresentasse; mas não lograra vencê-la. Que o desculpassem, portanto. Se não lhe

era dado ver o enfermo, dessem-lhe ao menos notícias certas do seu estado.

E o anônimo juvenil, vindo da noite, foi conduzido ao quarto do doente. Chegou. Não disse uma palavra. Ajoelhou-se. Tomou a mão do Mestre; beijou-a num belo gesto de carinho filial. Aconchegou-a depois por momentos ao peito. Levantou-se e, sem dizer palavra, saiu.

À porta, José Veríssimo perguntou-lhe o nome, inteirando-se, então, de quem se tratava. E conclui Euclides:

Mas ele deve ficar anônimo.

Qualquer que seja o destino desta criança, ela nunca mais subirá tanto na vida. Naquele momento, o seu coração bateu sozinho pela alma de uma nacionalidade. Naquele meio segundo — naquele meio segundo em que ele estreitou o peito moribundo de Machado de Assis, aquele menino foi o maior homem de sua terra.

Ele saiu, e houve na sala, um pouco invadida de desalento, uma transfiguração.

Nos fastígios de certos estados morais, concretizam-se, às vezes, as maiores idealizações. Pelos nossos olhos passou a impressão visual da Posteridade... ²²

Nessa mesma madrugada, deu-se o desenlace. E no dia seguinte, ainda sob a impressão daquela visita estranha, mas altamente simbólica aos olhos de todos que a presenciaram, Euclides, na redação do *Jornal do Commercio*, compôs o seu primoroso artigo. João Luso assistiu a tudo, e pôde depor que o estilista de *Os Sertões*, aparentando uma serenidade perfeita, e quase sem emendar, levou mais de três horas para pingar na pequenina crônica o ponto final. É que o seu trabalho “avançava linha a linha, quase se poderia afirmar letra a letra, como uma renda nítida e delicada nas mãos da mais paciente bordadeira”. ²³

Não havendo o articulista revelado o nome do misterioso visitante, só muito tempo depois se veio a saber

que aquele jovem chamava-se Astrojildo Pereira. A esse seu gesto as letras brasileiras ficaram a dever a inspiração para a página imorredoura de Euclides. Por outro lado, sua visita foi, de fato, o prenúncio do julgamento da Posteridade, para o qual o próprio Astrojildo, já adulto, viria a contribuir, com o seu excelente ensaio, de cunho sociológico, “Machado de Assis, romancista do Segundo Reinado”.²⁴

A FORTUNA CRÍTICA DE UM ESCRITOR

Morrera Machado de Assis. Mas Coelho Neto continuava a produzir como nunca, “montado no alazão de sua fantasia incomparável”, como disse Euclides da Cunha. Só em 1898 havia publicado nada menos de 11 volumes! Já vimos que seu romance *Tormenta* é de 1901. *Turbilhão*, de 1906, e *Esfinge*, de 1908. No ano seguinte, seu ato dramático *Bonança* foi escolhido para ser representado na festa de inauguração do Teatro Municipal. Sua produção era, em média, de mais de um livro por ano. No ante-rostro de *Tormenta* enumerava 24 obras já publicadas, anunciando mais cinco para breve.

Foi ele o primeiro escritor brasileiro a viver da literatura. Todavia, isto o obrigava a desdobrar-se em dezenas de volumes e colaborações para os jornais. Dotado de inegável talento literário, e de uma “imaginação escaldante”, tinha grande confiança em si. E foi esta — observa José Veríssimo — “que lhe impôs a resolução de viver das letras, criando-lhe concomitantemente a de um trabalhador muito maior do que, se não o seu talento e capacidade, o meio permitia”. Porque — concluía, com toda a razão, o crítico — “um escritor não produz somente do que tem em si, por mais que seja, mas, e muito, do que recebe do ambiente em que vive”.²⁵

Era, sem dúvida, no seu tempo, depois da morte de Machado de Assis, o prosador de maior prestígio, como Bilac era o poeta mais festejado. Posteriormente, o Modernismo haveria de combatê-lo sem tréguas. Sérgio Buarque de Holanda chegou mesmo a dizer que era preciso “descoelhonetizar” a literatura brasileira. Nos anos 40,

prestigiosa revista publicou um número inteiro sobre o nosso romance, e o autor de *Turbilhão* foi deliberadamente omitido.²⁶

Posteriormente, numa segunda edição desse trabalho, coube a Brito Broca promover o que se poderia chamar a revisão de Coelho Neto. Salientou ele, então, que livros como *Miragem*, *Turbilhão*, *O Morto* e *Inverno em Flor*, não podem ser desprezados no quadro da ficção brasileira.²⁷

Agora, escrevendo sobre o romance *Turbilhão*, depõe o crítico Wilson Martins:

A verdade, entretanto, é que *Turbilhão* pode ser visto como uma obra-prima indiscutível, não apenas entre os livros de Coelho Neto, mas, ainda, entre os romances realistas universais. É uma obra certamente mais identificada que a de Machado de Assis com a existência cotidiana do “novo” Rio de Janeiro, o Rio de Janeiro que se “modernizava”, nos inícios do século XX.²⁸

PROSADORES, CRÍTICOS, E ENSAÍSTAS

Além de José Veríssimo e Araripe Júnior, já citados, mais de uma vez, nesta breve resenha, também Sílvio Romero estava em atividade nessa época: produzia bastante e podia ser lido com frequência nos jornais. Em 1901, por exemplo, publica seus *Ensaio de Sociologia e Literatura*, e em 1906, de parceria com João Ribeiro, o *Compêndio de História da Literatura Brasileira*. De 1909 é o seu livro sem dúvida mais violento e injusto — as *Zeveirissimações Ineptas da Crítica*, ao qual voltaremos a nos referir. *Provações e Debates* traz a data de 1910.

As *Zeveirissimações Ineptas da Crítica* merecem um comentário especial. Essa briga, ao que parece, teve origem no discurso de recepção a Euclides da Cunha na Academia, pronunciado pelo crítico sergipano. Ao lado de referências encomiásticas e inteiramente descabidas, por inoportunas, a Tobias Barreto, o orador destilou, nas entrelinhas, uma infinidade de perfídias contra José Veríssimo.

A recepção de Euclides se deu aos 18 de dezembro de 1906. E já em 1907 as oficinas do *Comércio do Porto* (as mesmas que, dois anos depois, irão lançar as *Zeveryssimações*), editam um folheto, com uma tarja verde-amarela, reproduzindo o discurso de Romero. Esse folheto traz a seguinte dedicatória, escrita num estilo que procurava imitar, deformando-o, o do seu desafeto, e constituía, sem dúvida, a maior das provocações:

Ao Sr. José Veríssimo, o famoso crítico terra a terra, que jamais teve, certo, a ousadia de formular duas idéias teóricas; que ainda não se emancipou do ridículo preconceito de dividir os escritores brasileiros em dois grupos — os das províncias, que nada valem, e os da Capital, que valem tudo; que, por isso mesmo, é, acaso, o ídolo de todas as mediocridades; ao Sr. José Veríssimo, que merece considerado, por ventura, o mais abalizado, senão quiçá o mais esforçado e, pudera dizer, o mais constante, resoluto e talvez, em regra, o menos despercebido, ao que se pode supor, dos discípulos e continuadores de Valentim Magalhães no despejado empenho de denegrir, e, quem sabe se também conspurcar, a memória de Tobias Barreto; ao diplomático José — tenho sobejos motivos para oferecer e consagrar este livrinho, e, por maior realce, o faço Joséveríssimamente no incomparável estilo que merece admirado por séculos sem conta...²⁹

Veríssimo, colega de Academia de Romero, vendo-se assim perfidamente atacado, escreveu contra o seu adversário um longo artigo, publicado no livro *Que é Literatura? e outros escritos*. Estávamos, ainda, na época das polémicas, e Romero, então, voltou à carga, com as *Zeveryssimações Ineptas da Critica* (Repulsas e Desabafos), um folheto de cento e poucas páginas, impresso em 1909, como já vimos, pelas oficinas do *Comércio do Porto*.

Responsabilizando Veríssimo por várias histórias ou insinuações maldosas que corriam a seu respeito, inclusive

a de que, apesar de grande entusiasta da cultura germânica, não sabia alemão, Romero investe contra seu colega paraense, chamando-lhe, entre outras amabilidades, "patureba de Belém", "Sainte-Beuve peixe-boi", etc.

Nesse terreno não o acompanhou Veríssimo. E o livro de Romero teria ficado sem resposta, se, em defesa do autor de *Cenas da Vida Amazônica*, não tivesse saído em campo um jovem escritor do Recife — A. Bandeira de Melo. Em vários artigos, publicados no *Jornal Pequeno*, da capital pernambucana, em dezembro de 1910 e janeiro de 1911, desancou ele de rijo o discípulo de Tobias, pondo à mostra os pontos em que, no virulento ataque, o crítico sergipano deixara os flancos a descoberto.

Esses artigos, aos quais se acrescentaram alguns outros, de admiradores de Veríssimo, foram depois reunidos num pequeno volume, "edição de alguns amigos", sem data, sob o título *A Morte da Polidez* (A propósito das Zeveríssimas inepcias do Sr. Sílvio Romero). O título, de duplo sentido, contém uma insinuação a outra morte, havia tempos decretada por Romero — a da Metafísica — em rumorosa defesa de tese, na Faculdade de Direito do Recife. O mais interessante é que o seu autor, aquele desconhecido A. Bandeira de Melo, outro não era senão um jornalista que ensaiava o vôo, e depois haveria de granjear renome e prestígio em todo o Brasil: Assis Chateaubriand, cujo nome completo era Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo.

Vários outros escritores, além do triunvirato formado por Araripe Júnior, Sílvio Romero e José Veríssimo, se dedicavam à crítica, ou se ocupavam de livros nas colunas que mantinham nos jornais. Medeiros e Albuquerque, por exemplo, sob o pseudônimo J. dos Santos, assinava em *A Notícia* uma "Crônica Literária", disfarçando, também, às vezes, o próprio nome com o de Rufiúfio Singapura. Sua coluna era, de fato, uma *crônica literária*, e não crítica, no sentido rigoroso do termo, ocupando-se ele de livros que versavam os mais diferentes assuntos, desde *Contrastes e Confrontos*, de Euclides da Cunha, até a *Estrutura do Cilindro-Eixo*, de Bruno Lobo, e a *Expulsão de Estrangeiros* (a propósito do Decreto n.º 164, de 7-1-1907), de Lacerda de Almeida.

Constâncio Alves, com finura e malícia, mantinha no *Jornal do Commercio* a sua coluna "Dia a Dia" (depois substituída por "A Semana"), assinando os artigos com as iniciais C. A., que os menos avisados atribuíam a Capistrano de Abreu. Júlia Lopes de Almeida entretinha os leitores de *O País* com suas colaborações que saíam encimadas pelo título "Dois dedos de prosa". Escrevendo, também, uma crônica literária onde se ocupava, em geral, de livros recentemente aparecidos, Artur Azevedo, com as iniciais A. A., assinava, no mesmo *O País*, a coluna "Palestra". Sob os pseudônimos de José e de Jôe, Paulo Barreto (João do Rio) sustentava, na *Gazeta de Notícias*, uma seção de impressões de leitura: a "pequena crônica de letras", depois, naturalmente por influência de uma nova arte que chegava ao Brasil, mudada para "Cinematógrafo", título que daria, mais tarde, a um volume de crônicas.

Uma das colunas mais prestigiosas, na época, era o "Registro", de Olavo Bilac, em *A Notícia*, assinado B. Ali publicou ele comentários sobre diversos poetas brasileiros, como Gonçalves Dias, Casimiro de Abreu e Raimundo Correia, ao que parece ainda não reunidos em livro. Chamava-se "Cotas aos Casos" a coluna do Conde de Afonso Celso (A. C.) no *Jornal do Brasil*. João Itiberê da Cunha, com o pseudônimo de JIC, substituíra José Veríssimo como crítico do *Correio da Manhã*, saindo os seus artigos sob a rubrica "Semana Literária".³⁰

Carmem Dolores (Emília Moncorvo Bandeira de Melo) ocupava boa parte da primeira página da edição dominical d'*O País* com a sua coluna "A Semana", escrevendo, não raro, sobre livros. Seria substituída, em 1911, por Gilberto Amado, então recém-chegado ao Rio, o qual lhe dedicou seu primeiro artigo, em 21 de agosto desse mesmo ano.

Espantosa era a atividade de Carlos de Laet, que nesse período se desdobrava em colaborações para o *Jornal do Brasil* e *O País*, para onde transferira a seção "Microcosmo", por ele criada no *Jornal do Commercio*. Monarquista e católico, ocupava-se não só de acontecimentos políticos e religiosos, mas também de livros aparecidos, envolvendo-se, freqüentemente, em polêmicas que tomavam

um tom pessoal e desabusado. Foi publicada em *O País* (Microcosmo), de 10-5-1908, sua crônica sobre o 13 de maio, na qual, com mal disfarçada emoção, nos descreve, vinte anos depois, o que foi a votação da Lei Aurea no Senado, onde ele era então redator de debates.

Além desses, caberia citar Alcindo Guanabara, que em 1902 publicou *A Presidência Campos Sales*. Mas, como observa Astrojildo Pereira, "ele era sobretudo um jornalista e o melhor do que escreveu permanece nas folhas dos jornais que redigiu". Jornalista era também o português Eduardo Salamonde, principal redator d'*O País*, "evangelista da ditadura", o "Camille Desmoulin do 93 brasileiro", como dele escreveu Joaquim Nabuco.³¹

Bem diferente de ambos, João Ribeiro, pensador, crítico e ensaísta, em 1905 publica *Páginas de Estética*; em 1908, *Frases Feitas*, e em 1910, *Fabordão*. Preocupados, também, com problemas de linguagem, e reagindo contra o "ensino cerebrino, mas em geral tido por autorizado", de Cândido de Figueiredo e outros (como diria mais tarde Sousa da Silveira), surgem autores como Mário Barreto, cujos *Estudos da Língua Portuguesa* são de 1903, depois desdobrados em vários volumes, aparecidos nas décadas seguintes; Heráclito Graça (tio de Graça Aranha), que em 1904 nos dá os *Fatos da Linguagem*, ainda hoje citado pelos estudiosos do idioma; e Manoel Said Ali Ida, que no volume *Dificuldades da Língua Portuguesa*, de 1908, esclarece, com base científica, vários e intrincados problemas filológicos.

De 1905 são também os dois livros de Farias Brito — *A Verdade como Regra das Ações* e *Evolução e Relatividade*. Como disse Alceu Amoroso Lima, Farias Brito, que disputou com Euclides da Cunha a cadeira de Lógica do Colégio Pedro II, iniciou no Brasil "a reação contra o naturalismo filosófico, e foi a grande voz que se abriu entre nós, em favor de uma nova filosofia do espírito, que ia ser repudiada pelos seus contemporâneos e compreendida apenas pela geração seguinte".³²

De 1901 são os *Escritos e Discursos Literários*, de Joaquim Nabuco, que em 1909 nos daria *Pensées Detachées et Souvenirs*. Traz a data de 1908 uma das obras fundamen-

tais da nossa historiografia — *D. João VI no Brasil*, de Oliveira Lima, publicado, em dois volumes, pela Tipografia do *Jornal do Commercio*, de Rodrigues & Cia.

UM ROMANCE-PANFLETO

O ano de 1909 assinala o aparecimento, nas letras brasileiras de um escritor de talento — Lima Barreto — em quem Agrippino Grieco viu “um neto de Gogol”. Seu romance de estréia, as *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, de fundo autobiográfico, pretendendo ser a história de um mestiço que, mediante a obtenção de um título de doutor, imaginava subir na escala social, e vingar-se de sua origem humilde, transformou-se num panfleto contra os vitoriosos do momento.

Já denunciando um espírito bem diferente do da *belle époque*, o livro é antes de tudo uma sátira ao *Correio da Manhã*, então recentemente fundado. Romance à *clef*, a identificação das figuras reais que estão por trás dos personagens constitui hoje, tantos anos decorridos, mera curiosidade literária. Os que se interessarem porém, por essa identificação, poderão consultar o artigo de Francisco de Assis Barbosa — autor da primorosa biografia *A Vida de Lima Barreto* — “As duas chaves do Isaías Caminha”, publicado no Suplemento Literário do *Diário de Notícias*, do Rio, de 20-3-1949.

O LIVRO-SÍMBOLO

Lima Barreto, como acentuamos, já anuncia um novo tipo de literatura, e exatamente por isso tem sido considerado um dos precursores do Modernismo. Esta resenha — centrada na *belle époque* — não poderia, assim, terminar com uma referência à sua obra. Mesmo porque dois anos depois do aparecimento do *Isaías Caminha* é que seria publicado o livro talvez mais característico dessa fase da nossa literatura.

Queremos referir-nos ao romance *A Esfinge*, de Afrânio Peixoto. Lançado em 1911, vale, sobretudo, por um

retrato da sociedade burguesa do Rio de então, e ilustra, como nenhuma outra de suas obras, a concepção do autor, para quem a Literatura era “o sorriso da sociedade”. O livro, para a época, ao contrário do que aconteceu com o de Lima Barreto, foi autêntico *best-seller*. E nele vamos encontrar o embrião de inúmeras idéias e *trouvailles* que o romancista, encantado com o próprio sucesso, glosaria até o fim, em seus escritos posteriores.

Nada, por exemplo, a nosso ver define melhor o “espírito” desse livro, tão típico do nosso “1900” literário, do que o conceito de Arte exposto por Afrânio, numa definição que, se não tivesse ficado esquecida no bojo do seu romance de estréia, rivalizaria com a sua famosa opinião acerca da Literatura: “No fim de contas, a Arte era assim uma espécie de cigarro... moral: o outro distrai um momento, este conforta, como refúgio, para sempre”.

NOTAS

¹ — Broca, Brito. *A Vida Literária no Brasil — 1900*. 2.^a edição. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1960.

² — Frieiro, Eduardo. "Brito Broca, *A Vida Literária no Brasil*. 1900 — 275 p. Ilustradas. Serviço de Documentação do Ministério de Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1956." *Kriterion*, Revista da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais. Belo Horizonte, 39-40: 253-256, Jan./jun. 1957.

³ — Ob. cit., p. 262.

⁴ — Alguns críticos e historiadores literários costumam dar *Canaã* como aparecido em 1901. A 1.^a edição não traz indicação de data, quer na capa, quer na folha de rosto. Pelo colofão se verifica, porém, que acabou de imprimir-se, em Paris, em dezembro de 1901. Portanto, só pode ter chegado ao Brasil, e sido exposto à venda, nos primeiros meses de 1902. No exemplar existente na biblioteca da Casa de Rui Barbosa, lê-se a seguinte dedicatória: "A Ruy Barbosa, lembrança do seu amigo e admirador Graça Aranha. Londres, 30 de março de 1902".

⁵ — Dantas, San Tiago. *Rui Barbosa e o Código Civil*. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1949, pp. 7, 8 e 10.

⁶ — *Apud* Lúcia Miguel-Pereira, "Cinquenta anos de Literatura", *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 jun. 1951, uma das edições comemorativas do cinquentenário do jornal.

⁷ — Lins, Álvaro. "O Primeiro Crítico do *Correio da Manhã*", ed. comemorativa cit.

⁸ — Andrade, Olímpio de Sousa. *História e Interpretação de "Os Sertões"*. 3.^a edição, São Paulo, EDART Livraria Editora. 1966, p. 297.

⁹ — *Ibid.*, p. 296.

¹⁰ — Transcrito na edição do *Correio da Manhã* de 15 jun. 1951, cit.

¹¹ — *Apud* Antônio da Gama Rodrigues, *Euclides da Cunha, Engenheiro de Obras Públicas no Estado de São Paulo*. São Paulo, Edição de Alves Motta Sobrinho, 1956, pp. 94-95.

- 12 — *Ibid.*, pp. 99-100.
- 13 — *Apud* Lúcia Miguel-Pereira, art. cit.
- 14 — Senna, Homero. *República das Letras*. 2.^a edição. Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica Editora, 1968, p. 42.
- 15 — Amado, Gilberto. *Grão de Areia*. Rio de Janeiro, Jacintho Ribeiro dos Santos Editor, 1919, pp. 20-21.
- 16 — Mangabeira, João. *Rui Barbosa* (Discursos e Conferências). Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1958, p. 82.
- 17 — *Apud* Brito Broca, ob. cit., pp. 206-207.
- 18 — Andrade, Mário de. *Cartas a Manuel Bandeira*. Rio de Janeiro, Organização Simões Editora, 1958, p. 349.
- 19 — Magalhães Jr., R. *A Vida Vertiginosa de João do Rio*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, pp. 42-54.
- 20 — Rio, João do. *O Momento Literário*. Rio de Janeiro/Paris, H. Garnier Livreiro-Editor, s.d.
- 21 — Carvalho, Elysio de. *As Modernas Correntes Estéticas na Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro/Paris, H. Garnier Livreiro-Editor, 1907.
- 22 — Cunha, Euclides da. "A última Visita", reproduzida em *Autores & Livros* (Suplemento Literário d'A Manhã, Rio de Janeiro) n.º 7, 28 set. 1941, p. 99.
- 23 — *Apud* Brito Broca, ob. cit., pp. 221-222.
- 24 — In: *Interpretações*. Rio de Janeiro, Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1944, pp. 13-48.
- 25 — Veríssimo, José. *Últimos Estudos de Literatura Brasileira*. 7.^a série. Belo Horizonte/São Paulo, Editora Itatiaia Ltda./Editora da Universidade de São Paulo, 1979, p. 232.
- 26 — V. *Revista do Brasil*, 3.^a fase, Ano IV, 35, maio 1941.
- 27 — Broca, Brito. "Coelho Neto, romancista", in *O Romance Brasileiro* (de 1752 a 1930). Rio de Janeiro, Edições O Cruzeiro, 1952, pp. 223-243.
- 28 — Martins, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. Vol. V (1897 — 1914). Editora da Universidade de São Paulo, 1978, p. 316.
- 29 — Academia Brasileira de Letras. *Discurso pronunciado aos 18 de dezembro de 1906, por ocasião da recepção do Dr. Euclides da Cunha, por Sylvio Romero*. Porto, Oficinas do *Commercio do Porto*, 1907.
- 30 — Os dados sobre a atividade jornalística dos escritores citados foram colhidos em Antônio Simões dos Reis *Bibliografia da Crítica Literária em 1907 através dos Jornais Cariocas*, Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1968.
- 31 — Nabuco, Joaquim. *A Interpretação Estrangeira Durante a Revolta de 1893*. São Paulo/Rio de Janeiro. Cia. Edit. Nacional/Civilização Brasileira S.A., 1939, p. 27.
- 32 — *Apud* *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, sob a direção de Rubens Borba de Moraes e William Berrien. Rio de Janeiro, Gráfica Editora Souza, 1949, p. 663.

A LITERATURA INFANTIL NO BRASIL DE 1900 A 1910

No século XX caracterizou-se por uma reação nacionalista ao domínio não então absoluto de Portugal. A importância para a história de letras editadas em português favoreceram-se a tradução das obras de outros países na língua e a criação de livros destinados à leitura, mais particularmente a abstrata, que visava aproximar a linguagem escrita da falada.

*Laura Constanca Austregesilo de
Athayde Sandroni*

O editor Quaresma, havendo no dizer de Lourenço de Almeida, "os conhecimentos de Horta no Rio de Janeiro" foi o primeiro a perceber a necessidade de uma seleção entre o conteúdo das línguas oral e escrita que abastecia o leitor infantil brasileiro da literatura infantil portuguesa de Portugal. Quaresma era um editor muito popular e "sua popularidade vinha-lhe certamente de compreender o problema e de seu senso de abstrair o conteúdo de livros".¹ Escreveu então a seu amigo Vitoriano Filomenet uma biblioteca especialmente destinada às crianças brasileiras.

Instalada em 1904 com o título de "Biblioteca Infantil da Livraria do Povo", constava dos seguintes volumes: *Contos de Caramelo* seguidos em 1906 de *Histórias de Aninhas e Histórias de Brancinha*.

Essas coleções de contos e histórias traduzidas em linguagem brasileira tiveram como modelo tanto as histórias infantis dos países europeus quanto as histórias tradicionais brasileiras. Nos primeiros anos Vitoriano Filomenet intercalou histórias tradicionais da literatura oral e algumas criações próprias.²

Com relação ao desenvolvimento da literatura destinada a crianças e jovens no Brasil, o primeiro decênio do século XX caracteriza-se por uma reação nacionalista ao domínio até então absoluto de Portugal. A importação pura e simples de livros editados na metrópole sucederam-se a tradução das obras de maior sucesso na Europa e a criação de livros destinados à Escola, num português já abrigado, que visava aproximar a linguagem escrita da falada.

O editor Quaresma que com Garnier e Laemmert formavam, no dizer de Leonardo Arroyo, "a trindade dos fornecedores de livros no Rio de Janeiro" foi o primeiro a perceber a necessidade de uma solução para o conflito das linguagens oral e escrita que afastava o leitor infantil brasileiro da literatura infantil proveniente de Portugal. Quaresma era um editor muito popular e "essa popularidade vinha-lhe exatamente da compreensão desse problema e de seu sonho de abrigar o comércio de livros".¹ Encomendou então a seu amigo Figueiredo Pimentel uma biblioteca especialmente destinada às crianças brasileiras.

Iniciada em 1894 com o título de "Biblioteca Infantil da Livraria do Povo", constava dos seguintes volumes: *Contos da Carochinha* seguidos em 1896 de *Histórias da Avozinha* e *Histórias da Baratinha*.

Essas coletâneas de contos estrangeiros traduzidos em linguagem brasileira fizeram enorme sucesso junto ao público infantil. Nos títulos seguintes Figueiredo Pimentel intercalou histórias recolhidas da tradição oral e algumas criações próprias.

Nessa última categoria incluem-se: *Album das Crianças*, poesias, 1897; *Os Meus Brinquedos*, folclore, s.d.; *Teatrinho Infantil*, teatro, 1897; *A Queda de um Anjo*, 1897; *O Livro das Crianças*, 1898; *Contos do Tio Alberto*, s. d.

Figueiredo Pimentel representa a fase inicial da tradução brasileira. A consciência de que o livro traduzido em Portugal já não interessava à criança, cuja linguagem oral adquiria cada vez mais caracteres próprios. No entanto, como veremos a seguir pela análise de alguns títulos, essa nacionalização refere-se apenas à área da linguagem. Os temas, mesmo quando os contos são "originais", permanecem *pastiches* daqueles traduzidos, sem qualquer preocupação de retratar a sociedade e os costumes da capital ou da província. Essa situação muda apenas nos contos recolhidos da tradição oral saborosamente brasileiros e no livro *Os Meus Brinquedos* que a rigor pertence à categoria de pesquisa folclórica de que trataremos mais adiante.

Em *Contos da Carochinha*, primeiro volume da coleção, diz o autor na Dedicatória: "São histórias para crianças, mas todas têm moral, muito proveitosa, ensinando que a única felicidade está na Virtude, e que a alegria só vem de uma vida honesta e serena". E ainda "E lembra-te que a vida de família é a única feliz, que o lar é o único mundo onde se vive bem, onde a Mulher, boa, santa, pura, carinhosa, impera como rainha".

Na capa já se lia: "*Contos da Carochinha*, Livro para crianças, contendo maravilhosa coleção de contos populares, morais e proveitosos de vários países, traduzidos uns e outros apanhados da tradição oral". No Prefácio citam-se fragmentos da crítica: "excelente trabalho de grande utilidade para as escolas, porque, ao mesmo tempo que deleita as crianças, interessando-as com a narração de contos morais muito bem traçados, lhes desperta os sentimentos do Bem, de Religião e de Caridade, principais elementos da educação da infância" (*Diário de Notícias*).

Realmente os contos apresentados, todos sem indicação de autor ou origem, seguem a linha da narrativa oral clássica estudada por Propp em *A Morfologia do Conto*.

A análise de conteúdo desses contos leva à conclusão de que os objetivos a que se propõe o tradutor, explicita-

dos no prefácio, são absolutamente cumpridos, e talvez ficasse admirado se alguém notasse à época que a riqueza vem sempre associada à vitória do bem (Fortuna tem sempre o sentido de felicidade + dinheiro). Que beleza e riqueza estão juntas não só na rima. Feiúra é associada sempre à maldade (assim como a cor preta). Enfim que todos os preconceitos do adulto estão presentes nos contos “morais e educativos”.

Em *Histórias da Avozinha* a mesma preocupação educativa no prefácio do editor: “As crianças brasileiras, às quais destinamos e dedicamos esta série de livros populares, encontrarão nas *Histórias da Avozinha* agradável passatempo, aliado a lições de moralidade, porque tais contos encerram sempre um fundo moral e piedoso”. A maioria das narrativas é de origem estrangeira mas já aparecem algumas recolhidas do folclore brasileiro contadas de forma simples e atraente. São elas “A Onça e o Cabrito” que nada mais é do que “A Onça e o Bode” em sua primeira forma escrita para crianças; “O Macaco e o Moleque” que conta como uma velha consegue enganar o macaco com um boneco de cera; “Aventuras de um Jabuti” louvando a esperteza desse bicho, herói de tantas das nossas histórias; “A Onça e a Raposa” onde mais uma vez se mostra o valor da esperteza contra a força física”, “O Cágado e o Urubu”, hoje mais conhecida como “A Festa no Céu”.

É interessante ver-se a diferença entre essas histórias de bichos de influência indígena e as de origem européia. Em sua cristalina simplicidade, as primeiras falam do valor da inteligência, do conflito entre o forte e o fraco de uma forma mais direta e saudável do que as outras, originárias de povos civilizados, marcados pela religião católica dominadora e todo o sentimento de culpa que ela acarreta.

Meus Brinquedos é um trabalho precioso de preservação das tradições brasileiras. Trata-se da descrição pormenorizada dos jogos e cantigas de roda com que brincavam as crianças nas cidades do interior.

Aí vemos por exemplo “Carneirinho, carneirão”, “O chicote queimado”, “A cabra cega”, “Bater as mãos” acompanhada de cantiga hoje quase perdida... “o gato comeu,

que é do gato, fugiu pro mato, que é do mato, o fogo queimou" etc. . . . E inúmeras outras (167 ao todo).

O livro se divide em Contos de berço, Jogos infantis, Jogos de prendas, Sentenças.

Na última parte "Teatro Infantil" oito pequenas peças para serem representadas por crianças, filão que Figueiredo Pimentel utiliza ainda em *Teatrinho Infantil*.

Publicados em fins do século XIX esses livros marcaram as primeiras décadas do século XX bem como as traduções de Carlos Jansen Gaucho, professor do Colégio Pedro II cuja adaptação de *As Viagens de Gulliver* (1888) mereceu elogios de Ruy Barbosa.

Conhecedor das boas obras literárias, traduziu o que havia de melhor para o público juvenil como um volume das *Mil e uma Noites* (1882), *Robinson Crusóé* (1885), *Aventuras Pasmosas do Bárdo de Munchhausen* (1891), *D. Quixote de La Mancha* (1901).

As obras da Condessa de Ségur também eram muito lidas nos primeiros anos deste século em traduções de Abranches Lobo (*Os Desastres de Sofia*) Antônio Luis Teixeira Machado (*As Férias e As Meninas Exemplares*) e faziam parte da famosa "Biblioteca Rosa Ilustrada".

Além dessas traduções "brasileiras" eram sucesso ainda a "Biblioteca da Infância" com narrativas de Vitor Hugo e Alphonse Daudet, a "Biblioteca da Juventude" também de apresentação gráfica uniforme onde ao lado de clássicos traduzidos apareciam autores portugueses.

Literatura Escolar

Segundo Leonardo Arroyo "Os professores do fim do século XIX e começos do século XX perceberam, as mais das vezes, que a leitura dos clássicos de várias línguas era consideravelmente pesada para as crianças. Se não foi essa razão, pode-se apontar o próprio desenvolvimento pedagógico como causa do aparecimento dos livros de leitura para as escolas, substituindo propriamente uma literatura infantil, de que raras sensibilidades no Brasil então cogitavam. Esta nova orientação pedagógica seria logo bem entendida por professores e professoras nacionais".

José Veríssimo em *A Educação Nacional*, publicado em 1906, preconiza que uma das reformas mais urgentes é “a do livro de leitura” acrescentando ser necessário que “ele seja mais brasileiro, não só feito por brasileiros que não é o mais importante, mas brasileiro pelos assuntos, pelo espírito, pelos autores transladados, pelos poetas reproduzidos e pelo sentimento nacional que os anime”.³

Olavo Bilac é o maior exemplo da Literatura Escolar no Brasil. Ao cultivar sentimentos nacionalistas e libertários em sua obra, contribuiu decisivamente para o abrasilramento do livro de leitura no início deste século.

Seus dois primeiros livros para crianças *Contos Patrios* e *Poesias Infantis* foram escritos em 1896. A data da 2.^a edição impressa em Paris é de 1906. Já *Teatro Infantil* é de 1905, *Através do Brasil* em colaboração com Coelho Neto data de 1911.

Examinemos um de seus livros que passamos a analisar.

Através do Brasil feito em colaboração com Manuel Bonfim, editado pela Livraria Francisco Alves em 1910, tem na capa dados objetivos que o configuram como livro didático. Ao alto lê-se “Prática da Língua Portuguesa”. Abaixo do título em letras grandes vê-se entre parênteses: (narrativas).

Em seguida: “Livro de leitura para o *Curso Médio* das escolas primárias”. “Depois dos nomes dos autores a informação: “Livro de uso autorizado pelo Ministério da Educação (registro n.º 1570)”.

Na abertura “Advertência e Explicação” os autores situam o livro como “uma simples narrativa, acompanhada dos cenários e costumes mais distintivos da vida brasileira” e colocam suas idéias sobre a “moderna pedagogia” e o uso do livro único de leitura para o curso da Escola Primária.

Distinguindo entre o livro único e a enciclopédia, dizem: “Como fonte de conhecimento, a verdadeira enciclopédia do aluno nas classes elementares é o professor. É ele quem ensina, é ele quem principalmente deve levar a criança a aprender por si mesma, isto é: a pôr em contribuição todas as suas energias e capacidades naturais, de

modo a adquirir os conhecimentos mediante um esforço próprio”.

Vê-se por aí que as noções pedagógicas dos autores eram bem modernas.

Dizem ainda: “Além de servir de oportunidade para que o professor possa realizar as suas lições, o livro de leitura deve conter em si mesmo uma grande lição. Estamos certos que a criança, com a sua simples leitura, já lucrará alguma cousa; aprenderá a conhecer um pouco o Brasil; terá uma visão, a um tempo geral e concreta, da vida brasileira — as suas gentes, os seus costumes, as suas paisagens, os seus aspectos distintivos”.

E mais adiante: “Suscitar a coragem, harmonizar os esforços e cultivar a bondade, — eis a fórmula de educação humana”.

E esta proposta é desenvolvida de forma perfeita nos primeiros dois terços do livro. A trama é simples. Dois garotos irmãos, um de quinze anos outro de dez estão internos em um colégio de Recife. O pai viúvo, engenheiro, havia sido mandado para o interior de Pernambuco a fim de trabalhar na construção de uma estrada de ferro. O início da ação é motivada pela chegada de um telegrama anunciando doença do pai. Muito apegados a ele, os meninos não vêm outra solução senão fugir do colégio e, sem dinheiro ou auxílio de quem quer que seja, iniciam uma grande viagem para encontrá-lo. As aventuras que ocorrem até a chegada a Garanhuns onde sabem de sua morte, e em seguida a ida até Salvador e daí a Pelotas no Rio Grande do Sul são descritos nas 299 páginas do livro.

Algumas posições dos autores ficam bem claras no desenrolar da narrativa. O conceito da criança miniatura do homem, por exemplo, já que os meninos são perfeitamente capazes de tomar decisões e enfrentar dificuldades de forma adulta. A idéia de que o homem do interior é bom e generoso: todas as pessoas que os dois encontram compadecem-se deles e lhes oferecem comida, abrigo e às vezes até dinheiro. Nessa primeira parte através do sertão a pé, a cavalo ou de trem, a narrativa surpreende pelo grande interesse que desperta. A prosa é simples mas com freqüentes passagens poéticas. “Os três companhei-

ros quando acordaram viram o casebre inundado de luz. Era em outubro; e nesse mês o sol aparece mais cedo. Seriam seis horas da manhã e já fazia dia claro. A porta do rancho ficara aberta, e uma larga toalha de claridade entrava, estendendo-se até o couro”.

Todas as ocasiões são aproveitadas para a transmissão de informações. Cada pessoa encontrada exerce uma profissão diferente e descreve o que faz ou mesmo leva os meninos a visitarem o engenho, a ferraria, a fazenda. Participam de caçada, pescaria, banho de rio. Perdem-se na floresta, um amigo é tomado por ladrão e preso. Enfim mil peripécias que envolvem o leitor mantendo-o em permanente expectativa enquanto o autor vai transmitindo situações brasileiras, ambientes brasileiros, alma brasileira.

REAÇÃO E FOLCLORE

Essa busca dos valores nacionais que desde o indiano de Gonçalves Dias ou mais remotamente ainda de Santa Rita Durão fazia-se sentir na literatura brasileira começa pois, em fins do século XIX, começo do século XX, a atingir a literatura especialmente produzida para crianças e jovens.

O folclore é sempre e em toda parte fonte inesgotável de inspiração para escritores; e o folclore brasileiro apresenta-se particularmente rico. Mistura de tradições portuguesas, trazidas pelos colonizadores, com a mitologia indígena autóctone, enriquecida ainda pela contribuição africana extremamente viva na razão direta da própria falta de literatura escrita.

Seu estudo iniciou-se pelo recolhimento da narrativa oral. O conto e o verso popular despertam primeiro o interesse de escritores como Celso de Magalhães, José de Alencar, Pereira da Costa, General Couto de Magalhães ou de estrangeiros como Herbert H. Smith e Charles Frederik Hartt.

Em seguida os estudiosos do tema onde se destacam Nina Rodrigues, Sílvio Romero, João Ribeiro, Gustavo Barroso, Artur Ramos, Edison Carneiro, Silva Campos, Câmara Cascudo e Basílio Magalhães.

A importância da literatura oral para as crianças num país onde apenas uma pequena elite cultural dominava o código escrito é fácil de se imaginar. Os depoimentos de nossos escritores em seus livros de memórias mostram o quanto a figura da ama importou na formação cultural e desenvolveu a imaginação. Alguns deles chegaram a transcrever, mais tarde, essas histórias ouvidas na infância, como José Lins do Rego em *Estórias da Velha Totônia*.

A primeira pessoa no entanto a descobrir esse filão e usá-lo de forma diretamente destinada à criança foi a professora e musicista mineira Alexina de Magalhães Pinto (1870-1921). Nascida em São João del Rei ocupou por concurso as cadeiras de Desenho e Caligrafia da Escola Normal. Aos 22 anos viajou sozinha para Paris. De lá, além dos estudos feitos em Pedagogia e Didática, trouxe uma bicicleta e a roupa para o ciclismo o que lhe valeu viva reprovação dos contemporâneos. Em 1895, já no Rio de Janeiro, cursou a Escola Normal e ocupou, como adjunta, uma cátedra nessa Escola. Estudiosa do folclore brasileiro, realizou várias pesquisas especialmente sobre brinquedos e jogos infantis. Colaborou com assiduidade no *Almanaque Brasileiro Garnier* dirigido por João Ribeiro. Foi a primeira educadora brasileira a preocupar-se em divulgar uma relação de livros recreativos por faixas etárias com o título "Esboço provisório de uma biblioteca infantil" incluída no livro *Provérbios, Máximas e Observações Usuais*.

Pioneira no uso da literatura oral e outras formas de cultura popular à pedagogia, insurgiu-se contra a cartilha soletrada experimentando, pela primeira vez no Brasil, um processo que depois se chamou "método global" de alfabetização.

Publicou os seguintes livros: *As Nossas Histórias*, 1907; *Os Nossos Brinquedos*, contribuição para o folclore, 1909; *Cantigas das Crianças e do Povo e Danças Populares*, 1916; *Provérbios Populares*, escolhidos para uso das escolas primárias, 1917; *Cantigas das Crianças e dos Pretos*, s. d.; Deixou inéditos: "Histórias Contadas" e "Poesias e Hinos Patrióticos".

Alexina de Magalhães Pinto representa aqui a importância do folclore para o aparecimento de uma literatura

infantil brasileira. *As Nossas Histórias* publicado sob o pseudônimo de Icks na Coleção com o mesmo nome demonstram a seriedade com que a autora-educadora encarava suas pesquisas. Diz ela na Nota Preliminar: "... foi dessas, dos seus lábios adoráveis — museu vivo das tradições humanas — que ouvidas foram e registradas, as histórias deste livrinho — desigual, falho, mas fiel. Fiel na sua essência, afirmo-o aos estudiosos, do nosso *lore*. Pois, não obstante destinar-se ela à infância, procurei, mesmo aqui, seguir de perto cada narrador no seu contar, — emendar ou suprimir o mínimo possível”.

E no apêndice como “Observação”: “Destas *Nossas Histórias* apenas três ou quatro me parecem de origem brasileira. Carrichinho, Beija-Flor, Sapo e Mula Ruana. (E sê-lo-ão?). Todas as outras, como verá o leitor, ou são meras variantes das já registradas nos livros portugueses, ou contêm em si expressões que nos revelam claramente a sua origem ultramarina. Nas adaptações que vão conscientemente indicadas no índice final, para o qual chamo a atenção dos estudiosos, usei de ampla liberdade.

Nas que diretamente coligi, porém, procurei na medida do possível ater-me à linguagem dos narradores — sóbrias de pronomes complementos, de análise introspectiva; — toda concreta, objetiva, pitoresca. Se me detive um pouco mais, foi apenas em precisar-lhes os esboços. Uma única vez fiz um acréscimo. Deste, e do mais que aos escrupulosos pode interessar, darão conta as notas que se seguem”.

Sendo também musicista, os contos recolhidos por Alexina são enriquecidos com a partitura das partes cantadas tão comuns nas narrativas populares.

Em *Nossos Brinquedos* a música ocupa parte muito importante e à autora se deve o registro de muitos temas populares recriados mais tarde por Villa Lobos. Outro aspecto interessante do livro são as adivinhas, charadas e provérbios por longo tempo usados nos entretenimentos de salão.

Cantigas das Crianças e do Povo e Danças Populares traz na dedicatória inicial “As crianças”: “Entoa direitinho essas cantigas. E se de outras tão simples como essas souberes os versinhos, mandai-os com o nosso endereço, o endereço de quem aprendestes, a quem trabalha por ver-

vos cada dia mais alegres, mais fortes, mas nobres pelo sentimento e pelo saber..."

Em seguida uma "Nota Justificativa aos estudiosos e aos educadores", que é na realidade um ensaio (6 páginas) sobre o trabalho que desenvolvia com a descrição pormenorizada dos métodos que empregava. O livro é dividido em cantigas, cantigas dos pretos, cantigas e danças, coretos de mesa, coretos de bando de rua, cantigas jocosas, cantigas históricas, regionais e patrióticas. Todos com a informação do lugar de onde provêm.

Há ainda um apêndice com nota preliminar onde se lê: "Aproveitarmos essa idade para firmar a criança, primeiro nos nossos sentimentos, depois, nas próprias pernas, que antes de andar sabe sentir a criança"... "Possam ao menos as sãs tradições nacionais merecer dos lares brasileiros, dos nossos homens do momento, o que dos lares alemães, dos dirigentes da agregação e unificação dos povos da Germânia, lhes merecem e merecem as deles — apoio, carinho, amor... algo mais que um sorriso".

Pela seriedade de seu trabalho e pelo amor que dedicou às crianças em sua vida e por sua obra, Alexina de Magalhães Pinto coloca-se entre os mais importantes fundadores de nossa literatura infantil.

O TICO-TICO

Como vimos, a literatura oral exercia no período estudado enorme influência e era o "instrumento lúdico e instrutivo por excelência da criançada do Brasil".⁴

Assim o aparecimento de jornais dedicados ao público infantil despertou o imediato interesse do jovem leitor e marcou vigorosamente um período na literatura infantil brasileira. Em quase todos os estados surgiram jornais durante o século XIX e Leonardo Arroyo fez deles estudo minucioso.⁵

O aparecimento de *O Tico-Tico* no dia 11 de outubro de 1905 veio portanto de encontro a uma necessidade de leitura já comprovada pelas experiências estaduais e, por seu planejamento e organização profissionais, tornou-se logo sucesso de público.

Durante meio século foi leitura obrigatória das crianças brasileiras e exerceu profunda influência segundo depoimentos constantes dos intelectuais e homens públicos daquela geração.

Fundada pelo jornalista mineiro Luís Bartolomeu de Sousa e Silva segundo modelos americanos, franceses e ingleses, a revista reuniu os melhores desenhistas da época. Lá trabalharam Renato de Castro, Luís Gomes Loureiro, Alfredo Storni, Max Yantok, Angelo Agostini, J. Carlos e outros.

De início a idéia era fazer uma revista infantil imitando os modelos estrangeiros. A irrupção da guerra de 1914 prejudicou a forma inicial o que possibilitou o aparecimento do verdadeiro talento dos artistas nacionais. O depoimento de Luís Gomes Loureiro a Rejane Carvalho de França ⁶ é dos mais interessantes e elucidativos. Diz ele:

“Quando eu entrei para *O Tico-Tico*, ele já existia há dois anos. Lá encontrei veteranos no mundo do jornalismo, como José Lopes dos Reis, o poeta Luís Pistarilho, Renato de Castro, Leônidas, Storni e outros... Recebi então, incumbência de copiar uma revista americana cujo nome era *The New York Herald*. Com a guerra, tornou-se difícil a vinda de originais desta revista e eu passei a desenhar os personagens de *O Tico-Tico*. Foi quando criei o Benjamim, um garoto de recados, que um dia desapareceu de casa aborrecido com a popularidade alcançada. Não lhe valeram as minhas considerações quanto à sua popularidade... ele “danou-se” e foi embora...

Quanto aos personagens Chiquinho e Jagunço, estes foram abrazeirados por mim, tornaram-se originais de um artista brasileiro. A ausência de revistas estrangeiras fez com que artistas nacionais fossem obrigados a criar novos tipos e *O Tico-Tico*, aos poucos, foi ganhando uma dimensão nacional. Surgiram personagens

maravilhosos como o Kaximbown, do Yantok, o Zé Macaco e a Faustina, do Storni, Jujuba, do J. Carlos e mais outros, do Luís Salles, etc.

Era comum eu encontrar na rua pessoas que me perguntavam — o que vai acontecer ao Chiquinho, na próxima terça-feira? — E, às vezes, nem eu sabia o que... Tal era a expectativa da garotada em torno da vida destes personagens”.

Um aspecto pouco lembrado e que mostra o pioneirismo da revista é o de incentivo aos trabalhos manuais através de jogos de armar, hoje tão em moda. Sobre isto fala Luís Gomes Loureiro:

“Também criei, dentro do próprio *O Tico-Tico*, peças para montar: um “bonde da light”, um “bonde elétrico”, um “reboque caradura”, um “landolé” e, passageiros para estes transportes. E o que mais me surpreendeu foi a aceitação magnífica que estas peças de armar tiveram entre as crianças e até adultos. Muitos pais procuravam-me para aprenderem como ajudar os filhos na confecção das peças e outros mesmo para discutirem a validade da invenção. Eu lhes explicava que a minha intenção era ligada à necessidade da criança de desenvolver as suas qualidades de observação e educação manual, porque sem educação manual não se pode ter bons cirurgiões, bons artistas. Então, eu ganhava novas adesões ao jogo de armar”.

O desaparecimento de *O Tico-Tico* deveu-se às mudanças histórico-sociais que trouxeram consigo heróis de outro tipo concretizados na importação dos “comics” americanos dando início a era da comunicação de massa que hoje vivemos. Sua importância no entretanto ficou registrada no depoimento de toda uma geração cujo hábito de leitura se iniciou nas páginas dessa revista e que a ela muito deve na sua formação.

O número comemorativo de seu cinquentenário reúne esses depoimentos e mostra de forma indelével a presença marcante de *O Tico-Tico*.

CONCLUSÃO:

Os últimos anos do século XIX e o primeiro decênio do século XX foram, como vimos, marcadamente, “nacionalistas” no sentido de que representaram, sem dúvida alguma, uma reação consciente ao domínio da metrópole sobre a literatura destinada às crianças brasileiras.

Mas é evidente que essa reação só pôde existir porque já havia um mercado consumidor suficientemente amplo para permitir o aparecimento de textos específicos.

Assim também apesar de todos os problemas aqui levantados de predominância de conteúdos importados sobrepondo-se a uma ambientação e linguagem já decididamente nacionais, esse grupo a que podemos chamar de pioneiros e do qual aqui abordamos apenas as principais figuras possibilitou o aparecimento dos verdadeiros criadores de uma Literatura Infantil brasileira: Monteiro Lobato com *Narizinho Arrebitado*, em 1921, e Viriato Correia com *Cazuza*, em 1938.

Nesta tentativa de traçar a evolução da literatura infantil brasileira através de seus fundadores e de suas fases sucessivas pode-se constatar os fundamentos de seus principais problemas ainda hoje: excesso de moralismo e dogmatismo, estreita ligação com a escola, conteúdo que visa à manutenção do *statu quo*, forma elaborada, distante da linguagem oral. Todos esses pontos devem ser estudados, pesquisados, pesados e medidos para que se possa sentir se são positivos ou negativos. Mas pode-se também considerar a importante contribuição de todos e de cada um, para a criação de uma linguagem literária e de uma temática nacional que são a base de uma Literatura adequada às crianças.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1 — ARROYO. Leonardo. *Literatura Infantil Brasileira*. São Paulo, Melhoramentos, 1968. p. 110.

2 — Idem, p. 121.

3 — Idem, p. 81.

4 — Idem, p. 131.

5 — Idem, p. 131 — 52.

6 — FRANÇA. Rejane Carvalho de. A FNLIJ entrevista Luis Gomes Loureiro. *Boletim Informativo*. Rio de Janeiro, FNLIJ, 9 (40):20, out./dez. 1977.

7 — Idem, p. 21.

A IMPRENSA

Barbosa Lima Sobrinho

A proclamação da República não foi o resultado de uma revolução, como aconteceu no Brasil, por um simples golpe de Estado, dirigido de um lado militar que vinha esboçando a tropa, reorganizada com o autoritarismo da Visconde de Orléans, nem a falta de reação do Imperador. Os golpes de Estado raramente se traduzem em revolução. Não raro se limitam a uma simples mudança de governo, sem que se frustre o nome do governante. Exceções para o combate aos subversivos, uma revolução será que for fatalmente subversiva ou não será revolução. A de 1889 destruiu um regime, trouxe novas quadras ao governo do País, realizou algumas conquistas, como a separação entre a Igreja e o Estado a secularização dos cemitérios e até mesmo o advento do federalismo, que era uma aspiração antiga de todo o País e já havia conquistado posições avançadas no programa do Partido Liberal. Como se fosse a chegada ao Governo de um novo ministro. Um ministro que viesse realizar as reformas de um novo partido político, levando-se D. Pedro II por D. Rodrigo de Faria e indicando chefe do Gabinete Rui Barbosa, levando-se ainda um programa de artigos administrativos publicados no Diário de Notícias.

Na imprensa desse tempo não há retrato mais fiel do que o que se vê hoje, levado por um jornalista francês que veio ao Brasil para encontrar resposta para as perguntas, curiosas, que não compreendia como se podia administrar governos com a liberdade e a independência

A proclamação da República não foi o resultado de uma revolução, como desejava Silva Jardim. Consumou-se, no Brasil, por um simples golpe de Estado, epílogo de um caso militar que vinha envenenando a tropa, recrudescendo com o autoritarismo do Visconde de Ouro Preto, numa fase em que o excesso de confiança podia explicar as reações ou a falta de reação do Imperador. Os golpes de Estado raramente se traduzem em revolução. Não raro se limitam a uma simples mudança do regime ou a uma troca dos nomes dos governantes. Enveredando para o combate aos subversivos, uma revolução terá que ser fatalmente subversiva ou não será revolução. A de 1889 derubou um regime, trouxe novos quadros ao governo do País, completou algumas conquistas, como a separação entre a Igreja e o Estado, a secularização dos cemitérios e até mesmo o advento do federalismo, que era uma aspiração antiga de todo o País e já havia conquistado posições avançadas no programa do Partido Liberal. Como se fosse a chegada ao Governo de um novo Ministério. Um Ministério que viesse realizar as reformas de um novo partido político, trocando-se D. Pedro II por Deodoro da Fonseca e indicando Chefe do Gabinete Rui Barbosa, levando nas mãos um programa dos artigos admiráveis, publicados no *Diário de Notícias*.

Da imprensa dessa fase, não há retrato mais fiel do que o que nos foi legado por um jornalista francês que veio ao Brasil para encontrar resposta para as interrogações européias, que não compreendiam como se podia afastar um governante com a sabedoria e a superioridade

do Imperador D. Pedro II. Chamava-se esse jornalista Max Leclerc e estava incumbido do setor da política externa, numa das grandes folhas do jornalismo francês, o *Journal des Débats*, que acabava de comemorar o cinquentenário de sua fundação. É extraordinária a acuidade demonstrada pelo visitante francês, que Sérgio Milliet classifica como um jornalista perspicaz e ativo, que não perde tempo e sabe olhar, embora caibam restrições a muitas de suas conclusões ou de suas afirmações peremptórias. Mas no julgamento da imprensa brasileira não há muito que retificar, embora sabendo ele, e dizendo, que o Rio de Janeiro não é o Brasil. Assinala a presença de dois grandes jornais: o *Jornal do Commercio* e a *Gazeta de Notícias*.

O *Jornal do Commercio*, escreve ele, “é uma espécie de *Times*, sem virilidade; é o *Times* sem os “leading articles”, um bom repositório de fatos, um conjunto útil de documentos. Na *Gazeta de Notícias* assinala a presença de Ferreira de Araújo que considera um excelente jornalista; julga homens e coisas com condescendente ironia; escreve com precisão, elegância e sobriedade reais. Tem temperamento, caráter, espírito elevado, inteligência rapidamente aberta.”

O paralelo entre o *Jornal do Commercio* e o *Times* não deixaria de conter alguns equívocos. Havia que considerar, também, a diferença dos ambientes em que os dois jornais atuavam. A Inglaterra compreendia e respeitava a sua grande folha tradicional; no Brasil surgira, com a República, uma nova influência que desejava encontrar nos seus jornais, meros cooperadores de ações governamentais, não críticos, porque não estava longe de enxergar oposição e combate onde havia apenas o exercício salutar da faculdade de crítica. O *Jornal do Commercio* se identificava com a monarquia e com D. Pedro II. Seu proprietário de então o Conde de Villeneuve, residindo em Paris, devia ter visto a deposição do Imperador com o mesmo sentimento de espanto que deve ter trazido ao Brasil um representante do *Journal des Débats*. Era preciso agir com prudência e aqui estava, à frente do *Jornal do Commercio*, um homem de excepcional integridade que era o Conselheiro Souza Ferreira, que não ignorava a mudança do

ambiente com que deveria contar a ação da imprensa brasileira. O que não impedira que a voz da imprensa se levantasse para combater o Tratado das Missões, que Quintino Bocaiuva estava negociando, atribuindo à Argentina territórios que o Brasil já considerava incorporados à Soberania Nacional. Manifestava-se contra várias medidas que compunham o plano financeiro do Governo Provisório, elaborado pelo seu Ministro da Fazenda que era Rui Barbosa, talvez menos Ministro que Chefe de Gabinete, como é de uso nos governos em formação militar, como se houvesse, para eles, um regime presidencial *sui generis* exigindo transformações exigidas pela própria realidade.

A primeira década republicana não alterou profundamente o quadro da presença e da influência da imprensa brasileira. Assistiu-se, de certo, à decadência das folhas que mais se haviam destacado na defesa da Abolição. A República não tivera, aliás, na grande imprensa, nenhum propagandista de maior ascendência. Quintino Bocaiuva, em *O País*, pode-se dizer que fazia a sua campanha de baixo do pano, por processos indiretos, numa folha que fazia questão de manter absoluta neutralidade política. Na *Gazeta de Notícias*, quem lutava pela República era Silva Jardim, numa coluna que se paginava a distância dos editoriais, para deixar a impressão de que vinha de fora, sem maior responsabilidade da própria redação do jornal. Não foi difícil aplaudir o advento do regime republicano, que surgira com a força de um fato consumado. Mas quase todos aplaudiam medidas generosas no tratamento do Imperador deposto, não por ele próprio, mas talvez pela ameaça de um Terceiro Reinado que poucos admitiam, se houvesse realmente quem o admitisse.

No decorrer da década, há profundos antagonismos e medidas de repressão na fase de Floriano Peixoto, com as lutas armadas que perturbaram a vida nacional. O episódio de Canudos dera a oportunidade à expansão de um certo histerismo provocado pela exacerbação das paixões partidárias, quando se quis fazer de Antônio Conselheiro uma espécie de defensor da restauração monárquica. Mas o século se encerrou sem alterações mais profundas na vida da imprensa brasileira. Não houve nem mesmo interrupções na sua evolução técnica. O *Jornal do Brasil*

surgiu em 1891, com uma excelente redação. Todos os jornais se reuniam no protesto enérgico contra as depreciações contra a folha monarquista, que era a *Tribuna*, de Carlos Laet. O que ainda prevalecia, nas redações, era a ascendência dos boêmios, que Coelho Neto fixaria tão bem em dois magníficos romances de sua autoria. A fundação do *Jornal do Brasil* trouxera algumas inovações que Nelson Werneck Sodré registra na sua excelente *História da Imprensa*: a distribuição da folha em carroças e a amplitude da participação dos correspondentes estrangeiros, entre os quais se destacavam o grande financista europeu que era Paul Lerdy Beaulieu, os escritores Edmundo d'Amicis, Fialho de Almeida, Teófilo Braga e Oliveira Martins. No *Jornal do Brasil*, o Barão do Rio Branco iniciava a publicação de suas preciosas *Efemérides*, tão documentadas e precisas. Na direção da folha figurava Rodolfo Dantas, contando com redatores e colaboradores tão ilustres como Joaquim Nabuco e Constâncio Alves e ainda com José Veríssimo. Mas a odisséia da imprensa se iniciara, com a prisão de jornalistas que combatiam o governo de Floriano Peixoto, inaugurando-se o confinamento de Cucuí, os exílios que vão dispersando os jornalistas e intelectuais de todo o Brasil. Uma prática que não seria abandonada no Governo de Prudente de Moraes, quando se substituíra Cucuí pela Ilha de Fernando de Noronha, para abrigar tanta gente acusada de subversão.

O início do século XX não trouxe nenhuma inovação profunda. Por maior que seja o número dos sinos que festejam a passagem do ano, ou do século, a impressão dos que assistiam aos festejos e às comemorações era apenas a de quem vira uma folha do calendário. Mas a década de 1900 trazia alterações significativas na vida de toda a Nação, como na redação dos jornais e revistas com que se compõe a imprensa brasileira. Não direi que assinalou a substituição do jornal-opinião pelo jornal-empresa. A existência da empresa, a meu ver, vinha de muito longe. Nascera com a organização do *Jornal do Commercio*, no Rio, como também com a do *Diário de Pernambuco*, no Recife. Era ela justamente que separava as folhas efêmeras dos jornais de maior duração. Não se podia considerar como empresa o *Diário do Rio de Janeiro*, para viver de

1821 a 1878? Não foram também empresas *O Estado de S. Paulo*, o *Diário Popular* do velho José Maria Lisboa, de São Paulo? Sem um mínimo de estrutura empresarial, nenhum jornal duraria mais que as paixões e os propósitos que haviam provocado o seu aparecimento. É claro, porém, que com a passagem do tempo cresceriam e mudariam com as necessidades da própria empresa. Não pode haver termo de comparação entre uma folha em que poucos redatores lutavam para encher as suas poucas colunas e uma folha que, para assegurar a regularidade de uma edição de numerosas páginas, exige a cooperação de milhares de pessoas. Nenhum diário contemporâneo (*New York Times*, *Pravda*, *Asahi*, *Diário del Pueblo*) trabalha com menos de umas seis mil pessoas, entre jornalistas, técnicos, impressores e pessoal administrativo. Só *El Mercurio*, de Santiago do Chile, emprega 1.200 trabalhadores, escreve Camilo Tarjia, em *Periodismo y Lucha de Classes*, p. 216.

A década de 1900 não acaba de todo com o jornal de opinião, mas é claro que dificulta muito, com poucas exceções, a tarefa que eles precisam executar. Os jornais se dividem em dois grupos fundamentais: os que apóiam o governo e os que discordam do governo. Discordam e combatem. As subvenções oficiais podiam revestir-se de forma diferente, com a publicação da propaganda e dos balancetes e relatórios das organizações dependentes do próprio governo. Podiam também chegar à necessidade dos empréstimos do Banco do Brasil. Era a presença do que se chamava "reptile press", a ação dissolvente, ação dissimulada dos jornais que serviam ao governo. O mercado de consciência, dizia eu, há muitos anos passados, tem muito mais movimento, agitação e ofertas do que o de cereais, por exemplo. A expansão do Estado, seu crescimento, concorria para o aumento dessa dependência. Era uma tradição dos governos da Monarquia que os responsáveis pela República continuaram, invocando argumentos que a justificassem. Campos Salles dizia que "debaixo de instituições que tiram da opinião a origem de todo o poder e que com ele devem viver e num País, entretanto, em que os estadistas estrangeiros podem maravilhar-se de ver imprensa sem política e partido político com im-

prensa, só resta fatalmente ao governo o recurso do jornalismo industrial”, ou do jornalismo subvencionado, para ser mais preciso, traduzindo a própria linguagem de Campos Salles.

Nem todos entenderiam que estivessem vendendo a opinião de seu jornal quando estivessem acolhendo a publicidade oficial. Vendiam espaço e não opinião. O que permitia conservar uma relativa autonomia. Outros preferiam vender tudo, ou porque estivessem realmente de acordo com o governo ou porque desejassem apoio mais amplo para as suas reivindicações. Na Monarquia ainda havíamos tido uma imprensa partidária natural, subvencionada ou não, mas contando também com o apoio financeiro de seus correligionários. O regime presidencialista substituíra os partidos pelos governos estaduais ou da União. Imprensa pró ou imprensa contra e, ao lado dela outra que se podia identificar como discreta, sem renunciar de todo às exigências da própria consciência.

A imprensa importante que encerrara a década do advento da República, prosseguiria na década seguinte com o *Jornal do Commercio*, a *Gazeta de Notícias*, o *Jornal do Brasil*, *O País*, *A Cidade do Rio*, *A Imprensa*, *A Notícia*, cercados, como sempre, de outros órgãos que o tempo se incumbia de fulminar.

Luís Edmundo, assustado com a influência considerável de elementos estrangeiros, sobretudo a colônia portuguesa, agindo e atuando na vida de todo o jornalismo brasileiro, com a presença de colaboradores que então ilustravam a literatura de Portugal, descrevia com exatidão: “O jornal, na alvorada do século, ainda é a anêmica, clorótica e inexpressiva gazeta da velha Monarquia, uma coisa precária, chã, vaga, morosa e trivial. Poucas páginas de texto, quatro ou oito apenas. Começa geralmente pelo artigo de fundo, um artigo de sobrecasaca, cartola e *pince-nez*, ar imponente e austero, mas rigorosamente vazio de opinião, espécie de *puzzle* de flores de retórica que foliculários escrevem com dicionário de sinônimos de um lado e um jogo de raspadeiras afiadas noutro, literatura cor-de-rosa e que os homens mais ou menos letrados do País sorvem logo de manhã cedo, ainda em *robe de chambre*, de chinelos de *cara-de-gato* no bico do pé,

acavalando nos beques extenuados enorme *pince-nez* de tartaruga, babando admiração pela obra-prima. Paginação sem movimento ou graça. Colunas frias monstruosamente alinhadas, jamais abertas, títulos curtos. Pobres. Ausência quase absoluta de subtítulos. Vaga *clicheterie*. Desconhecimento das *manchetes* e de outros processos jornalísticos que já são, no entanto, conhecidos nas imprensas adiantadas do norte da Europa. Tempo de soneto na primeira página, dedicado ao diretor ou ao redator principal da folha." A não ser o *Jornal do Brasil*, que mantém um corpo de caricaturistas e diariamente publica *charges*. Só uma vez ou outra é que elas surgem nas outras gazetas. As oficinas de gravura ainda são poucas e os *clichês* caríssimos. Só o *Jornal do Commercio* possuía um belo serviço de telegramas. A notícia da polícia vinha sempre precedida de um infalível nariz-de-cera. A reportagem, procurando um sensacionalismo que não chegou a encontrar, e quando, por acaso, surgisse, seria explorado, esticado, para agradar ao público, atribuindo-se ao atraso do país a escassez dos crimes sensacionais. O que salvava o jornal das aperturas era o folhetim-romance de capa e espada. A seção de anúncios pobre relativamente.

Nesse livro, *O Rio de Janeiro de Meu Tempo*, que venho citando, Luís Edmundo, que era jornalista, se detém nas redações dos diversos diários da então capital da República, o *Jornal do Commercio*, a *Gazeta de Notícias*, o *Jornal do Brasil*, *O País*, a rósea *Notícia*, *A Tribuna*, *A Cidade do Rio*, *O Jacobino*, *O Nacional*, a *Revista Contemporânea*, realçando as diferenças entre esta imprensa do começo do século e o jornalismo de oposição da fase da independência brasileira. Era sensível agora a presença e a influência da colônia portuguesa em quase todos. "O fato, escrevia Luís Edmundo, é que, discretamente ou indiretamente, todos lhe pertencem. São deles as oficinas de impressão e ainda os imóveis onde as mesmas se instalam e funcionam, as cartas de fianças ou outras garantias para a instalação e funcionamento das empresas, deles o crédito para a compra da tinta e do papel, fatalmente deles o anunciozinho, embora muito mal pago, porém representando a vida e a prosperidade da gazeta". Acrescenta que "nas redações dessa imprensa alienígena os brasilei-

ros foram sempre fantoches. E não há jornal, dos que são tidos por nossos, por mais simpático que seja à causa brasileira, que ouse dar guarida, apadrinhar o assunto, que nos interessa, medroso, sempre, de desgostar o amigo comendador, por que este, se quiser (sabem todos muito bem disso) num só gesto, como um satanás de mágica, pode reduzir esse mesmo jornal a fanicos. Como? De um modo muito simples: suspendendo-lhe o crédito, tirando-lhe os anúncios, abrindo contra ele, à socapa, uma campanha comercial terrível, contando sempre, para isso, com a solidariedade da grei, que à gazeta proscrita nunca mais cederá, mesmo a toneladas de ouro, um só dedal de tinta, um palmo de papel” (ob. cit. pág. 1056-1058).

Hoje o panorama receberia o título de alienação. Uma força oculta, mudando de nome e de nacionalidade, mas sempre influenciando na imprensa, como uma dependência econômica quase inelutável. Luís Edmundo não há dúvida que exagerava na descrição que apresentava, mas o fato em si mesmo existia, não apenas no Rio, como em todos os lugares onde fosse predominante a influência da colônia portuguesa. Embora a dependência maior fosse em face do poder econômico da Inglaterra, não é entretanto tão sensível a presença da influência britânica nos jornais. Como que se ela própria se limitasse ao domínio das altas finanças. Sentia-se mais na imprensa a presença e a influência da colônia portuguesa, que ainda se fazia sentir embora já numa fase de declínio, até o governo de Epitácio Pessoa, que se inclinava para nacionalismo antilusitano, num momento em que o imperialismo já ia tomando as cores da bandeira dos Estados Unidos.

Nesse quadro quase geral de conformismo é que iria surgir, na imprensa carioca, uma nova força de feição quase revolucionária, com o *Correio da Manhã*, de Edmundo Bittencourt. A intrepidez de suas atitudes marcou-lhe uma posição definitiva na imprensa brasileira. A pequena burguesia encontrava nele a sua própria voz, para expressar seus ressentimentos, suas reivindicações, seus protestos. Pode-se dizer que desde a fundação, o *Correio da Manhã* passou a liderar a opinião pública do Rio, o que valeria dizer a opinião pública de todo o Brasil, pela influência natural da capital da República. O duelo que

Edmundo Bittencourt teve com Pinheiro Machado, o de-sassombro de suas atitudes vão compondo, em torno de seu Diretor, uma auréola de destemor, que se transformava em prestígio para o seu extraordinário matutino. Cabe ainda aqui o comentário de Luís Edmundo quando diz que "foi para combater esse estado de coisas e restabelecer na imprensa do país aquele sentido patriótico que fez a glória do Evaristo e criou, por muito tempo, a autonomia do nosso povo, que um jovem advogado cheio de audácia, de energia e de civismo pensou em lançar aqui um periódico rompendo as normas que os outros, até então, haviam estabelecido, trincheira de ação ativa e patriótica, exclusivamente nossa, onde se defendessem os conculcados interesses do povo que uma fatalidade histórica oprimia e humilhava. Era necessário, para isso, apenas um aparelho economicamente independente e rigorosamente brasileiro, um grupo de auxiliares cheios de fé e de bravura pessoal." Ou a observação mais ampla de Nelson Werneck Sodré, coincidindo com a opinião de Luís Edmundo, quando nos diz que "daí por diante, e em toda a velha República, que ajudou a derrotar, o jornal de Edmundo Bittencourt foi realmente o veículo dos sentimentos e místicas da pequena burguesia urbana em papel dos mais relevantes. Quebrou a monótona uniformidade política das manipulações de cúpula, dos conchavos de gabinete levando sempre o protesto das camadas populares, na fase histórica em que a participação da classe trabalhadora era mínima. Através desse caminho, vindo de baixo, portanto, é que se transformou, e depressa, em empresa jornalística" (*História da Imprensa Brasileira*, pág. 329). Mantendo sempre o *Correio da Manhã* até a fase final em que foi compelido a um arrendamento para mãos estranhas, um fadário de bravura, de firmeza e de coerência, que não chega a decair, quando passa das mãos de Edmundo Bittencourt às mãos de Edmundo Moniz e Niomar Sodré.

Ao lado da ascensão do *Correio da Manhã* há que referir a decadência do jornal de José do Patrocínio, *A Cidade do Rio*, encerrando seus dias no começo do século, num final realmente melancólico. Também havia desaparecido a grande figura que tanto prestígio moral atribuíra à

Gazeta de Noticias, o seu diretor Ferreira de Araújo. Já numa fase em que os progressos gráficos iam facilitar o florescimento de numerosas revistas como a *Revista da Semana*, a *Leitura para Todos*, *Fon-Fon*, *O Tico-Tico*, *A Careta*, *Kosmos*, esta com a colaboração de Bilac, José Veríssimo, Capistrano de Abreu, Vieira Fazenda, João Ribeiro, Arthur Azevedo, Paulo Barreto, Gonzaga Duque, Raul Pederneiras, Coelho Neto, Félix Pacheco, Medeiros e Albuquerque e Euclides da Cunha, tendo como diretor da revista Mário Behring. Para competir com ela ou, pelo menos, estimulada pela publicação de *Kosmos*, surgia logo depois, *Renascença*, dirigida por Rodrigo Octávio e Henrique Bernardelli, contando, por igual, com excelente colaboração em que luziam os grandes nomes da época, já acrescidos de Sílvio Romero, Elísio de Carvalho, Arraípe Junior, Max Fleiuss e Afonso Celso.

De certo que muita coisa escapa e um artigo sucinto sobre toda uma década da vida da imprensa brasileira. Muitos jornalistas não chegaram sequer a ser mencionados, numa década que teve a perturbá-la uma grande campanha contra a vacina obrigatória. Não falta, aliás, quem se valha desse episódio, para fazer da imprensa uma força retrógrada, sem verificar o motivo real e a utilidade dessa campanha enérgica contra a vacina obrigatória. Nem todos combatiam a eficácia da vacina, que era ainda objeto de dúvidas e de receios, como se podia aferir nos argumentos apresentados por um médico ilustre, que não estava longe de merecer a classificação de sábio, o Dr. Bagueira Leal. Mas o que se combatia realmente era a obrigatoriedade da vacina, a aplicação à força em pessoas que não acreditassem na sua eficácia. Outros profligavam a maneira como se vinha aplicando a vacina, num trabalho improvisado que nem sempre atendia às exigências elementares da própria higiene. De qualquer modo, o combate teve o seu efeito útil, obrigando a administração pública a tornar-se mais vigilante na escolha e formação de seus auxiliares, assim como no preparo da própria vacina. Teria tido o mesmo êxito a aplicação da vacina obrigatória, se não encontrasse esse esforço de crítica, e de resistência, que a forçava a aprimorar a sua ação e o processo de sua utilização? Pior de que tudo é a passivi-

dade, o silêncio, a indiferença. Os que lutaram contra a vacina obrigatória acabaram sendo cooperadores inestimáveis de sua própria eficiência. Pena foi que a campanha se convertesse em instrumento de exploração política, armando conspirações militares que ocasionaram um levante dos moços da Escola Militar. Mas esse episódio deveria levar a responsabilizar menos os que contestaram a obrigatoriedade da vacina do que a facilidade com que se transformam discordâncias políticas em levantes militares. E é bom não esquecer, ao rememorar esse episódio, quanto concorreu a imprensa para ajudar, aplaudindo ou contestando, o imenso esforço para a remodelação do Rio de Janeiro e a liquidação do espantinho da febre amarela, que tanto havia colaborado com os adversários do Brasil.

Não se poderia concluir esse resumo sucinto das atividades da imprensa, na década de 1900, sem registrar o fato culminante que a assinalou, com o florescimento da imprensa operária. Já na década anterior vinham surgindo, sobretudo em São Paulo e aqui, periódicos destinados à defesa das classes trabalhadores, o que em grande parte se devia ao afluxo de correntes imigratórias, em que figuravam líderes e entusiastas do anarquismo, ou tocados da Europa já pelos governos de lá, ou buscando no Brasil um ambiente favorável às reivindicações de que eram portadores. A década de 1900 registra o auge desse esforço de proselitismo. Já em 1893 havia surgido, em São Paulo, para uma longa existência, um diário em língua italiana, a famosa *Fanfulla*, com Vitaliano Rottelini, de tanto prestígio e irradiação. Mas só em 1900 apareceriam, em São Paulo, 11 periódicos em italiano, muitos destinados à defesa dos trabalhadores, entre eles o *Avanti*, de Alceste Ambrys. Em 1901 surgia *Il Ragno*, de Ettore Rossi e E. Caulli. Em 1904 surge, ainda em São Paulo, *La Bataglia*, dirigido por Orestes Ristori, Antonio Picarollo, Antonio Pisani, e outros trazem, para o Brasil, a cooperação de sua cultura e de suas inspirações sociais. O Rio acompanha de perto esse esforço, a que vem dar maior relevo a revolta de João Cândido. As idéias socialistas proliferam por toda a parte e se apresentam como solução para a questão social.

Everardo Dias, na sua *História das Lutas Sociais no Brasil*, refere-se ao aparecimento, em São Paulo, de *La Bataglia*, órgão de crítica social, de tendência libertária, sob a direção de Orestes Ristori, que foi, no seu entender tão autorizado, “o maior agitador aparecido no Brasil, orador fluente e cáustico, sempre disposto à ação. Realizou centenas de conferências por todo o interior do Estado, agitando a massa trabalhadora das cidades, vilas e povoados. Sofreu inúmeras prisões e duas deportações, a última em 1935/36. Morreu combatendo na guerra civil espanhola, à frente de uma coluna da qual era o comandante, defendendo a frente de Madrid.” (Ob. cit., pág. 246). O autor faz justiça à colaboração desse proletariado alienígena que tanto fez, no sentido de tornar realidade conquistas que beneficiassem a classe trabalhadora do Brasil. E confessa que “foi entre o diminuto proletariado alienígena que teve início o movimento, contando com a adesão e comparecimento de um reduzidíssimo pugilo de nacionais, em que se contavam intelectuais esforçados” (ob. cit. pág. 41). Daí a reação da burguesia. Se eram estrangeiros esses propagandistas e defensores da causa trabalhista, o remédio seria fácil, com uma lei de expulsão, cuja iniciativa coube a um deputado paulista, Adolfo Gordo, que ficaria conhecido nos anais do Poder Legislativo, pelas iniciativas reacionárias que o consagravam, em 1904, no Governo Rodrigues Alves, em 1923 no Governo Artur Bernardes.

Maria Nazareth Ferreira, em *A Imprensa Operária no Brasil*, também considera decisiva essa atuação da imigração de líderes operários, quando escreve: “Os imigrantes aqui chegados, devido às perseguições, eram defensores do anarquismo, a mesma ideologia que os tornara indesejáveis em suas pátrias de origem. E o anarquismo, como idéia nova, “adversa e estranha aos costumes e tradições brasileiras”, enfrentou sérias perseguições na pessoa de seus militantes, à medida que fossem frutificando os seus ensinamentos.” (pág. 50) Vários italianos surgem nesse esforço, como Arturo Campagnoli, Giovanni Rossi, Oreste Ristori, Antonio Picarollo, e muitos outros enquanto vai crescendo o movimento, com os Congressos que se vão reunindo, com a formação de uniões, com a expansão do

movimento sindical. E conclui que “foi tão grande a participação do operário imigrante que levou os poderes públicos a tomar uma atitude em defesa dos industriais, representada pela lei Adolfo Gordo, que permitia punir e expulsar trabalhadores estrangeiros e deportar os nacionais”. Antes mesmo de ser sancionada, servira para punir várias vezes o “agitador estrangeiro, responsável único pela crise social.” E informa que “são constantes as notícias de prisões, deportações e expulsão através da lei Adolfo Gordo. A imprensa operária, já bastante desenvolvida nessa época, é rica em denúncias e informações sobre essas perseguições. Afastados assim elementos que quase sempre eram considerados bandidos e desordeiros, sendo processados sumariamente.” (pág. 54)

Nem sempre essas deportações atenderam aos interesses da política imigratória que o Brasil desejava realizar. Quando se tratava de deportados de maior categoria, ao chegarem à Itália, mostravam quais as condições de vida que cercavam o trabalhador italiano, o que não podia deixar de concorrer para o enfraquecimento das correntes imigratórias italianas.

De qualquer modo, a década de 1900 traduz o ponto mais alto da expansão e fortalecimento da imprensa operária no Brasil, com o concurso dos trabalhadores alienígenas que tomaram a iniciativa de um proselitismo imediato. Depois viria o declínio, ou o enfraquecimento das correntes imigratórias destinadas ao Brasil.

Faltaria, porém, a esse quadro tão sucinto da presença da imprensa na década de 1900-1909, o testemunho de uma das figuras mais importantes que a viveram e a ilustraram com uma descrição vigorosa. Referimo-nos a Lima Barreto e às suas *Recordações do Escrivão Isatas Caminha*. Ele próprio jornalista militante, nessa primeira década do século vinte. Não falta, de certo, às suas impressões, uma nota sarcástica que, se não deturpa os fatos, de certo lhes desfigura os contornos. E é curioso que esse jornalista, curtido pelas decepções e revoltado contra as injustiças sociais, não se detém nas folhas que o conformismo inspirava, ou dirigia. Prefere o órgão que surgira para travar a luta necessária contra os governos instituídos. O tom de sátira não esmorece nas suas nar-

rativas tão próximas da realidade, num romance à *clef* em que está presente Edmundo Bittencourt, com as figuras mais importantes da redação do *Correio da Manhã*, com Leão Veloso, Vicente Piragibe, Costa Rego, Mário Cataruzza, Viriato Correia, Cândido Lage, João Itiberê da Cunha, Gastão Bousquet, Floriano de Lemos, Chico Souto e outros. Completaram-se as referências com outras figuras do jornalismo do tempo, como Coelho Neto, Afrânio Peixoto, e João do Rio, que seria o grande repórter da década. São retratos que talvez pequem pelo exagero da fidelidade. Não há retoques, o que vem facilitar a identificação, para os estudiosos e os críticos das *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*.

Por isso mesmo os quadros que o livro nos oferece poderiam servir para completar a presença do jornalismo, na primeira década do século vinte. Veja-se, por exemplo, como ele descreve a redação do *Correio da Manhã*, que não é senão *O Globo* de sua narrativa:

“Era uma sala pequena, mais comprida que larga, com duas filas paralelas de minúsculas mesas, em que se sentavam os redatores e repórteres, escrevendo em mangas de camisa. Pairava no ar um forte cheiro de tabaco; os bicos de gás queimavam baixo e eram muitos. O espaço era diminuto, acanhado e bastava que um redator arrastasse um pouco a cadeira para esbarrar nas mesas detrás, do vizinho. Um tabique separava o gabinete do Diretor, onde trabalhavam o Secretário e o redator chefe; era também de superfície diminuta, mas duas janelas para a rua davam-lhe ar, desafogavam-no muito. Estava na redação do *O Globo*, jornal de grande circulação, diário e matutino, recentemente fundado e já dispondo de grande prestígio sobre a opinião pública”.

De um modo geral, Lima Barreto não admira a imprensa, vendo nela, como dirá, “a mais tirânica manifestação do capitalismo e a mais terrível... É um poder

vago, sutil, ignorado, que só poucas inteligências podem colher-lhe a força e a essencial ausência da mais elementar moralidade, dos mais rudimentares sentimentos de justiça e honestidade! São grandes empresas, propriedade de venturosos donos, destinados a lhes dar o domínio sobre as massas, em cuja linguagem falam, e a cuja inferioridade mental vão ao encontro, conduzindo os governos, os caracteres para os seus desejos inferiores, para os seus atrozes lucros burgueses... Não é fácil a um indivíduo qualquer, pobre, cheio de grandes idéias, fundar um que os combata. Há necessidade de dinheiro; são precisos, portanto, capitalistas que determinem e imponham o que se deve fazer num jornal. — Vocês vejam: antigamente, entre nós, o jornal era de Ferreira de Araújo, de José do Patrocínio, de Fulano, de Beltrano... Hoje de quem são? A *Gazeta* é do Gaffré, o *País* é de Visconde de Moraes ou do Sampaio, e assim por diante. E por detrás deles estão os estrangeiros, senão inimigos nossos, mas quase sempre indiferentes às nossas aspirações" ...

Era, de certo, a opinião de uma das personagens do romance. Mas o que dava importância a essas palavras é que elas vinham da personagem, Andrade, que personificava o próprio autor do romance.

Outros traços não menos característicos surgiram nesse documentário excelente da primeira década do século vinte. Como seja a presença, na redação da folha que ele descreve, de um defensor do purismo da linguagem, na figura do Dr. Lobo, que não era mais do que Cândido Lago, inconformado com o idioma que se falava no Brasil. "Isto que se fala aqui não é língua, não é nada; é um vazadouro de imundícies. Se Frei Luis de Souza ressuscitasse, não reconheceria a sua bela língua nessa amálgama, nessa mistura de galicismos, de africanismos, indianismos, anglicismos, cacofonias, cacoténias, hiatos, colisões... Um inferno! "Era a presença de um fiscal do purismo numa redação aberta a todas as irreverências. O que vinha constituir uma tendência da época, numa fase em que se publicava "A Réplique" de Rui Barbosa e no qual Cândido de Figueiredo pontificava na redação do *Jornal do Commercio*.

Não era muito, como estamos vendo, o que se permitia, numa folha considerada sem compromissos, à influência das correntes lusitanas. Ainda assim, constituía um começo da reação, e tanto bastava para deslumbrar o nativismo exaltado de Luís Edmundo. Mas que não era tão ampla a rebeldia, é o que se pode documentar com um episódio que se inclui nas *Recordações do Escrivão Isaias Caminha*.

Conta ele que, em certo momento, surgia nos *Apedidos do Jornal do Commercio*, explorando uma frase equívoca de um dos artigos de *O Globo*, a denúncia de que ele passava a figurar entre os inimigos da Colônia portuguesa. Dava-se, como prova dessa atitude, o fato de que não havia um só português na sua redação, coisa realmente rara no jornalismo da época. Qual foi a reação de *O Globo*? Conta Lima Barreto que o próprio diretor do jornal, Ricardo Legorant, ao tomar conhecimento do "Apedido" do *Jornal do Commercio*, dirigiu-se a um dos seus redatores, identificado como Itiberê da Cunha na chave de seus personagens, e lhe perguntou:

— Conhece aí alguém capaz?

— Qual, não há!

— Como poderíamos arranjar um português para redator, dizê lá?

Nesse propósito, pedia-se ao chefe do gabinete da monarquia lusitana a indicação de um redator português. E lá veio o redator que faltava, para restabelecer o prestígio de *O Globo*, em face da colônia portuguesa. O que o gerente da folha festejava como uma grande conquista, opinando:

— É bom... Vocês sabem, sem português, nada aqui vai adiante. Os patricios exigem, é justo, eles são talvez trezentos mil, pagam rios de dinheiro em anúncios — é justo!"

Pior seria quando surgissem outras influências estrangeiras e não mais em face de uma nação que, não obstante todas as suas glórias passadas, não chegava mais a constituir ameaça para quem quer que fosse. Ainda nessa fase, tratava-se de uma colônia presente no Brasil e que, por isso mesmo, não poderia ser de todo indife-

rente aos interesses do país em que se instalara. Pior seria quando a dependência se fizesse sentir em face de estrangeiros que continuassem a residir fora do Brasil e aqui se fizessem representar por meio de prepostos mais realistas do que o rei e, por isso mesmo, mais ávidos de lucros com que documentassem a sua eficiência.

O ACERVO DA BIBLIOTECA NACIONAL

I — Coleções existentes até 1900

II — Coleções incorporadas entre 1900-1910.
Levantamentos manuscritos

III — A história do acervo da BN até 1910.
Antecedentes, 1900-1910

Luiza de Fátima Fernandes de Castro

O ACERVO DA BIBLIOTECA NACIONAL

- I — Coleções existentes até 1900
- II — Coleções incorporadas entre 1900-1910.
Levantamentos numéricos
- III — A instalação do acervo no novo prédio.
Antecedentes, 1900-1910

Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha

Retraçar a história da incorporação ao acervo de coleções que, na Biblioteca Nacional, se acham disseminadas nas inúmeras estantes, entre obras antigas e diversas, não é fácil tarefa, acrescida da circunstância de que inventários precisos não foram completados e estão defasadas, por divergências de critérios, as informações que alguns relatórios mencionam.

Assim é que, para informar sobre o acervo existente na instituição, objeto deste estudo, afigurou-se mais objetivo relacionar a entrada cronológica das coleções. Embora o acréscimo do acervo fosse também feito pela paulatina anexação do material bibliográfico, a referência a grandes conjuntos, incorporados em uma mesma oportunidade, é que permite julgar como o problema primordial, *espaço*, se agravava pouco a pouco e como nos dois prédios que abrigaram o principal acervo bibliográfico do país, em aproximadamente cerca de cinquenta anos de instalação em cada um, constatou-se a real impossibilidade de manter, em condições adequadas, tantas preciosidades.

Atualmente, disseminadas as coleções nas várias dependências da instituição, somente as seções que compõem a atual Divisão de Referência Especializada têm pretendido reunir em catálogos especiais, os acervos que pertencem a cada uma delas, com o objetivo de reconstituir os principais fundos incorporados em diversas ocasiões.

Porém, a maior parte está a esperar igual preocupação, já que se guarda no Acervo Geral o grande montante do material bibliográfico. Unidos os esforços, poder-se-á reconstituir os diversos conjuntos que refletem épocas e mentalidades diversas.

I — Coleções existentes até 1900

A instalação, no Rio de Janeiro, da Real Biblioteca, propriedade particular da Família Real Portuguesa, decorre da transferência da corte em 1808, fato que a história registra e que tem sido inúmeras vezes repetido.

Reconstituído depois do terremoto de Lisboa, o conjunto bibliográfico constava de várias coleções adquiridas ou doadas e agrupava cerca de 60.000 volumes na época de sua instalação no hospital do Convento do Carmo. Citam-se entre as principais coleções acrescentadas ao núcleo inicial formado pela Biblioteca Real e Biblioteca do Infantado:

- 1770-1773 — Coleção Barbosa Machado, doada ao Rei com quatro mil e trezentas e uma obras em cinco mil setecentos e sessenta e quatro volumes.
- 1783 — Coleção do Cardeal da Cunha, adquirida após sua morte nesta data e composta de um mil duzentos e trinta e quatro obras.
- 1790 — Coleção de livros do Colégio de Todos os Santos, situado na Ilha de São Miguel, nos Açores, confiscados após a extinção da Companhia de Jesus, à qual pertenciam; poucos foram incorporados, em decorrência do mau estado de conservação.
- 1811 — Espólio de Frei Mariano da Conceição Velloso. Doados ao Rei aproximadamente dois mil e quinhentos volumes, manuscritos originais, pranchas gravadas em cobre.

1815 — Espólio de Manuel Inácio da Silva Alvarenga, mil quinhentos e setenta e seis volumes adquiridos a um livreiro.

1818 — Coleção José da Costa e Silva. Adquiridos desenhos originais, livros, manuscritos, estampas gravadas.

1819 — Coleção do Conde da Barca (Coleção Araujense). Adquiridas duas mil trezentas e sessenta e cinco obras em seis mil trezentos e vinte e nove volumes.

Até a Independência do Brasil, a Real Biblioteca continuava ainda a ser acrescida por determinação real, com “propinas”, i. e., a entrega de um exemplar de todos os papéis impressos em oficinas tipográficas de Portugal (alvará de 12 de setembro de 1805) e também pelo material impresso na Imprensa Régia, instalada no Rio de Janeiro.

Pela Convenção Adicional ao Tratado de Paz e Amizade, de 29 de agosto de 1825, assinado entre Brasil e Portugal, foi indenizada a Família Real Portuguesa pelas suas propriedades particulares que tinham ficado no Brasil, pagando nosso país a soma de dois milhões de libras esterlinas; entre elas estava incluída a Real Biblioteca.

Tão logo se regularizaram os serviços administrativos, já em 12 de novembro de 1822, determinava o governo imperial que fossem entregues à Biblioteca Imperial e Pública da Corte um exemplar de todas as obras, folhas periódicas e volantes que se imprimissem na Tipografia Nacional. Esta legislação sofre, durante o período em estudo, várias alterações: em 1847, em 1853, estendendo a obrigatoriedade a todas as tipografias do Império ainda em 1865, até que em 20 de dezembro de 1907, o decreto n.º 1825, ainda hoje em vigor, dá instruções precisas para a sua execução.

Além da aquisição e contribuição legal, doações também continuaram a enriquecer o patrimônio nacional. Continuando a discriminar as grandes coleções incorporadas ao acervo, registra-se:

1824 — Coleção Francisco de Melo Franco, adquiridos mil quinhentos e noventa volumes.

1832 — Incorporada por esta época, a Coleção do Marquês de Santo Amaro, cento e quinze pastas com do-

- mentos (papéis relativos à administração do Príncipe-Regente). Posteriormente permutada com Portugal.
- 1838 — Coleção José Bonifácio de Andrada e Silva. Doados cinco mil volumes (ciências naturais, edições tipográficas, literárias, manuscritas, cartas autógrafas) pela sua família.
- 1853 — Coleção Pedro de Angelis. Adquiridas em leilão: mil setecentos e dezessete obras, em dois mil setecentos e quarenta e sete volumes, e mil duzentos e noventa e cinco manuscritos.
- 1853 — Por disposição testamentária, Coleção Dr. Antônio Correia de Lacerda: obras e manuscritos importantes ligados à história natural e clínica médica.
- 1859 — Doação do Dr. Domingos José Gonçalves de Magalhães: vinte e sete obras francesas e italianas.
- 1872 — Dr. Felipe Lopes Neto doa duas mil cento e setenta e duas obras, referentes ao Chile, abrangendo todos os ramos do conhecimento humano.
- 1872 — Doação do Dr. Alexandre José de Melo Moraes: preciosos documentos manuscritos, livros de registro da correspondência oficial dos Vice-Reis e Governadores da Bahia.
- 1873 — Coleção Manuel Ferreira Lagos: aquisição à viúva de três mil quatrocentos e setenta e cinco volumes impressos, cento e quarenta e seis cartas geográficas, duzentos e trinta e um manuscritos, dois mil folhetos, um volume de estampas.
- 1874 — Coleção Antônio José de Oliveira Barbosa: conjunto de estampas raras.
- 1875 — Aquisição pela Direção de copiosa bibliografia de Camões, incluindo versões e trabalhos críticos.
- 1877 — Coleção João Antônio Alves de Carvalho: aquisição de setecentos e setenta e quatro estampas e trezentos e noventa e sete retratos.
- 1878 — Coleção Rodrigo de Lima Felner: adquirida de seu espólio no leilão em Lisboa, compreende sobretudo manuscritos referentes ao Brasil.

- 1878 — Coleção Melo Moraes: aquisição pela Direção, de sessenta e quatro volumes de manuscritos.
- 1878 — Aquisição pela Direção, de oitenta estampas de Goya. Caprichos.
- 1879 — Coleção Marqueses de Castelo Melhor, aquisição pela Direção no leilão em Lisboa: manuscritos preciosos referentes ao Brasil.
- 1879 — Doação do Barão Rodolfo de Vasconcelos: duzentos e um preciosos livros de famosos tipógrafos e obras raras.
- 1880 — Aquisição pela Direção, de setenta e nove estampas litográficas da obra de Victor Frond "Brasil pittoresco".
- 1880 — Doação do Conselheiro Francisco Octaviano de Almeida Rosa: trinta e oito manuscritos importantes.
- 1881 — Aquisição pela Direção, de valioso conjunto de estampas holandesas relativas ao período histórico da dominação holandesa no Nordeste do Brasil.
- 1881 — Coleção Visconde do Rio Branco, doada por seu filho, o Barão do Rio Branco: papéis, cartas e documentos coligidos por ocasião de suas missões diplomáticas no Rio da Prata e Guerra do Paraguai (atualmente, neste ano de 1980, foi por ordens superiores confiada parte da documentação ao Ministério das Relações Exteriores, para entrega ao Governo Paraguai).
- 1881 — Coleção Conselheiro Pedro de Alcântara Bellegarde, doação de seu genro.
- 1882 — Doação do diplomata José Gurgel do Amaral Valente: sessenta e oito obras em cento e dezessete volumes, relativos ao Canadá, incluindo mapas estatísticos e cartas geográficas.
- 1882 — Doação do Conselheiro Felipe Lopes Neto: cento e oitenta e duas obras em trezentos e dezenove volumes, relativas a sistemas penitenciários e publicadas na Europa e América.
- 1882 — Doação do Comendador José Pedro Werneck Ribeiro de Aguilar: oitenta e quatro volumes sobre o Chile.

- 1883 — Adquiridas pela Direção, a José Rodolfo Marcondes do Amaral estampas originais e desenhos.
- 1883 — Aquisição pela Direção, do espólio do Dr. J. A. de Melo Moraes, manuscritos e obras raras.
- 1884 — Foram adquiridas pela Direção, a Miguel Navarro Canzares, oitenta estampas gravadas a água-forte, de autoria do artista Salvador Rosa.
- 1884 — Doação do Marechal Henrique de Beaurepaire Rohan, de almanaques, revistas, folhetos, versando sobre história política, militar e literária do Brasil.
- 1884 — Coleção Salvador de Mendonça, doada pelo Cônsul do Brasil em Nova York, Dr. Salvador de Mendonça: cento e vinte e duas obras em duzentos e quinze volumes, sete manuscritos e ainda estampas. Destaca-se, no conjunto, o material referente ao domínio holandês no Brasil, peças da maior raridade e impressas no século XVII. Sobre esta doação, foi publicada notícia no “Jornal do Commercio” de 13.6.1884.
- 1884 — Do adido do Corpo Diplomático, lotado na Embaixada do Brasil, em Lima, Dr. José Augusto de Saldanha da Gama, recebeu a Biblioteca Nacional um importante conjunto de obras antigas e modernas, referentes ao Peru.
Ainda por seu intermédio, foram doadas obras de Pedro Paz Soldan (publicadas com o pseudônimo de Juan de Azona).
- 1885 — Por intermédio do Encarregado de Negócios do Brasil no Chile, Comendador Ribeiro de Aguiar, recebeu a instituição oferta de mil cento e quinze obras doadas pelo Conservador da Biblioteca do Chile, Dr. Raul Brisenó. A notícia foi publicada, com destaque, no “Jornal do Commercio” de 7.2.1885.
- 1885 — Ainda por intermédio do mesmo Encarregado de Negócios do Brasil no Chile, foram doadas várias obras e uma coleção dos Anales de la Universidad de Chile, montando o total a oitenta e quatro volumes.
- 1885 — Coleção Franco de Sá. Por determinação do Ministro de Negócios do Império, Dr. Francisco Franco de Sá, foram recolhidos à Biblioteca Nacional seiscentos

- tas e cinqüenta e seis obras em novecentos e noventa e nove volumes, obras que pertenceram ao Dr. José Manuel Garcia, professor do Imperial Colégio D. Pedro II, material especializado em Educação e Linguística.
- 1886 — Adquiridos pela Direção, ao Dr. João Antônio Alves de Carvalho, livros e quatrocentos e um mapas, peças de grande importância.
- 1887 — Através do Dr. Edmund Chas Preiss, recebeu a Biblioteca Nacional, doação do Hydrographic Bureau, Washington, num total de sessenta e seis cartas geográficas.
- 1888 — Do Dr. Vicente G. Quesada, recebeu doação de obras sobre a Argentina.
- 1889 — Doação de obras relativas à Colômbia, encaminhadas pelo Diretor da Biblioteca de Colômbia, Dr. José Rivas Groot.
- 1889/1890 — Coleção João Antônio Marques; seu proprietário doa uma das mais valiosas documentações bibliográficas até então recebidas. Compunha-se de três mil novecentas e vinte obras em seis mil trezentos e nove volumes impressos e ainda alguns manuscritos relativos ao Brasil. O conjunto abrange obras raríssimas, incunábulos e edições prínceps.
- 1890 — Adquiridas pela Direção, ao espólio do Dr. José Fernandes da Costa Pereira, obras sobre jurisprudência estrangeira, num total de mil oitocentos e sessenta e quatro volumes.
- 1890 — Coleção Biblioteca Fluminense, precioso conjunto doado pelo Conde de Figueiredo que adquiriu o espólio de Francisco Antônio Marques, na íntegra, e o doou à BN. Compunha-se de duas mil seiscentas e vinte e duas obras, mil e quarenta folhetos e duzentos e quarenta e um manuscritos de importante valor bibliográfico.
- 1891 — Com o advento da República, é incorporada à Biblioteca Nacional o acervo bibliográfico do antigo Conselho de Estado, em atuação no período Imperial.

- Compunha-se o conjunto de dois mil cento e oitenta volumes.
- 1891 — Adquiridos pela Direção, duzentos e cinqüenta e nove obras em trezentos e sessenta e nove volumes, pertencentes a Antônio José Vieira Leal.
- 1891 — A entrada da Coleção Teresa Cristina Maria marca época nos fastos da Biblioteca Nacional. Doada pelo ex-Imperador D. Pedro II, com determinação expressa de que fosse conservada sob aquela denominação. Compunha-se o conjunto de quarenta e oito mil volumes encadernados, brochuras, fascículos, folhetos, revistas, estampas, músicas, mapas, manuscritos e mapas em relevo, não computados no seu total. Foi a maior doação já recebida pela instituição.
- 1892 — Completando a Coleção João Antônio Marques, seus herdeiros doaram à BN mais noventa e oito obras em cento e sessenta volumes equiparados aos demais pela raridade.
- 1895 — Adquiridas pela Direção a Joaquim Caetano de Melo quarenta e cinco estampas.
- 1895 — Adquiridas pela Direção ao Comendador A. J. de Oliveira Barbosa: duzentos e oitenta e oito estampas de assuntos relacionados com história e costumes do Brasil, peças muitas delas únicas conhecidas, e ainda estampas de artistas europeus e, também, manuscritos.
- 1895 — Adquiridos pela nação documentos incluídos na Coleção Conde de Linhares, leiloada em Lisboa. Repartida a documentação entre o Arquivo Nacional, Ministério das Relações Exteriores e Biblioteca Nacional, coube a esta última um conjunto de dois mil oitocentos e quarenta e nove documentos, cinqüenta e três obras impressas, quarenta e duas cartas geográficas manuscritas em sessenta e uma folhas e vinte desenhos.
- 1896 — Adquirida pelo Governo a Coleção Pimenta Bueno. A documentação importante, sobretudo em relação ao Estado de Mato Grosso, era constituída de seiscentos e quinze mapas, dos quais trezentos e dezenove im-

- pressos e duzentos e noventa e seis manuscritos e, ainda, quarenta memórias manuscritas, em códices encadernados. A coleção foi partilhada com o Ministério das Relações Exteriores.
- 1896 — Por intermédio da Legação do Brasil em Londres, recebeu oferta do governo inglês: conjunto resultante dos estudos efetuados durante a viagem de exploração do navio "Challenger". Compunha-se a publicação de cinqüenta volumes, incluindo ilustrações, mapas, planos, vistas, impressos litograficamente com o título: Report of the results scientific of the exploring voyage of H. M. S. Challenger 1873-1876.
- 1897 — São adquiridas a Angelo Bertola e Juan Cañero obras no mais perfeito estado de conservação, incluindo incunábulos e edições raras, sem número especificado.
- 1897 — Doadas pelo Sr. Francisco Ramos Paz número não especificado de obras e estampas adquiridas e enviadas por ocasião de sua viagem à Europa.
- 1897 — Adquiridas pela Direção, encomendadas a firmas européias: um mil trezentos e quarenta e uma estampas de artistas contemporâneos e algumas históricas.
- 1898 — Doadas pela Livraria Laemmert quarenta e cinco teses em língua alemã.
- 1898 — A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro doa uma coleção de teses defendidas nos anos de 1896 e 1897.
- 1898 — Recebida da Comissão encarregada de comemorar, em Lisboa, o 4.º centenário do descobrimento do caminho marítimo para as Índias, grande coleção de obras e opúsculos publicados em Portugal, e relativos ao evento.
- 1898 — Doados pelo Ministro Plenipotenciário do Brasil, em vários países (Itália, Colômbia e Equador), farta documentação bibliográfica versando sobre aspectos da cultura do Equador, Venezuela, Nova Granada, São Domingos, El Salvador; sem número especificado.
- 1899 — Destaca-se a doação por Francisco Ramos Paz, de trinta e nove obras em quarenta e dois volumes e

ainda grande número de jornais e cem folhetos sobre vários assuntos.

1899 — Doação do Dr. Mário de Alencar, incluía no acervo trinta e nove obras em cinqüenta e um volumes, relacionadas com literatura.

1899 — Rara e preciosa coleção bibliográfica sobre o idioma gaélico, usado pelos primitivos celtas, foi doada pelo Dr. Horácio A. da Costa Santos.

1899 — Incluídos no acervo especializado de estampas cerca de setenta e dois diplomas impressos litograficamente, permutados com o Sr. Francisco Rodrigues Paiva, e treze peças litográficas satíricas, mais desenhos originais e estampas que se encontravam deslocados, em outros setores da mesma instituição.

1899 — Embora seja referência feita apenas a uma peça doada à Biblioteca Nacional, merece registro: Album de adesões à Família Imperial Brasileira, datado de 1888 e cuja incorporação ao acervo, feita por ordem do Presidente da República, Dr. Campos Sales, veio sobremodo enriquecer o patrimônio nacional; além do valor intrínseco, tem a valorizá-lo a esplêndida e preciosa decoração em pedras preciosas e metal nobre em estojo de madeira de lei.

II — Coleções incorporadas entre 1900-1901. Levantamentos numéricos

Ao se iniciar o século XX, a incorporação de material bibliográfico continua a ser alimentada pela contribuição legal (ainda vigente a legislação de 1853), por compras feitas pela Direção e também por valiosas doações encaminhadas à instituição por pessoas de esclarecido sentimento patriótico.

1900 — Nesse ano, registram-se na Seção de Manuscritos 179 itens de novas aquisições, compreendendo quase um milhar de documentos recebidos por doação, compra ou permuta. Destacava-se no conjunto a coleção

de seis volumes encadernados da correspondência ativa do General Carlos Frederico Lecór.

- 1901 — Vieram aumentar os vários conjuntos bibliográficos, doações de várias pessoas, cujos totais registram: mil cento e quarenta e uma obras em mil duzentos e um volumes; três mapas e mil e noventa e oito folhetos. Nestes totais, destacam-se as peças doadas pelos Srs. Antônio José Torres de Carvalho, que correspondia à coleção de obras literárias e históricas impressas em Elvas, Portugal; obras pertencentes a João Zeferino Rangel de Sam Paio, doadas por sua viúva; obras em grego sobre arqueologia e numismática, doadas pelo Cônsul da Grécia, Othon Leonardos; obras escritas pelo Dr. Emilio Goeldi, o sábio naturalista, especializado em pássaros.
- 1901 — Doação de avultado número de obras nacionais e estrangeiras, na sua maioria relacionadas com ciências médicas, doação do Dr. Francisco Rodrigues Paiva.
- 1903 — Doação da família Tavares Bastos, dos papéis do Conselheiro Aureliano Cândido Tavares Bastos, relacionados com questões de limites, negócios do Rio da Prata, assuntos diplomáticos, organização das forças brasileiras, obras públicas, navegação do Amazonas. Incluía ainda artigos de jornais e discursos; recentemente foi publicado pelo Senado Federal, um catálogo.
- 1903 — Coleção Wallenstein, papéis pertencentes ao diplomata russo, radicado no Brasil e depositados por seu sogro na Biblioteca Nacional, após sua morte. A doação originou uma questão com o Sr. Norival de Freitas, que se considerando proprietário da mesma, impugnou o ato. Decorrente das ponderações do Diretor, registradas em processo encaminhado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, a coleção foi finalmente adquirida e incorporada ao acervo da Seção de Manuscritos. Compunha-se de documentos guardados em quatorze latas e mais dezessete códices.
- 1903 — Entra por compra a coleção de jornais e periódicos brasileiros organizada pelo Conselheiro Miguel

- Arcanjo Galvão, compreendendo treze mil e sessenta entradas de título e mais o catálogo das peças, distribuído em doze cadernos.
- 1906 — Doada pela Baronesa de Ladário, farta documentação: obras, extratos de jornais, cartas geográficas manuscritas que haviam pertencido a seu marido, o Almirante Barão de Ladário, cujos assuntos diziam respeito a limites, diplomacia, cartas hidrográficas e questões militares e de fronteiras.
- 1906 — Doação de revistas e periódicos estrangeiros, sem estimativas, pelos Srs.: Dr. Miguel Lemos, Eng.º Militar Tancredo Fernandes de Melo e Dr. Belarmino Carneiro.
- 1906 — Doação da Sra. Maria Luísa de Melo Franco Porciúncula: obras pertencentes a seu finado marido; compreendia a coleção de leis, relatórios de obras e assuntos administrativos do Estado do Rio de Janeiro.
- 1906 — Ao colecionador João Ferreira de Andrade Leite foram adquiridos três álbuns de cartas autógrafas e documentos vários.
- 1907 — Doação da Livraria Francisco Alves e Cia. de quarenta e três desenhos originais a lápis, de autoria de Raul Pompéia, que serviram para ilustrar a segunda edição de sua obra "O Ateneu".
- 1908 — Registra doações em grande número, porém sem estimativas, feitas pelos Srs. Dr. Capistrano de Abreu, Dr. Miguel Lemos e Dr. Francisco Rodrigues Paiva.
- 1908 — Por doação testamentária, são incluídas no acervo mil e cem obras em mil e seiscentos volumes de assuntos relacionados com História, Direito e Finanças; legado do Conselheiro José Maurício Fernandes Pereira de Barros.
- 1909 — Registra a incorporação de outro importante núcleo da Coleção do Conselheiro Miguel Arcanjo Galvão — autógrafos e documentos manuscritos.
- 1909 — Incorporado o arquivo do General Francisco Carlos da Luz.

- 1909 — Doação do Dr. Graça Aranha, da coleção do jornal "O Paiz", do Estado do Maranhão, abrangendo o período 1863-1885.
- 1909 — Doação, pela família de Luís Carlos Martins Pena, de vinte e nove peças de teatro, de sua autoria.
- 1910 — Doação do Barão de Studart: vinte cartas a ele endereçadas entre os anos 1891-1906, por José Alexandre Teixeira de Melo, antigo Diretor da Biblioteca Nacional.
- 1910 — Doação da Sociedade de Geografia de Lisboa, de obras sobre Portugal e suas colônias, publicadas em comemoração ao Centenário do descobrimento do caminho marítimo para as Índias.
- 1910 — Doação do Conselheiro José Antônio de Azevedo e Castro, delegado do Tesouro Brasileiro em Londres: duas mil e quarenta e cinco obras em três mil e quatrocentos e quarenta e oito volumes — obras escolhidas de literatura contemporânea inglesa e francesa. Esta coleção foi doada com a recomendação de constituir a Coleção Visconde de Taunay "como justa homenagem ao caráter e inteligência deste primoroso escritor".

Uma explicação sobre a coleção de Moedas e Medalhas, faz-se necessária.

O primitivo Gabinete de Moedas e Medalhas, pertencente à coleção real portuguesa, veio transferido na mesma época que a coleção bibliográfica, permanecendo no mesmo prédio da Rua do Carmo, até 1818. Nesta época, é incorporado ao Museu Real, instalado no Rio de Janeiro em 6 de junho de 1818; o precioso mealheiro ali figurou até 1893.

Com a reforma da Biblioteca Nacional em 1875 e a criação de uma subseção de Moedas e Medalhas, subordinada à 3.^a Seção (ou seja estampas) o acervo numismático foi sendo paulatinamente enriquecido, inclusive pela inclusão do conjunto real, transferido do Museu Nacional em 1893, graças ao empenho do Dr. Ramiz Galvão, desde a criação da subseção.

Em 1922, é novamente desmembrada a coleção numismática do acervo da Biblioteca Nacional, sendo incorporada ao Museu Histórico Nacional, aonde até presentemente se encontra.

Por ocasião da mudança da Rua do Passeio para o prédio da Avenida Rio Branco, a coleção de Moedas e Medalhas já alcançava o expressivo número de vinte e sete mil oitocentos e quarenta e sete peças.

Ao findar o século XIX, o acervo se compunha de:
volumes — 247.180 (incluindo periódicos e músicas)
cartas geográficas impressas — 2.479
documentos manuscritos — 185.638 (incluindo cartas e planos)
códices manuscritos — 2.279
estampas — 102.959 (incluindo desenhos)
moedas e medalhas — 25.077

Os dados foram extraídos dos relatórios das Direções correspondentes, até o ano de 1899, embora os cálculos nem sempre espelhassem a real situação do acervo.

No período compreendido entre 1900 e 1910, foram ainda incorporados:

obras — 39.864 em 52.025 volumes
cartas geográficas impressas — 4.594
músicas — 368
periódicos — 6.296
documentos manuscritos — 68.768
cartas e planos manuscritos — 572
estampas — 13.792
moedas e medalhas — 2.770

Mudanças de critério para dados numéricos e diversificação na distribuição do material incorporado às diversas Seções não permitem seguir uma ordem uniforme nos cálculos apresentados.

Entretanto, as informações supra permitem atribuir estimativas que convergiram para um total aproximado de peças transferidas para o novo prédio:

volumes — 299.205 (incluindo até 1900, periódicos e músicas)
cartas geográficas impressas — 7.073

documentos manuscritos — 254.456 (incluindo até 1900,
cartas e planos)
cartas e planos manuscritos — 572 (a partir de 1900)
periódicos — 6.296 (a partir de 1900)
músicas — 368 (a partir de 1900)
estampas — 116.751 (incluindo desenhos)
moedas e medalhas — 27.847

III — A instalação do acervo no novo prédio. Antecedentes 1900-1910

No princípio do século XX, poucos anos após o advento da República, a renovação na mentalidade dirigente do país dá início a uma nova fase de prosperidade, tanto cultural como financeira.

No governo Rodrigues Alves (1902-1906) foi empreendido o plano de remodelação da Capital Federal, obra do grande Prefeito Pereira Passos, e que incluía: o alargamento das ruas centrais; abertura de novas avenidas; construção de prédios de destaque para as instituições públicas; ao mesmo tempo se atacava o problema de saneamento, resultado de esforços ingentes, dirigidos por Oswaldo Cruz.

Ao se completar o programa traçado pelos administradores, ganhava o Rio de Janeiro foros de metrópole internacional.

A instalação da Biblioteca Nacional no edifício adrede construído, na principal artéria da capital da Federação, também se insere no programa de modernização levado a efeito na mesma época.

Entretanto, a problemática, dotar a Biblioteca Nacional de instalações condignas, data de época bem mais recuada, e os sucessivos diretores da instituição nunca deixaram de se referir, nos relatórios encaminhados às autoridades superiores, a seus problemas e preocupações quanto ao espaço físico, quanto ao pessoal qualificado e quanto a verbas condizentes com as necessidades sempre crescentes para aquisição de material bibliográfico e per-

manente, bem como justa remuneração do pessoal técnico habilitado para as diversas funções.

Desde sua instalação de 1810 a 1858, no antigo Hospital da Ordem do Carmo, sito à rua do mesmo nome, e a permanência entre 1858 e 1910, no prédio em que se instalara cinquenta e dois anos antes e que não mais comportava o monumental acervo, não faltam na documentação histórica da instituição as sugestões para resolver a grave situação da falta de espaço. A medida que se incorporavam coleções em grandes conjuntos ou o material que paulatinamente ia se somando ao primitivo núcleo, eram construídas novas galerias, alugadas casas vizinhas para sua guarda e que, devido ao precário estado, chegavam a prejudicar o acervo pela falta de condições materiais de conservação e ameaçavam até a segurança e proteção de tão valioso patrimônio.

Nesse clima de preocupação é que assume a direção da Biblioteca Nacional o Dr. Manuel Cícero Peregrino da Silva, no dia 30 de junho de 1900. Com uma tradição de cultura invulgar, carreando uma experiência similar de dez anos na direção da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife, pôde ele aquilatar com bastante sensatez os problemas até então insolúveis, tentando a solução mais acertada e definitiva.

O assunto apaixonava também a opinião pública desde os últimos anos do século anterior; debatiam-se até pelos jornais as soluções viáveis, e alternativas eram sugeridas: a transferência do acervo para a Escola Politécnica; ou ainda para o Teatro São Pedro de Alcântara; para o palácio do Barão de Nova Friburgo, na Glória — nenhuma das soluções entretanto viria resolver definitivamente o problema.

Já no primeiro relatório anual apresentado, referente ao ano de 1900, Manuel Cícero explicitamente declara: “não me parece porém conveniente transferir a biblioteca para algum prédio vasto e bem situado, mas que, construído para fim diverso, não reúne as condições necessárias ao fim todo especial a que teria de ser destinado. Só a construção de um edifício apropriado poderá proporcionar à Biblioteca Nacional a instalação que ela, com todo o direito, reclama”.



A Biblioteca Nacional na Rua do Passeio — Armazém de Livros

O ano de 1902 foi marcado pela visita oficial do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Sabino Barroso Jr., sensibilizado pelo relatório que fora apresentado a seu antecessor, e que foi constatar as deficiências e precárias condições do edifício em que se achava instalada a repartição, na Rua da Lapa, n.º 48. São palavras do Diretor no relatório deste ano ao mencionar a honrosa visita: "Peço permissão para manifestar a convicção de que haveis de atender aos justos reclamos da Biblioteca, fazendo levantar o grandioso edifício que há de abrigar o maior tesouro bibliográfico da América Latina".

Frutos desse interesse refletem-se na determinação que lhe fora outorgada: rever o regulamento da Biblioteca (que datava de 1894), passo primordial para as reformas que seriam postas em prática. Assim, foram sugeridas: a divisão da 3.ª seção em dois conjuntos distintos: Estampas e Numismática; indicação de professores (seriam os chefes das respectivas seções) que ensinasse as matérias especiais exigidas no currículo de concurso para amanuense; constituição de um fundo decorrente do produto da venda dos Anais, que revertesse em proveito da própria instituição; instalação de uma oficina de encadernação para conserto e restauro de obras raras ou esgotadas que não convinha fossem entregues a terceiros. Ainda foi autorizado a tomar as providências no sentido de ser completado e atualizado o catálogo geral, para futura publicação, e, incluído no projeto a criação de Instituto Bibliográfico, sendo ainda mencionada em relatório a criação de uma Seção de Cartas Geográficas.

Define-se assim o administrador que tão bem soube analisar o estado em que se encontrava a instituição e indicar as primeiras soluções para sua reestruturação administrativa, sem o que, seria inviável a continuidade do seu projeto.

O ano de 1903 registra importante fato: o Ministro da Justiça e Negócios Interiores convida e acompanha os membros da Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados na visita feita à Biblioteca Nacional, no dia 18 de julho. Nessa ocasião, foi feita explanação aos presentes da situação calamitosa em que se encontrava a instituição, tendo a referida Comissão constatado a pro-

cedência das ponderações do Diretor cuja finalidade primordial era sensibilizar as autoridades.

Mais um passo no sentido de modernizar o tratamento da coleção foi dado com a aprovação pelo Ministro da pasta do projeto de definição da marca de propriedade — *ex-libris* — a ser colocada em todos os livros pertencentes à Biblioteca Nacional e também do emblema, símbolo a ser utilizado no material a ser impresso com fins administrativos (Anais, cartas, bilhetes, etc.).

A fim de montar um emblema que simbolizasse a instituição, foi solicitada a colaboração do artista Eliseu Visconti que, na base de sugestões fornecidas pelo Diretor e pelo Chefe da 3.^a Seção, apresentou os dois modelos citados. A descrição da peça, conforme determina a legislação, foi também encaminhada e se acha transcrita no relatório correspondente ao ano de 1903.

Foi ativado o trabalho de encadernação nas oficinas instaladas e também montada uma oficina tipográfica que, além de impressos de cunho administrativo, imprimiu os Anais, a partir do volume XXIV.

Inicia o Diretor o relatório de 1904 com a promissora notícia de que o governo tinha tomado a resolução de fazer construir o edifício no qual seria instalada a instituição. Prossegue o administrador, ventilando importante questão, relacionada com pessoal — mencionada a necessidade de reestruturá-lo de acordo com a especialidade dos serviços e que os mesmos revelem propensão para o gênero de trabalho a executar e que a ele se dediquem integralmente, senão, alerta: “O esforço de alguns se anula diante da inatividade de muitos e não se conseguirá mais do que a aparência de um funcionamento regular.”

Não se apresentam modificações sensíveis quanto à parte administrativa: “Permaneceram as causas, continuaram a produzir-se os efeitos,” no dizer de seu funcionário maior.

Tentando atualizar os trabalhos técnicos, foi contratada a título extraordinário, uma equipe de auxiliares, dirigidos por um chefe de serviço — rigorosas instruções determinaram as rotinas e comportamento dos mesmos -- sendo levadas diariamente ao conhecimento do Dire-

tor as ocorrências bem como as estatísticas dos trabalhos realizados.

Coube também a Manuel Cícero prestar homenagem aos Diretores da instituição, organizando uma galeria de retratos na qual figurariam seus antecessores. Iniciada no ano anterior, teve com o artista consagrado, Modesto Brocos, o mais alto ponto de perfeição artística, sendo as figuras gravadas em placa de cobre, pelo processo de água-forte, trabalho que teve continuidade nos anos seguintes e que seria, no novo prédio, colocado em lugar de destaque.

Previendo a importância e o alcance de informações bibliográficas referentes à produção literária brasileira, foi, por sua sugestão, encaminhado em 1901 projeto de lei à Câmara dos Deputados e que se referia à contribuição das oficinas tipográficas para o enriquecimento do acervo da Biblioteca Nacional. Neste ano de 1904, aprovado o projeto na Câmara dos Deputados, foi o mesmo encaminhado ao Senado e finalmente aprovado para ser posta em prática a obrigatoriedade da entrega de um exemplar impresso de cada obra saída no Brasil de prelos tipográficos.

Na continuidade da decisão já tomada pelo governo de construir um novo prédio para a Biblioteca Nacional, foram estudadas diversas opções para a nova localização. Primeiramente escolhida, na Praça da República, não foram favoráveis as opiniões e pareceres do principal administrador que apresentou proposta no sentido de ser utilizado outro sítio, inserido no plano da nova e mais importante artéria da cidade, nas imediações do Morro do Castelo que deveria ser ainda em parte demolido para a execução do projeto. Aprovada a sugestão, foi pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores entregue a responsabilidade do plano arquitetônico ao Engenheiro Militar F. M. de Sousa Aguiar que já dera suficientes provas de capacidade por ocasião da apresentação do Pavilhão Brasileiro na Exposição de São Luís, em 1904, ocasião em que recebeu Medalha de Ouro pelo seu trabalho.

No ano seguinte, 1905, dá-se início à construção do prédio com o lançamento da pedra fundamental; cerimônia solene que contou com a presença do que de mais

expressivo constituía a alta cúpula da administração pública, a começar pelo Presidente da República, Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, e demais autoridades. O acontecimento foi marcado pela colocação, nas fundações do futuro edifício, de caixa contendo ata e medalha comemorativa, além de documentos de praxe, tais como jornais do dia e moedas correntes. Foram ainda guardadas para inclusão no acervo da Biblioteca Nacional e distribuídas às pessoas gradas medalha comemorativa, de autoria de Augusto Girardet e a Ata, desenhada por Rodolfo de Amoedo guardada na Seção de Manuscritos, conforme relata o Diretor no seu registro das atividades do ano em curso.

Montava a três mil contos de réis (3.000:000\$000) a quantia votada no orçamento da União para a obra, com o que ficou assim assegurada.

Embora fosse preocupação primordial o novo edifício, não se descuidava o Diretor dos trabalhos técnicos em curso, tais como o enriquecimento e catalogação do acervo; serviço de permuta internacional e nacional; registro de direitos do autor; impressão de publicações, todos minuciosamente descritos em seu relatório anual, apresentado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Ainda uma vez registra a importância para a casa, da legislação referente à Contribuição Legal, aprovada pela maioria do Senado, mas que somente no ano de 1907 se firmará como decreto.

Dentre as atividades culturais, destacou-se a contribuição e o êxito da Exposição Cervantina, sendo expressivo o número de obras pertencentes ao patrimônio nacional que figuraram na mostra organizada pelo Gabinete Português de Leitura.

Recapitulando as ocorrências do ano 1906: além das rotinas e estatísticas apresentadas, refere-se o Diretor às obras necessárias feitas no prédio da Rua do Passeio n.º 48, decorrentes da exigência da Saúde Pública, com as quais ainda mais vulnerável tornou-se a instituição; porém, conforme suas palavras, “achando-se em construção o vasto edifício destinado a ser ocupado pela Biblioteca, só se devem efetuar no próprio nacional que ela atualmente ocupa, as obras inadiáveis e as que forem

indispensáveis à sua conservação". Lamenta que sua sugestão com referência às comemorações de 1908, quando participaria a Biblioteca com monumental Exposição Bibliográfica Brasileira, não tenha sido aceita, mas frisa que foi a idéia retomada posteriormente pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com o qual colaboraria a Biblioteca Nacional.

Os trabalhos que decorreriam forçosamente da transferência para o novo prédio ficam em compasso de espera, pois as obras apenas se iniciavam.

No ano de 1907 se definem os projetos para a instalação da Biblioteca no novo prédio, pois as obras avançavam nas fundações. Tratava-se pois de programar a nova estrutura, não só quanto ao espaço físico, como também quanto ao tipo de material a ser aplicado em mobiliário, levando em conta o avanço de novas técnicas aplicadas a bibliotecas. Por esta razão, é o Diretor encarregado de visitar, na Europa e Estados Unidos, as grandes bibliotecas públicas e também de contratar o fornecimento de material adequado às novas instalações. Ausentou-se ele por oito meses (de 20 de março a 3 de novembro do ano em curso); período profícuo de estudos e cujos resultados figuram em relatório especial entregue a seu superior.

O ano de 1908 registra poderoso fluxo dirigido ao acervo bibliográfico brasileiro, decorrente da aplicação do decreto 1.825, de 20.12.1907, graças ao qual foi determinada a obrigatoriedade da entrega de um exemplar de trabalho gráfico de oficinas brasileiras, posto em prática mediante rotina estabelecida pelo Diretor da Biblioteca Nacional em convênio com a Diretoria-Geral dos Correios — embora não abrangesse a totalidade dos 1.140 municípios integrantes da Federação, foi o maior estímulo para ser acrescida, na instituição, a contribuição bibliográfica brasileira, pois a ela cabia ser a guardiã do patrimônio intelectual do país.

Ficou marcada a Exposição Comemorativa do Centenário da Imprensa no Brasil, também pela valiosa contribuição da Biblioteca Nacional que apresentou, além da série completa de suas publicações, um importante conjunto de documentos relativos a D. João VI em Portugal e no Brasil.

O avanço dos trabalhos em relação ao prédio em construção tomava vulto e já permitia ao Diretor encaminhar as propostas do material de aço de três firmas dos três países visitados: Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha — sendo escolhida pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores a firma americana Art Metal Construction Company que providenciou a remessa do material encomendado (depositado nos porões do novo edifício, enquanto aguardava a montagem). O planejamento interno para a respectiva distribuição foi estudado pelo Diretor, em estreita colaboração com o construtor do prédio.

Decisivo para o destino da coleção é o ano de 1909, pois marca a transferência do acervo para o novo prédio recém-terminado. As providências preliminares envolveram trabalhos de natureza prática tais como acondicionamento, transporte e localização nos novos armazéns, cujo controle coube à Direção e envolveu várias etapas. Iniciada a 1 de setembro de 1909, somente em fevereiro do ano seguinte terminou a transferência do acervo — todo o desenrolar das atividades está minuciosamente descrito no relatório do referido ano, encaminhado pelo Diretor ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Embora entregue o prédio a 29 de outubro, ficaram ainda por completar vários detalhes de acabamento bem como a montagem e decoração dos interiores para cujos trabalhos foram concedidas verbas no montante de 2.400:000\$000.

Ainda dentro do programa de reestruturação, sugeria o Diretor a reorganização dos serviços, considerando que a nova biblioteca, em função de maior público, teria maiores encargos. Para o aumento de pessoal qualificado “a criação de um Curso de Biblioteconomia que preparasse o candidato aos cargos da Biblioteca, pois a natureza especial das funções confiadas aos que são nomeados para as bibliotecas exige cautelas e garantias”. Ainda sua ampla visão lembrava a importância de ser a instituição vinculada ao Instituto Internacional de Bibliografia, razão de projeção entre as bibliotecas congêneres dos grandes centros europeus.

Com a instalação definitiva, em 1910, realizava-se a maior aspiração das Direções durante praticamente um

século: edifício especialmente construído dentro das modernas técnicas, para abrigar o opulento acervo; mobiliário incombustível de aplicação prática e construído dentro de padrões internacionais e, ainda, espaço suficiente para o montante do acervo existente e reserva para a futura acomodação para mais quatrocentos mil volumes.

A inauguração oficial das novas instalações ocorreu exatamente a 29 de outubro, um século após a data oficial da instalação da Biblioteca Nacional, assim considerada a da ordem do Príncipe-Regente de instalar sua coleção bibliográfica nas acomodações da Rua do Carmo.

A solenidade reuniu ainda desta vez o que de mais representativo havia nos altos escalões da administração e ainda a elite cultural do país — o Sr. Presidente da República, Dr. Nilo Peçanha, o Sr. Ministro da Justiça, Dr. Esmeraldino Bandeira, e inúmeros representantes oficiais que deixaram registradas na Ata lavrada na oportunidade, suas presenças, prestigiando a direção do Dr. Manuel Cícero Peregrino da Silva, à frente da Biblioteca Nacional. Duas placas de bronze, comemorativas do acontecimento, e colocadas em lugar de destaque no novo edifício, gravaram para a posteridade os nomes dos que mais diretamente colaboraram para tornar realidade a maior aspiração de seus Diretores.

A Biblioteca Nacional, na posição de mais importante acervo do país, herdeira de um patrimônio real e imperial, instalada condignamente e dirigida por um dos maiores administradores que já passaram pela instituição, tornou-se credora da confiança dos homens públicos e de cultura que continuaram desta data em diante a prestigiá-la, enriquecendo-a de valiosos tesouros bibliográficos.



A Biblioteca Nacional na Rua do Passeio — Salão de Leitura

A BIBLIOTECA E SUAS ANDANÇAS

Eduardo Canabrava Barreiros

A atual Biblioteca Nacional foi criada no século XVIII, com a livraria mandada organizar por D. José I, em substituição à Real Biblioteca da Ajuda, destruída com o incêndio do Paço da Ribeira, em 1755.

No mesmo século, na década de setenta, juntavam-se à livraria acima os 5.764 volumes doados pelo bibliófilo Diogo Barbosa Machado, Abade de Santo Adrião de Sever, e posteriormente a livraria do Colégio de Todos os Santos, da Ilha de São Miguel, assim como boa parte da livraria chamada do *Infantado*.

Mas foi no início do século seguinte, mais precisamente em 1808, que o já respeitável acervo bibliográfico seria transportado para o Brasil, trazido pela família real.

No Rio de Janeiro, por decreto de 27 de junho de 1810, já com o título de Real Biblioteca, foi localizada nas casas do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, com acesso pelo Beco do Carmo, na antiga Praia de Manuel de Brito de Lacerda, então denominada Rua Direita, e atual Rua Primeiro de Março.

Constatada, posteriormente, a impropriedade do local, por novo decreto, este de 29 de outubro do mesmo ano, foram os livros transferidos para o lugar que havia servido de catacumbas aos Religiosos do Carmo, ao lado do local anterior.

E foi aí, na Rua Detrás do Carmo, e após três anos e tanto de "arrançamento e conservação", que seria franqueada ao público a Real Biblioteca, contando então a respeitável soma de 60.000 volumes.

Em conseqüência do tratado de 29 de agosto de 1825, foi a Real Biblioteca do Rio de Janeiro incorporada ao

Estado do Brasil, ainda localizada na Rua Detrás do Carmo, de onde sairia somente nos meados do século.

Foi instalada em prédio próprio, no Largo da Lapa, 46 — ou Rua do Passeio, 48 — em 1858. Prédio esse que, após algumas modificações, daria guarida à Escola Nacional de Música. Neste endereço permaneceria até os primórdios do século XIX, quando passou a denominar-se Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Nos fins do século, ou seja, em 1895, a preciosa coleção alcançava os 400.000 exemplares, obrigando à utilização de um depósito vizinho ao prédio da Lapa, onde seriam inauguradas as oficinas de encadernação e tipografia, extintas posteriormente.

A esse tempo cogitou-se de outro prédio, capaz de agasalhar tamanho acervo, em contínua expansão. Assim, em 1905, é lançada a pedra fundamental do atual edifício, na então Avenida Central, que sete anos depois passaria a denominar-se Avenida Rio Branco. A inauguração do prédio se daria em 29 de outubro de 1910, portanto cinco anos após o lançamento de sua pedra fundamental.

Em resumo, a famosa biblioteca transferiu-se de Continente para Continente em 1808; de prédio para prédio num mesmo logradouro em 1810; da Rua Detrás do Carmo para o Largo da Lapa em 1858; e, finalmente, deste último local para a Avenida Rio Branco em 1910, onde permanece até hoje.

A BIBLIOTECA NACIONAL
CARMO — PASSEIO — CINELANDIA

Augusto Maurício

A pertencente da família real em Salvador estabeleceu-se em 26 de fevereiro quando a frota que a conduzia deixou o rio de Janeiro, onde chegou no dia 1 de março, tornando-se capital do Brasil — embora sem qualquer privilégio.

Estabelecida a Corte no Rio, logo teve começo o trabalho de desenvolvimento da cidade, com a criação de várias instituições de ensino artístico e cultural, entre as quais o maior e populoso teatro, o teatro que se tornou a capital do Brasil. A própria sociedade que transportou da Europa a família real trouxe logo de maior importância para alcançar o elevado objetivo. De João Gonçalves de Lisboa um acordo de cerca de 4.000 francos de subsídios de ajuda que, sem favor, era considerado nos mais importantes no conceito universal. Essa instituição fora criada

A chegada da Corte de D. João, então Príncipe-Regente, ao Rio de Janeiro, em 7 de março ao ano 1808, foi da maior importância para a cidade. Entre os vários benefícios de que logo se dignou dotar a população destacam-se, principalmente, os relativos à classe cultural e também à política. Tendo deixado Lisboa por motivo da guerra de Napoleão I, que invadira seu país, chegou a família real à cidade de Salvador no dia 22 de janeiro de 1808, numa frota de muitas naus ocupadas por uma multidão composta de cerca de 15.000 pessoas. Recebido o Príncipe com grande festa, demonstrações de alegria popular, logo no dia 28 do mesmo mês e ano, declarava abertos a todas as nações amigas os portos do Brasil, para a expansão do comércio. Foi o primeiro gesto de compreensão, de inteligência, logo reconhecido pelo Regente.

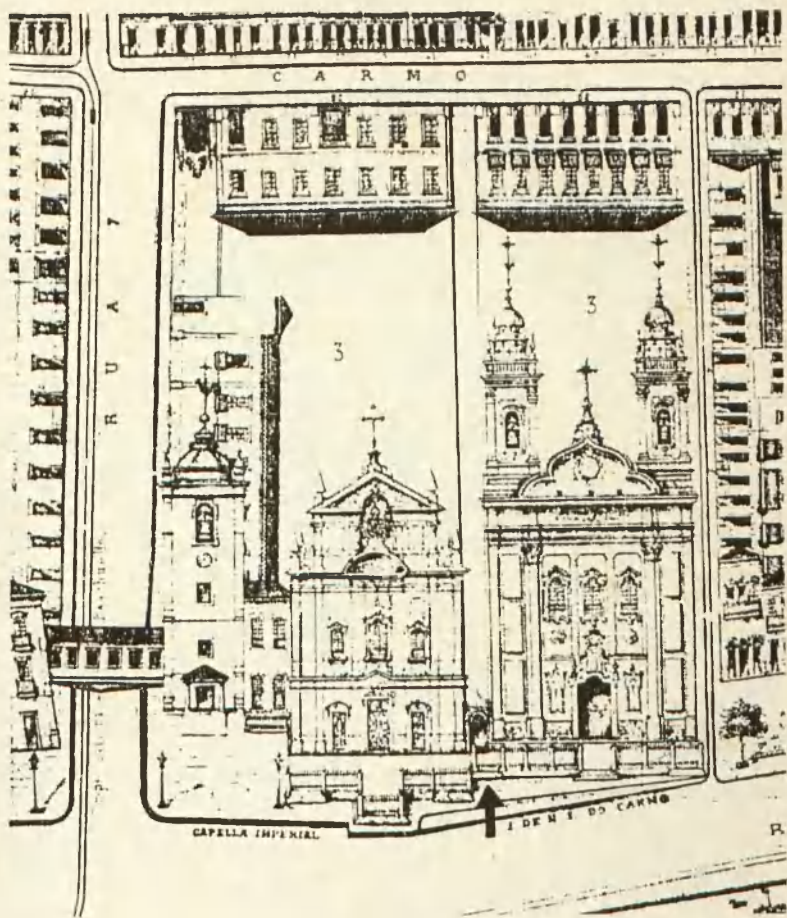
A permanência da família real em Salvador estendeu-se até 26 de fevereiro, quando a frota que a conduzia tomou o rumo do Rio de Janeiro, onde chegou no dia 7 de março, tornando-o capital do Reino — embora em caráter provisório.

Estabelecida a Corte no Rio, logo teve começo o trabalho de desenvolvimento da cidade, com a criação de várias instituições de ordem artística e cultural, para que mais e mais se popularizasse a cidade que se tornara a capital do Reino. A própria esquadra que transportou da Europa a família real trazia algo da maior importância para alcançar o elevado objetivo. D. João trouxera de Lisboa um acervo de cerca de 6.000 livros da Biblioteca da Ajuda que, sem favor, era considerada das mais importantes no conceito universal. Essa instituição fora cria-

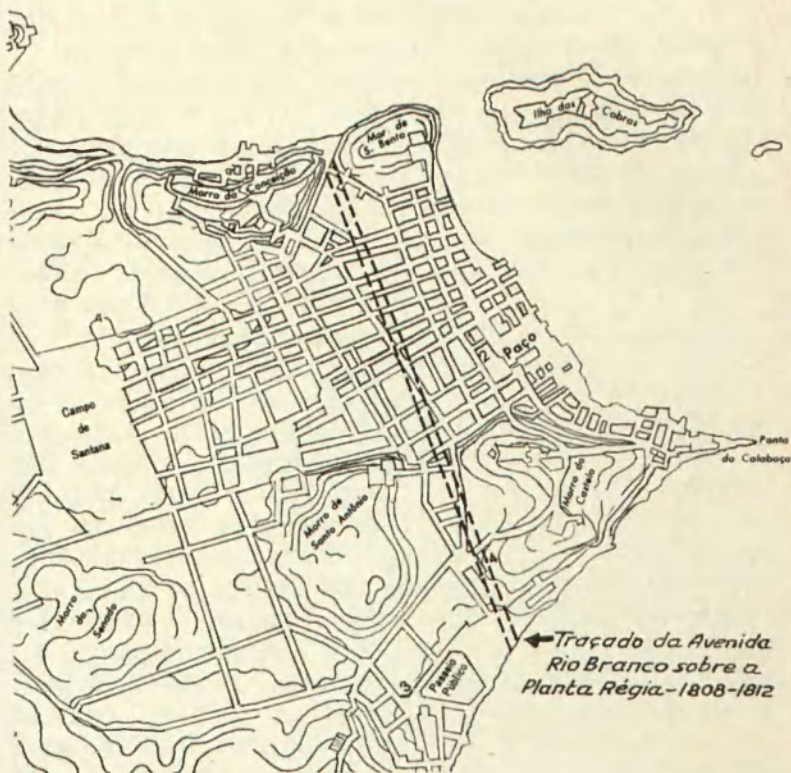
ção do Rei D. Duarte, reorganizada, depois, no reinado de D. José I, após um incêndio que a destruiu em parte. A esse precioso acervo literário foram incorporadas a Livraria do Colégio de Todos os Santos, da Ilha de S. Miguel, e uma outra denominada do Infantado. Tudo composto de obras do mais alto mérito literário e histórico.

Assim, para que fosse logo conseguido o primeiro pouso para a instalação da Biblioteca, um local adequado, em que coubesse o apreciável número de volumes chegados de Lisboa, foi consultada a Ordem Terceira de N. S. do Monte do Carmo, a fim de que lhe fosse cedida a parte dos fundos da igreja, cuja frente é na Rua 1.º de Março. Nesse local, que tem entrada pela Rua do Carmo, era estabelecido um hospital e recolhimento de moças, todos irmãos da referida ordem religiosa. Não houve recusa por parte da direção da Ordem, ao contrário, logo foi reconhecida a boa vontade com que foi atendida a consulta. O hospital, bem como o recolhimento, passaram a funcionar na Igreja de N. S. do Parto onde, inclusive, havia hospital e recolhimento. Assim, por decreto datado de 27 de junho de 1810, foi instalada a biblioteca, logo procurada por estudantes, freqüentada pelos interessados em expandir sua cultura literária, mas somente foi aberta ao grande público a partir de 1814. De Frei Camilo de Monserrate há uma descrição minuciosa do antigo Hospital do Carmo, onde se alojou a Real Biblioteca.

Entre vários gestos inesquecíveis de D. João, deve-se salientar a vinda da Missão Artística Francesa, em 1816, sob a orientação do Conde da Barca (Antônio de Araújo e Azevedo), quando apareceram verdadeiros gênios nos mais diversos setores de arte — João Batista Debret (pintor histórico), Augusto Henrique Vitor Grandjean de Montigny (arquiteto), Augusto Maria Taunay (escultor), Nicolau Antônio Taunay (pintor de paisagens), entre muitos outros, sob a chefia de Joaquim Lebreton. Esses artistas, além de outros feitos do governo real, como a elevação do Brasil à condição de Reino em 1815, imprimiram imensurável destaque à vida do Rio de Janeiro naquela época distante, com a apresentação de seus magníficos trabalhos.



Detalhe do "Mappa architectural da cidade do Rio de Janeiro, parte comercial... 1874", onde se vê, indicado por uma seta, o Beco do Carmo, que então dava acesso aos prédios da Rua Detrás do Carmo, e onde primeiro se alojaram os livros trazidos pelo Príncipe-Regente D. João.



Parte central da cidade do Rio de Janeiro, nos princípios do século XIX, mostrando os locais por onde andou a Biblioteca Nacional. Números 1 e 2: casas da Rua Detrás do Carmo. Número 3: edifício do Largo da Lapa ou Rua do Passeio. Número 4: localização do prédio atual, nas encostas do Morro do Castelo, em área alinhada com a abertura da Avenida Central, hoje Avenida Rio Branco.

Com o correr do tempo, o espaço ocupado pela Real Biblioteca se foi tornando apertado, insuficiente para guardar as obras que lhe eram doadas por muitos interessados no assunto. Era, portanto, imprescindível, urgente, que se encontrasse outro local para o estabelecimento literário. Corria já o ano 1858. A família real, com sua numerosa Corte, já havia voltado a Portugal. Mas isso não impediria que a obra prosseguisse.

Resolveu então o Governo Imperial de D. Pedro II adquirir um vasto prédio existente na Rua do Passeio, expropriedade de J. P. da Rocha Viana, o que logo foi concretizado, para servir de sede à Biblioteca Nacional, que deixaria, embora saudosamente, a casa da Rua do Carmo. Então, em 1858, passou para a Rua do Passeio a preciosa coleção literária. Era a sua segunda residência, de cujas janelas se podia apreciar o belo jardim do Passeio Público que lhe ficava em frente.

Relativamente ao Passeio Público, transcrevemos aqui alguns trechos de um trabalho, algo extenso, constante de um dos livros do autor desta crônica. O Passeio Público era — e ainda é, um dos parques mais pitorescos do Rio, além de também ser histórico. O seu local era um pântano, ligado a uma lagoa, denominada do Boqueirão, que começava na Ponta do Calabouço e terminava nas cercanias da Glória. Para transformar o local do magnífico jardim o Vice-rei D. Luís de Vasconcelos e Sousa (1779-1790) fez demolir o morro das Mangueiras (no Largo da Lapa), cobrindo com a terra a infecta lagoa. Pois o Passeio Público, com suas árvores enormes, velhíssimas algumas, povoado de hermas e bustos, perpetuando a memória de ilustres patricios, se situa justamente no antigo brejo. Estão ali, como que presentes, vivos, Valentim da Fonseca e Silva, Olegário Mariano, Raimundo Correia, Gonçalves Dias, Castro Alves, Júlia Lopes de Almeida, Pedro Américo, Vitor Meireles, Chiquinha Gonzaga, Irineu Marinho, Hermes Fontes, Moacir de Almeida, além de muitos outros ainda.

A execução do plano do jardim, elaborado por D. Luís de Vasconcelos e Souza, foi confiada ao gosto artístico de Mestre Valentim, que se entregou inteiramente ao traba-

lho, sendo o parque inaugurado no ano 1783. Era circundado por forte muro de pedra, com dois portões de ferro — um em frente à Rua das Marrecas, e outro à beira do mar, abrindo-se para um largo terraço com um pavilhão em cada extremidade. O muro permaneceu até 1835 quando, por motivo de obras no parque, foi substituído por grades de ferro, de pequena altura. Em 1860 nova reforma foi realizada no parque, no que se referia ao seu aspecto estético. Para tanto veio da França o renomado botânico e paisagista Augusto Francisco Maria Glaziou. Os canteiros obedeceram a novos riscos, a plantação de flores teve nova orientação, embelezando mais o já belo recanto do Rio.

Dois anos após, em 1862, foram as grades substituídas por outras de maior resistência e altura, que ali permaneceram até quando foi arrasado o Morro do Castelo, em 1922, e houve o conseqüente alinhamento do novo logradouro que surgiu, e que teve a denominação de Praça Paris. Nessa ocasião foi retirado o gradil, bem como suprimido o terraço e, no mesmo lugar levantados dois prédios, em estilo colonial, denominando-se um, Teatro Cassino, e outro, Cassino Beira-Mar. Este era ponto de encontro de jovens, que se divertiam ao som de música e danças, inclusive bebidas; era o que atualmente se denomina buate.

O largo portão que olha para a Rua das Marrecas foi transportado para o interior do parque, como recordação carinhosa de Mestre Valentim. Acima do portão vê-se, em baixo-relevo, em delicada fundição de bronze dourado, um medalhão com as efigies de D. Maria I e D. Pedro III, reis de Portugal, tendo a sua volta os dizeres: MARIA I ET PETRUS III BRASILIAE REGIBUS. Felizmente o portão, bem como as grades que circundavam o jardim voltaram aos seus primitivos lugares, em fevereiro de 1968, quando era Governador do Estado o Dr. Francisco Negrão de Lima, sempre devotado às preciosidades do Rio.

Existe ainda no Passeio Público algo digno da veneração de todos. Além das altas pirâmides de pedra, nas quais se destacam, em oval de mármore branco as frases

A SAUDADE DO RIO e AO AMOR DO PÚBLICO, ali está uma das mais caras reminiscências do Rio colonial. É a Fonte dos Amores, ou Chafariz dos Jacarés, a cuja construção se liga — segundo cronistas antigos, inclusive Joaquim Manuel de Macedo em sua obra “Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro”, curiosa história sentimental relativa ao Vice-rei D. Luís de Vasconcelos. Talvez não seja rigidamente história, mas, admitindo-se mesmo como lenda, é assaz interessante o assunto.

Segundo consta de velhos alfarrábios, o Vice-rei, dado a conquistas amorosas, encontrou, certo dia, à margem da lagoa do Boqueirão, uma jovem, Suzana, que, de cântaro à cabeça, se dirigia ao chafariz da Glória em busca de água. Morava a moça nas proximidades. Vendo-se assediada pela figura mais poderosa da terra, não se envaideceu, nem demonstrou receio de enfrentar D. Luís e, com habilidade feminina, confessou-lhe que era noiva, pretendendo casar-se logo que o seu eleito conseguisse uma situação favorável.

D. Luís não renunciou à sua pretensão e continuou a insistir junto ao coração da moça, até que um dia, escondido em uma moita, qual o sátiro lendário à espreita de uma ninfa descuidada, surpreendeu Suzana e o noivo, e mais a avó, em palestra íntima, à porta da casa, junto a um coqueiro que era sempre testemunha do encontro cotidiano dos dois namorados, ao entardecer. Apurando o ouvido, percebeu que Vicente Perez, o noivo, receava não poder lutar contra ele, o Vice-rei, e em breve perderia a Suzana. Ela procurava demovê-lo de tais temores, afirmando que jamais o deixaria, que haveria de ser sua esposa; quanto a D. Luís, tinha certeza de que era um homem de bem, de bom caráter, e compreendendo a situação, haveria até de ajudá-los.

A convicção da jovem, a esperança de felicidade e a confiança que depositava na dignidade do Senhor D. Luís calaram fundo no espírito do representante real. Convenceu-se de que Suzana era pura e ingênua. Se a desejava para uma aventura passageira, ela via nele apenas um homem bom, que poderia protegê-la para a efetivação de sua ventura.

Desiludido, mas compreensivo e conformado, resolveu então renunciar aos seus reprováveis desejos. No dia seguinte mandou chamar Vicente Perez e ofereceu-lhe um emprego, pedindo-lhe, nessa ocasião, que consentisse fosse ele uma das testemunhas de seu casamento.

Ajardinada a antiga lagoa do Boqueirão, mandou o Vice-rei que Mestre Valentim ali levantasse uma cascata, que foi denominada Fonte dos Amores, como recordação do seu belo sonho. . .

Voltemos à Biblioteca Nacional, que é o assunto principal desta modesta crônica.

Com o passar dos dias, novamente se tornou deficiente o prédio da Rua do Passeio para guardar as preciosidades na Biblioteca. Era, portanto, imprescindível buscar, com urgência, outro local. O prédio que servira até então foi logo demolido e, em seu lugar, outro levantado, o qual abriga atualmente a Escola Nacional de Música.

No Governo de Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902/1906), grande paulista de Guaratinguetá, marcantes melhoramentos foram introduzidos na vida da cidade. Bem acompanhado em suas ações, tendo acertado plenamente na escolha de seus auxiliares, teve como Prefeito o eminente engenheiro Francisco Pereira Passos. Logo após sua nomeação foi ele, o Prefeito, muito atacado por gente invejosa, mas as decisões que tomava eram sempre irreversíveis. Desprezava os comentários, e prosseguia marchando decisivamente para alcançar seus objetivos primordiais — embelezar e desenvolver a cidade, dando-lhe aspecto diferente daquele que apresentava. Entre os projetos que pretendia realizar — e que realizou triunfalmente, estava a abertura de uma pista reta, ligando o cais do porto (Praça Mauá) ao cais da Lapa. Era Ministro da Viação, Comércio e Indústria o notável político Lauro Müller, a quem cabia deliberar sobre o empreendimento. Convidado por ele, com a anuência do Presidente da República, surgiu Paulo de Frontin, nomeado diretor da maravilhosa obra.

No dia 8 de março de 1904, foi dado início aos trabalhos de demolição de muitos prédios, e já no mês de julho era franqueado ao público o trecho compreendido entre a Praça Mauá (então Prainha) e a Rua do Ouvidor,



Nilo Peçanha, Presidente da República, sua comitiva e convidados, retirando-se do edifício da Biblioteca Nacional, após a inauguração oficial. À esquerda do Presidente, o Diretor da Biblioteca, Manuel Cícero Peregrino da Silva.

e em fevereiro de 1905 já estava totalmente aberta a nova via carioca, com o título de Avenida Central, medindo 1.800 metros de extensão. Depois de nivelado o terreno foi o novo logradouro solenemente inaugurado, no dia 15 de novembro de 1905, pelo Presidente da República, Prefeito, o Diretor da obra, Ministros e muitas outras autoridades do Governo. E foi Avenida Central até o ano 1912 quando, por morte do sempre pranteado diplomata patricio José Maria da Silva Paranhos Júnior, passou a ser Avenida Rio Branco. Era uma justa homenagem que a cidade prestava ao seu digno filho, Barão do Rio Branco.

Nesse logradouro, um dos mais movimentados da cidade, encontram-se, além da Biblioteca Nacional, o Museu de Belas-Artes, o Teatro Municipal, o Clube Militar... Do outro lado da Avenida, na atual Praça Floriano, estão os cinemas Odeon, Pathé, Império, outros. Nessa Praça, antigamente existia o Convento da Ajuda, cujo terreno foi adquirido por Francisco Serrador, que logo ali construiu o seu primeiro cinema — o Capitólio. Atualmente, talvez pelo fato de se localizarem ali muitos cinemas, o povo de todo o Rio a conhece por Cinelândia. Pousam no local um grande monumento a Floriano Peixoto, outro a Carlos Gomes (este cópia do existente em Campinas, S. Paulo), além de bustos que lembram Paulo de Frontin, Getúlio Vargas e Francisco Serrador.

A Biblioteca Nacional ocupa todo um quarteirão da praça — Rua Araújo Porto Alegre/Rua Pedro Lessa e, no fundo, a Rua México. É um prédio de grande beleza, de nobre aspecto, imponente arquitetura. Faz lembrar o maravilhoso Palácio Laeken, de Bruxelas, residência dos reis da Bélgica. Foi projetado pelo General Francisco Marcelino de Souza Aguiar, e realizada a construção pelos engenheiros Napoleão Moniz Freire e Alberto de Faria, e inaugurado em 29 de outubro no ano 1910 — Governo Nilo Peçanha. São do escultor Correia Lima as estátuas que são vistas nas entradas do prédio, representando *A Inteligência* e *O Estudo*. No terceiro andar encontram-se dois painéis — *A Memória* e *A Reflexão*, obras do festejado pintor Rodolfo Amoedo, e ainda *A Imaginação* e *A Observação*, de autoria de Modesto Brocos, que são verdadeiros primores de arte. Não podemos deixar de citar

também, existentes no quarto andar, as obras *Domínio do Homem sobre as forças naturais* e *O Progresso*, de Henrique Bernardelli, e *A Solidariedade Humana* e *A Liberdade*, estes últimos de Eliseu Visconti. Estão guardados com o maior carinho, porque são autênticas relíquias, e que foram usados na hora do lançamento da pedra fundamental do edifício, o martelo e a colher, ambos de prata, com cabo de madrepérola. Há, também, uma medalha que foi cunhada, para ser sempre lembrada a data de 29 de outubro do ano 1910, quando se deu a inauguração da atual sede da nossa Biblioteca Nacional.

Conta a Biblioteca com os seguintes departamentos de administração: Direção, Coordenação Técnica, Divisões de Aquisição e Processamento, de Referência Geral, de Referência Especializada, de Divulgação, de Conservação, de Reprografia, de Atividades Auxiliares. Todas as seções bem distribuídas, chefiadas por competentes funcionários sempre atentos e delicados no atendimento dos que buscam informes sobre os assuntos desejados; tudo isso dá à Biblioteca a condição de um departamento de alta postura no seu gênero.

Já dirigiram a Biblioteca Nacional, desde 1808 até os dias que correm, grandes vultos notáveis, cujos nomes a história guarda com orgulho. Entre eles citaremos apenas alguns, pela ordem de acesso, como Santos Marrocos, Frei Antônio de Arrábida, Januário da Cunha Barbosa, Frei Camilo de Monserrate, Barão de Ramiz Galvão, Manuel Cícero Peregrino da Silva, Basílio de Magalhães, Rodolfo Garcia, Josué Montelo, José Honório Rodrigues, José Elísio Condé. Atualmente está na Direção o ilustre Professor Plínio Doyle, que segue o mesmo caminho dos seus antecessores, dando à Biblioteca o seu trabalho carinhoso e eficiente, sua inteligência sempre demonstrados.

Que a Biblioteca Nacional prossiga sempre, eternamente, emprestando sua ajuda aos que a procuram ávidos de informações, carentes de conhecimentos para a expansão de sua sabedoria.

ESTE LIVRO
FOI COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS DA
GRÁFICA OLÍMPICA EDITORA, LTDA.
RUA DA REGENERAÇÃO, 475 - BONSUCESSO
RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL
EM NOVEMBRO DE 1980

ISBN 85-7017-009-2 obra completa
ISBN 85-7017-011-4 v. 2